

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DAS EMPRESAS

Departamento de História

Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa Sobre a Comunidade Chinesa

Interacção multissecular via Macau

Ana Matias

Março, 2007

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História das Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Doutor Carlos Maurício

Resumo:

Os contactos luso-chineses tiveram início no século XVI, via Macau. Foi também neste século que os chineses principiaram a imigrar para as regiões vizinhas. Mas apenas na segunda metade do século XIX podemos falar da existência de uma diáspora chinesa no mundo. Uma das constantes dessa diáspora é a sua centragem nas actividades comerciais. No século XX a Europa experimentou um fluxo crescente de imigração chinesa. Portugal não fugiu à regra e desde os anos vinte começou a receber imigrantes com essa origem.

Após 1974-75 a imigração chinesa para o território português aumentou em grande escala. Hoje a comunidade chinesa é uma das comunidades mais representadas a nível nacional no país. Tal facto tem gerado impactos sociais e económicos e construído imagens recíprocas diversas. Este estudo pretende investigar quais as imagens que a sociedade portuguesa forma dos imigrantes chineses e como as forma. Pretende ainda comparar as representações actuais com as representações geradas no decurso de quatro séculos e meio de contactos luso-chineses, visando proceder ao balanço entre continuidade e inovação. Por último, pretende avaliar se nessas imagens existem sentimentos de discriminação e de xenofobia.

Para isso, irá apoiar-se em várias dezenas de entrevistas conduzidas na Área Metropolitana de Lisboa. Embora os entrevistados não pretendam constituir uma amostra representativa da população portuguesa, os seus depoimentos são elucidativos acerca das imagens e sentimentos nutridos no nosso país em relação aos imigrantes chineses.

Palavras-chave: Chineses, Estereótipos, Imigração, Racismo, Representações Sociais, Xenofobia

Abstract

The interactions between the Portuguese and the Chinese through Macau began in the 16th century. It was also during this period (but with a significant increase during the 19th century) that the first Chinese migration took place to the bordering regions.

However, only in the second half of the 20th century is one able to identify the existence of a Chinese Diaspora, a flow mainly focused on the commercial activities and directed to Europe. Portugal was in that migration route and since the early of the century, but mainly after 1974-5, it has begun to receive Chinese migrants in a large scale.

Today, this community is one of the largest national migrant groups in the country. Alongside with the social and economical impacts of their presence, we have been assisting to the emergence of different social/cultural images/representations.

Hence, this study has as its main aims: to investigate those representations as a socially constructed process, form within the Portuguese society; to compare the continuity or disruption of that process throughout the last 4 centuries of Portuguese/Chinese relations; to evaluate the (in) existence of xenophobia and discrimination.

Several interviews were conducted in the Lisbon metropolitan region and even though the number does not constitute a representative sample of the Portuguese population, their statements are, nevertheless, elucidative as to the images and feelings towards the Chinese migrants

Keywords: Chinese, Stereotypes, Immigration, Racism, Socials Representations

Índice:

Introdução:	1
Definição de Conceitos	4
I PARTE: A IMIGRAÇÃO CHINESA EM PORTUGAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	18
1.1 – O fenómeno da imigração em Portugal (1970-2006).....	19
• Síntese histórica.....	20
• A Dinâmica das políticas de integração.....	21
• A Lei da Nacionalidade.....	22
• Conclusão.....	24
1.2 – Valores sócio-culturais da China e sua influência na diáspora	26
• Considerações Introdutórias.....	26
• O Confucionismo e as suas dinâmicas.....	29
• O Simbolismo.....	33
• A Revolução Cultural e as filosofias oriental e ocidental.....	34
• A Estrutura familiar tradicional chinesa.....	36
• Conclusão.....	40
1.3 - Evolução histórica da imigração chinesa em Portugal.....	40
• Factores do boom da imigração chinesa em Portugal.....	40
• Dados estatísticos sobre a presença de cidadãos chineses em Portugal.....	42
• A representatividade por distritos.....	43
• Os primeiros chineses imigrantes em Portugal: dos anos 20 aos anos 70 do século XX	47
• A descolonização e os chineses imigrados de Moçambique para Portugal (1975-76).....	52
• A Imigração nas três últimas décadas.....	56
• Conclusão.....	60

1.4- A diáspora chinesa em Portugal	62
• Considerações introdutórias.....	62
• As rotas de chegada à Europa.....	63
• A comunidade chinesa da Área Metropolitana de Lisboa e no Centro Comercial da Mouraria.....	64
• Quatro grupos dentro da Comunidade Chinesa.....	75
• Conclusão.....	77

II PARTE: INTERACÇÃO MULTISSECLAR ENTRE PORTUGUESES E CHINESES: IMAGENS E ESTEREÓTIPOS EM PORTUGAL.....79

2.1- Os primeiros imigrantes chineses (sécs. XVI - XIX) - Os Kulis ou “Coolies”	80
• Conclusão.....	82
2.2- A Expansão portuguesa: os primeiros portugueses na China, a literatura dos sécs. XVI-XX e a importância de Macau.....	84
• A Influência literária e histórica na construção das imagens.....	88
• Conclusão.....	95

III PARTE: TRABALHO DE CAMPO.....100

3.1- Uma Introdução às Entrevistas.....	101
3.2- As imagens dos imigrantes na sociedade portuguesa: das representações em geral à especificidade da comunidade chinesa.....	102
3.3- A especificidade da comunidade chinesa.....	107
• Conclusão.....	116

CONCLUSÃO.....123

BIBLIOGRAFIA.....130

ANEXOS.....138

Introdução

O tema central deste estudo são os imigrantes chineses em Portugal e as imagens que a sociedade portuguesa faz destes cidadãos. Ou seja, procuro saber até que ponto a sociedade portuguesa aceita e se relaciona, ou rejeita e ignora, os imigrantes chineses e qual o grau de integração e inserção da comunidade chinesa no nosso país. A análise incide essencialmente na Área Metropolitana de Lisboa.

A minha abordagem integra uma apreciável dimensão historiográfica. O meu ponto de partida é que não podemos compreender razoavelmente as representações que a sociedade portuguesa hoje faz dos imigrantes chineses, se não tivermos em mente as imagens que os portugueses foram construindo dos mesmos desde o século XVI, muito em especial no entreposto de Macau. Sem serem determinadas por essa herança histórica, as representações actuais são-lhes devedoras em vários aspectos. Assim, propus-me pesquisar, desde aí até aos nossos dias, quais as imagens que os portugueses fazem dos chineses existentes em Portugal, no novo contexto imigratório.

O estudo sobre a presença de chineses em Portugal está ainda no começo, por isso, existem poucas informações sobre estas comunidades.

Das pesquisas feitas, verifiquei que os estudos tendem a ser essencialmente de cariz empresarial e económico. Assim, pensei ser pertinente fazer uma abordagem sob a óptica social, que inevitavelmente está associada ao poder relacional chinês das vertentes empresariais económicas. Devido a esse facto, procedi à indagação complementar, junto de algumas autarquias locais¹, de algumas informações sobre os mesmos. O objectivo foi compreender melhor o nível de integração destes cidadãos no nosso país.

Nas pesquisas feitas verifiquei não haver muita informação sobre a comunidade chinesa. Esta ausência de estudos nas referidas instituições e na sociedade é já por si um

¹ Juntas da Freguesia de Samora Correia e da Costa da Caparica e Câmaras Municipais da Amadora e de Lisboa

dado mas não deixa de ser intrigante e, nesse sentido, procurei encontrar algumas respostas.

Também pretendi saber como se relacionam as imagens construídas nas últimas décadas sobre a diáspora chinesa, em Portugal, com as imagens que foram sendo construídas, a partir do século XVI, através dos contactos luso-chineses em Macau.

Intentei ainda investigar de que modo os cidadãos autóctones se relacionam, ou não, com os cidadãos chineses e a que níveis.

Procurei indagar da existência de sentimentos de discriminação, ou rejeição, da parte dos portugueses relativamente aos imigrantes chineses.

Tentei obter respostas sobre possíveis barreiras de mentalidades, sob o ponto de vista do outro: na óptica dos portugueses, a cultura chinesa é diferente e misteriosa, assim, os seus costumes e tradições podem ser motivo de rejeição ou aceitação. Sob o ponto de vista da vivência diária as diferenças entre a cultura imigrante e a cultura autóctone, poderão ser um obstáculo à integração destes imigrantes.

Proponho-me também averiguar porque razão se sabe tão pouco sobre os cidadãos chineses em Portugal. Será que as políticas de imigração estão mais centradas sobre as outras comunidades (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Brasileiros ou Países de Leste) ou será a própria comunidade chinesa que se isola?

Apesar dos apoios familiares e económicos, por parte dos concidadãos que se encontram em Portugal há mais tempo, interessou-me saber como se processa a integração dos chineses na nossa sociedade, por entender que isso é importante para a construção das imagens dos portugueses.

Outra questão que considero importante diz respeito à barreira linguística, por verificar que, independentemente do número de anos de estadia, estes cidadãos são pouco fluentes na nossa língua. Existirão poucos programas de ensino da língua portuguesa, ou, serão os próprios chineses que não se disponibilizam a aprendê-la? Devido a esse factor, quais os reflexos que esta barreira linguística traz aos modos de relacionamento intragrupal?

Pelas razões acima descritas dividi a tese em três partes:

A I Parte é centrada na evolução da imigração chinesa em Portugal no último século, bem como na distribuição espacial e temporal da sua diáspora no país.

O ponto 1.2, apesar de aparentemente exterior ao assunto, revela-se pertinente por se destinar a uma melhor compreensão das II e III Partes. O conteúdo deste ponto é bastante interessante ao mostrar, embora sucintamente, alguns dos aspectos estruturais

da conduta e postura da imigração chinesa ao longo dos séculos. A sua cultura e tradições são a base das atitudes dos chineses na diáspora.

Ainda na I Parte pensei ser interessante salientar no ponto 1.3, uma outra faceta da imigração chinesa em Portugal, pela sua natureza diferente relativamente à imigração actual. A imigração de chineses a partir da ex-colónia de Moçambique foi uma componente importante e serviu de ponte entre as novas vagas imigratórias nas últimas décadas em Portugal e aquela que já se encontrava bem inserida na sociedade portuguesa da época.

Ainda, como a área escolhida para o estudo da imigração chinesa foi a Área Metropolitana de Lisboa, entendi evidenciar a zona do Centro Comercial da Mouraria, que refiro no ponto 1.4. Esta escolha prende-se com a grande diversidade e representatividade desta comunidade naquele espaço, podendo assim, detectar as várias características dos imigrantes chineses em Portugal.

A II Parte visa demonstrar como na interacção secular entre chineses e portugueses a presença em Macau teve um papel estruturante nas representações historicamente construídas no nosso país sobre a sociedade chinesa.

Aqui são analisados alguns aspectos importantes relativos aos primeiros imigrantes chineses salientando:

1. A realidade dos Coolies² nos séculos XVI - XIX.
2. A influência da expansão e literatura portuguesas e, da literatura ibérica no conhecimento acerca dos chineses.

Na III Parte o papel daquelas representações é o mote da dinâmica embrionária sobre o qual se movem. Nesta, o trabalho de campo é o cerne da investigação sobre a construção de imagens dos portugueses sobre os chineses. Este capítulo é constituído por dois tipos de entrevistas:

1. Uma, de carácter mais generalista, onde se tentou perceber o que os entrevistados pensam da imigração em geral e das diferentes comunidades.
2. Outra, mais vocacionada para a presença dos chineses em Portugal e para o nosso relacionamento com eles.

Finalmente, este estudo é iniciado por uma definição dos Conceitos mais relevantes para a definição do seu objecto.

² Expressão anglo-saxónica dos primeiros imigrantes chineses em possessões coloniais europeias.

Definição de Conceitos

Desde o século XX que Portugal tem recebido comunidades de imigrantes procedentes de diferentes partes do globo: Europa, América do Sul, África e Ásia. Assim, emigrantes da Europa de Leste, brasileiros, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, indianos, paquistaneses e chineses, são os cidadãos estrangeiros que hoje em dia se encontram em Portugal. Deste modo, Portugal é hoje um país de imigração, realidade que as políticas oficiais não contemplaram, durante muito tempo, nas suas agendas.

Para o efeito, os diferentes governos têm tido um trabalho árduo e complexo devido às ideias enraizadas acerca da noção de imigração. A evolução das políticas de integração de imigrantes em Portugal tem suscitado, ao longo das últimas décadas, mudanças diversas que se reflectem a nível político, económico, demográfico e social.

A globalização dos movimentos migratórios obrigou as sociedades a criarem organizações para o acolhimento e apoio dos imigrantes. Em Portugal existe desde 1995, o cargo de Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)³. Existem ainda as organizações não-governamentais (ONG'S) que têm como objectivo apoiar e ajudar os imigrantes nos seus processos de integração.

Antes de iniciar a análise, é fundamental explicitar os principais conceitos que irão ser utilizados.

Os conceitos escolhidos estão, então, relacionados com a realidade da **diáspora** migratória, com a **imigração** e seus motivos. Perante estes contextos, conceitos como **representação social e estereótipos** são algumas das ferramentas que se associam às realidades da diáspora e da imigração, afim de percebermos que imagens se associam à realidade quotidiana dos imigrantes. Aliada à mesma ideia, conceitos sobre **racismo e xenofobia** serão úteis para detectar até que ponto as possíveis representações dos portugueses perante a imigração serão inibidoras da integração, inserção e da interacção das realidades socioeconómicas dos imigrantes em Portugal.

Diáspora

A origem do conceito dificilmente se dissocia de um pendor histórico, social e político. A análise pode ser feita em sentido lato ou em sentido restrito. Em sentido lato, representa a dispersão de um ou vários povos pelo mundo. Em sentido restrito, a dispersão de um povo em concreto.

³ Em Julho de 2002 foi, nomeado para o cargo, o Pe. António Vaz Pinto. Em Novembro de 2002, foi criado o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

O conceito de diáspora pode servir de referência a todas as realidades independentemente do seu tempo e do seu espaço territorial interno ou externo. Ao longo dos tempos várias migrações foram feitas por diversos povos. O povo mais antigo da diáspora foi o povo hebraico, mas também os árabes, os ciganos e em concordância com o presente estudo, os chineses, que no decorrer do século XX encetaram uma diáspora migratória que hoje se encontra espalhada pelos diferentes pontos do globo e pela Europa em particular.

Antes de ser um conceito assumido, a diáspora formou atitudes migratórias que por diferentes razões dispersaram os povos ao longo dos tempos. A palavra tem origem na língua grega, referindo-se originariamente à migração e colonização grega em diversos locais da Ásia Menor e Mediterrâneo, nos anos 800 a 600, a.C. Já a sua emergência enquanto construção conceptual remonta a 1892, pela mão de Ernest Renan, para o qual o conceito se inscreve numa *visão mais social e política*.

As razões porque os diferentes povos entram na diáspora são quase sempre comuns, independentemente dos seus contextos. Assim,⁴ a definição do conceito reporta-se às *causas* que dão origem às migrações e sua dispersão. As grandes crises económicas, as diferenças étnicas, as políticas e as religiões, são, entre outras, muitas dessas causas.

Segundo Robin Cohen diáspora é um *modelo histórico* resultante de uma fase traumática que justifica e explica que se procure um país estrangeiro como destino, onde se possa construir uma nova comunidade. Na origem destes movimentos estão situações de *caos social* e de desmoralização do indivíduo que os leva a ter uma *vida errante*

Em todas estas noções é evidente e comum que os movimentos da diáspora têm motivações relacionadas com dramas e rupturas sociais, que conduzem os indivíduos à procura de outros horizontes. Os povos da diáspora estão sujeitos à aculturação e podem ser obrigados a apreender novas línguas e regras, afim de conseguirem uma melhor comunicação com a sociedade de acolhimento. Muitas vezes são obrigados a professar outra religião que não a sua, ou até mesmo o perfilhar ideologias políticas que lhes são alheias.

Contudo, os povos da diáspora para não esquecer as suas tradições, organizam-se em associações e cultivam a memória colectiva, criando círculos sociais que permitem manter a estrutura do grupo. Baseadas na ideia de dispersão dos seus indivíduos, as construções de identidade de grupo, independentemente das gerações e ao longo delas,

⁴ Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, Colin, Ferréols Gilles et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, (eds.) Armand Colin, Paris, 2003

fazem surgir comunidades transnacionais relativamente homogéneas e com um sentimento forte de separação alimentando projectos de devir políticos, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, as diásporas também têm a ilusão de um dia retornar aos seus países de origem, assim, é de salientar que as migrações internacionais não são feitas numa perspectiva de estabelecimento definitivo. Outro pormenor interessante nos povos da diáspora, à semelhança do que já acontecia nos territórios colonizados é a construção de formas crioulas ou híbridas da língua da sociedade que os acolhe, pela necessidade de comunicar.

Migração (Emigração/Imigração)

O conceito de migração diz respeito aos movimentos humanos que acontecem nos vários pontos do globo e por diversas razões. As migrações são movimentos antigos que têm lugar desde sempre e que variam conforme as épocas, contextos e conjunturas. O conceito de migração é uma denominação mais actual face às correntes imigratórias que se fazem sentir, versus as emigratórias. As pessoas que se movimentam nos fluxos migratórios são denominadas migrantes.

Ainda, as migrações têm dois sentidos: a emigração, enquanto saída do migrante do seu país, para outro diferente e a imigração, enquanto entrada do migrante num país estrangeiro ao seu.

Num contexto de globalização, a distinção entre emigração e imigração⁵ num contexto de globalização deixa de fazer sentido, sendo hoje cada vez mais consensual, o conceito de migração. Em suma, os direitos individuais, os estatutos sociais de cada migrante, cada vez mais são reconhecidos a nível internacional, mesmo que o seu estatuto seja transitório. Os movimentos migratórios são cada vez mais complexos e diversificados, bem como as políticas a adoptar.

Na óptica da emigração estes movimentos têm as suas causas: normalmente têm a ver com situações de ruptura dentro dos seus próprios países. O factor económico é na maioria dos casos o motor da emigração, mas também, questões como os direitos humanos e as liberdades individuais podem estar na sua origem. Ainda, pessoas que nesses movimentos saem do seu país e entram num país estrangeiro, com intenções de trabalhar, para melhorar de vida. O carácter temporal dos movimentos é relativo, na maioria tendem a ser temporários, mas podem ser permanentes, isso vai depender do grau de integração e reagrupamento familiar no país de destino.

⁵ Rocha-Trindade, Maria Beatriz, Sociologia das migrações, Centro de Documentação da Universidade Aberta, pp.32, Lisboa, 1995

Ainda, a emigração com a globalização e a uniformização dos espaços no continente europeu e a abertura do espaço Schengen foram as etapas impulsionadoras das migrações humanas.

Os países mais desenvolvidos atraem os países menos desenvolvidos e ou em vias de desenvolvimento na procura de novas oportunidades e melhoria de vida. Hoje em dia chegam à Europa correntes migratórias oriundas dos vários continentes.

Ao longo das últimas décadas têm chegado à Europa e a Portugal concretamente, imigrantes de origem vária, com intenção de encontrar o que por diversos motivos não conseguem nos seus países de origem.

Tal como a diáspora, a imigração é o resultado de movimentos humanos de diversos povos, que ao longo dos tempos deixaram os seus países para serem acolhidos noutros, onde pretendem encontrar melhores condições.

A imigração é vista à luz duma realidade social. É contudo, uma realidade muito complexa por se prender com o ser humano e os seus direitos individuais.

Os países de acolhimento têm hoje em dia uma responsabilidade acrescida, devido à evolução do modo de olhar o “outro”. Por detrás destas migrações está a necessidade de harmonização e bem-estar dos que estão nos países de acolhimento, dos naturais e dos que chegam a esses países, os imigrantes.

Na “realidade dual”⁶, os conceitos emigração/imigração sofreram alterações desde o século XIX até aos nossos dias⁷. Nos séculos XIX e XX, as migrações eram mais permanentes dadas as maiores dificuldades de mobilização. Hoje, os espaços são mais industrializados e as distâncias geográficas mais relativas, além de que a frequência e a rapidez, bem como os custos menores dos transportes, têm facilitado os movimentos cíclicos e regulares de entradas e saídas, no mínimo a nível anual.

Nesta óptica, chegamos às políticas de imigração dos países de acolhimento. Portugal foi até há duas décadas, um país essencialmente emigrante, mas com a globalização a situação mudou. Hoje, os fluxos migratórios fizeram da sociedade portuguesa uma sociedade plural. Não deixando de ser um país de emigração, tem já uma realidade consolidada sobre a imigração e com experiências muito heterogéneas⁸. Os movimentos de saída existem agora em simultâneo com as entradas de novos cidadãos oriundos dos mais diversos países. A moldura humana mudou no nosso dia-a-dia, as realidades

⁶ Rocha-Trindade, Maria Beatriz, Sociologia das migrações, Centro de Documentação da Universidade Aberta, 1995, pp.32, Lisboa, 1995

⁷ Idem

⁸ Machado, Fernando Luis, Contrates e Continuidades, Migrações, Etnicidades e Integração dos Guineenses em Portugal, pp, 1, Celta Editora, Oeiras, 2002

sociais são diferentes e têm múltiplas origens. O desafio dos governos, no caso concreto o português, deve ser a harmonização entre a integração dos imigrantes e as necessidades da sociedade portuguesa, em especial do mercado de trabalho, e as percepções existentes em Portugal acerca dessas duas realidades.

Nem sempre estes complexos desafios resultam bem e a favor dos migrantes. Por vezes, são construídas imagens distorcidas das realidades migratórias e dos imigrantes, mesmo à escala global. É da responsabilidade dos governos de acolhimento e das políticas de integração e inserção na sociedade que os acolhe, evitar que se desenhem estereótipos e se deixem consolidar ideias menos claras sobre esta realidade. Naturalmente que as sociedades autóctones precisam de se sentir seguras. Para tal, o papel do Estado é importante, até para evitar que os descendentes de imigrantes, as segundas e terceiras gerações não se sintam marginalizados. A organização de associações e a recorrência à solidariedade das suas tradicionais comunidades, podem colmatar as divergências com a sociedade autóctone, mas podem também estimular o fechamento das comunidades e dar lugar à guetização. A abordagem deste conceito é pertinente, por contribuir para a noção do contexto da realidade da imigração, não só à escala global, mas, de Portugal em especial.

Representação Social:

Os conceitos de Representação Social (RS) e Estereótipo, embora distintos, estão interligados, e remetem ambos para as imagens que as sociedades constroem sobre os outros (e sobre os imigrantes no caso concreto). Por isso, serão uma mais valia como ferramentas no meu estudo.

O conceito de Representação Social é também uma noção renovada de nível psicológico de instituições da Sociologia. Os valores fundamentais são um sistema de rituais, saberes, crenças e atitudes emanadas de agentes colectivos que identificam, justificam, descrevem ou engendram práticas socioeconómicas, culturais, religiosas ou políticas específicas.⁹

Os indivíduos quando influenciados pelas RS assimilam pacificamente mudanças de ideias, que em associação com outras influências provocam a adopção de estratégias minoritárias e pessoais. Sob o ponto de vista teórico, os indivíduos são influenciados por modelos de representações sociais criadas a partir de tradições, rotinas, rituais ou hábitos.

⁹Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, FERRÉOL, Gilles et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, pp. 304, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

Segundo Durkeim¹⁰, a adopção de algumas expressões podem-se transformar em *formas hereditárias*, estados de idealizações colectivas como a família, grupos ou tribos. Segundo essas formas criam-se modelos de comportamento educacional, que rotulam as pessoas que aderem aos mesmos.

As RS têm a ver com a parte mental ou cognitiva, muitas vezes auto estruturada pelas *influências em massa*. Estas são transmitidas por meios de comunicação a rádio, televisão, jornais, aliadas ao múltiplo impacto dos saberes científicos, de empresas, de factos sociais ou políticos, conflitos, guerras e evoluções demográficas.

Segundo Serge Moscovici, (1960)¹¹, aquelas são: “...conceitos, proposições e explicações criados pela vida quotidiana, na comunicação inter relacional e individual,...mitos e sistemas de crenças...e uma versão contemporânea do *senso comum*”. Tudo isto, nem sempre formado pelo próprio, mas pelo hábito de ver e ouvir.

As RS são as da nossa sociedade actual: “...do nosso solo político, científico e humano que nem sempre tiveram o tempo suficiente, para permitir a sua sedimentação que os tornaria imutáveis”¹² (1981). O que quer dizer que são representações temporárias, por vezes influenciadas por outras mais actuais.

A psicologia cognitiva, a cognição social e a psicologia social, são componentes que complementam a construção das RS¹³ (Vala). Em geral andam de mãos dadas para compreender como os indivíduos e grupos pensam, no sentido de que estes não se limitam a receber informação, mas antes constroem significados e teorias das realidades sociais. A cognição social estuda como as pessoas pensam e a forma como as pessoas pensam que pensam. Ou seja, muitos dos seus pensamentos são construções manipuladas e impostas, das quais muitas vezes as pessoas não têm noção, pensando ser por mérito próprio e o resultado duma visão livremente construída.

Contudo, os processos cognitivos básicos não podem ser ignorados, afim de serem entendidos os comportamentos e julgamentos sociais.¹⁴ Uma RS pode definir-se como: “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objectivo prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”¹⁵.

¹⁰ Idem

¹¹ Idem Ibidem

¹² Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, GILLES, Ferréol et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

¹³ Vala, Jorge. Maria Benedicta Monteiro, Psicologia Social, Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano, pp. 458, Fundação Calouste Gukbenkian, 6ª edição, Lisboa, 2004

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem Ibidem

Algumas RS¹⁶, tranquilamente transmitidas de geração em geração são comparáveis a *fenómenos endêmicos* e são: “...típicas da sociedade actual, política e humana, difundidas rapidamente a toda a população. Porém, têm um curto período de vida, devido a serem consideradas modas e comparáveis a períodos endêmicos”.

Desta forma, ao mesmo tempo que a Psicologia Social se desenvolveu, o conceito de RS abriu espaço a ópticas cognitivas e simbólicas de indivíduos que interagem no quotidiano. Subjacentes à construção das RS existem dois processos maiores, a *objectivação* e a *ancoragem*. A *objectivação* é do foro do *sensu comum*, palavras e conceitos que são transformados em coisa, noções exteriores aos indivíduos. A *ancoragem* trata da *transformação* do não familiar em familiar.

A RS tem uma dimensão funcional e prática, que se manifesta na organização dos comportamentos, da comunicação, na argumentação e explicação quotidianas, distinguindo os grupos sociais.

Em conclusão, a *psicologia social* é um factor importante para a *dinâmica* das representações sociais, e sendo estas, o resultado de vários processos cognitivos e assimilações mentais de cariz hereditário ou educacional, a psicologia social é fundamental para entender todo o processo da representação social.

Em suma, existem autores que alegam que as RS são resultado de práticas do *sensu comum*, este transmitido ou não por via hereditária, educacional ou por influências de massas, outros alegam serem *fenómenos endêmicos*, porque transitórios e temporários. Mas sabemos que em confronto, as ideias construídas podem ser transmitidas de geração em geração, sendo marcantes apesar de não serem consideradas fixas. Finalmente, as representações têm dois vectores que não se dissociam¹⁷. Um, em que as palavras passam a conceitos, a *objectivação*. O outro, no que diz respeito à educação e influências familiares, a *ancoragem*, o que não era senão uma ideia, passa a ser um conceito e do conhecimento geral.

Por fim, as Representações Sociais são como o nome indica, componentes do olhar da sociedade influenciado pelas modas, processos marcantes como o hereditário, por pressões de grupos de manipulação intencional, etc., que normalmente inibem o livre curso dos grupos visados.

Nesta abordagem este conceito é importante para determinar as representações que a sociedade constrói e ter a consciência do seu papel.

¹⁶ Idem, pp.501e 502

¹⁷ Vala, Jorge. Maria Benedicta Monteiro, Psicologia Social, Representações sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano, pp. 458, Fundação Calouste Gukbenkian, 6ª edição, Lisboa, 2004

Estereótipo

Em articulação com o conceito de Representação Social, a definição de Estereótipo é de grande importância.

A origem da palavra “estereótipo” é grega, do *stereo* (sólido) e *typos* (marca, cunho). Eventualmente, uma placa de impressão que produz uma mesma imagem impressa.¹⁸

A noção é aplicada às ciências sociais em 1922 por Walter Lippmann no seu livro Public Opinion¹⁹. Segundo este autor, o conceito resulta da elaboração de *imagens feitas a partir de opiniões*. Segundo ele, as imagens são feitas na base de uma primeira reacção considerada primária, muitas vezes, influenciada por formas mediatizadas ou associativas que entram em acção duma maneira automática, para definir um determinado grupo ou sujeito.

Em geral as apreciações estereotipadas são feitas com base nas aparências do aspecto social, cultural, ou ainda sob outro tipo de características visíveis, como a cor da pele ou o modo de vestir. Assim, os aspectos que provocam esta categorização baseiam-se em processos sem lógica e independentemente da educação de quem observa e julga.

Os estereótipos são atribuídos em particular numa óptica de discriminação positiva ou negativa. Os seus reflexos no processo de categorização social são construídos intencionalmente.

Ainda, no âmbito das Ciências Sociais a definição deste conceito é diversa²⁰, estereótipo é como “*uma imagem hiper simplificada*” de uma categoria simplesmente atribuída a indivíduos, instituições, etc. No essencial é *partilhada por um número significativo* de pessoas.²¹

Determinadas diferenças existentes nas categorizações sociais quando pouco nítidas, assumem um relevo importante criando diferenças onde antes não existiam, sendo consideradas um estereótipo. Cumprindo *funções sociais e psicológicas* são componentes complexas que associadas aos estereótipos têm funções resultantes dessas complexidades sociais. Como exemplo dessas funções está a necessidade de explicar e justificar determinados acontecimentos. É na categorização dos mesmos que o *ingroup* define, por vezes com algumas reticências, qual a categoria do *outgroup*, ou seja, a necessidade da justificação de comportamentos planeados ou não contra ou a favor

¹⁸Miranda, Joana Catarina Tarelho, Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos “Portugueses”, pp. 76, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, 1994

¹⁹Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, GILLES, Ferréol et Guy Jucquois, de Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

²⁰ Miranda, Joana Catarina Tarelho, Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos “Portugueses”, pp. 76, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, 1994

²¹Idem

daqueles, induz à categorização do “outro”.

A categorização social seja ela de maior amplitude, como a raça, ou de menor referência, como as profissões, classes ou grupos, é um incentivo à atribuição de estereótipos. As categorias sociais são o palco da construção de características gerais dadas a um grupo, indivíduo, independentemente da sua individualidade, cor, sexo ou religião.

Os estereótipos atribuídos genericamente a asiáticos (por exemplo, chineses, japoneses, vietnamitas) são um bom exemplo de género constante, ao serem sempre considerados: “trabalhadores, sonhadores, tranquilos e dotados dum forte espírito de corpo”²². De acordo com a experiência ou herança simbólica, cujas influências foram ilógica e facilmente assimiladas, aqueles são elementos suficientes para a atribuição de uma imagem previamente catalogada por um número significativo de pessoas.

Na psicologia social, G.H. Allport defendeu em 1954 que estereótipo é uma *crença exagerada*, associada a uma categoria com a função de justificar (racionalizar) os comportamentos. Uma *imagem* que existe frequentemente como uma *marca fixa* de uma categoria, mas que não é uma categoria. O seu carácter é *efémero e temporário*, e podem mudar com os contextos que podem ser influenciados por processos cognitivos complexos.

De algum modo, Lippmann e Tajfel aproximam-se de uma definição, segundo a qual estereótipo é uma *imagem* construída por grupos de *opinião*, ou por um *número significativo de pessoas*. Esta pode *influenciar* a sociedade e o seu agrupamento. Contudo, na opinião de Allport e na vertente da psicologia social, a categoria de estereótipo, sendo também considerada uma *imagem* “exagerada”: tem a função de justificar os comportamentos entre os grupos. Não obstante poder deixar a marca desses olhares, eles são efémeros e temporários, ou seja, podem mudar de acordo com os contextos. Em suma, todos definem o conceito como uma imagem, mas uns valorizam mais o impacto social dessa imagem, Allport, sob o ponto de vista da psicologia social, desvaloriza a sua importância alegando que é efémera e exagerada: por outro lado, Tajfel defende que o impacto social desse processo é complexo porque cumpre funções sociais e psicológicas: e Lippmann defende que as opiniões podem interferir com o social.

À guiza de conclusão, Jorge Vala coloca uma questão, a da *inevitabilidade* ou não do estereótipo. O autor defende que se o intuito for a *redução da imensa informação* para facilitar o funcionamento cognitivo humano e para a assimilação numa aprendizagem

²²Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, GILLES, Ferréol et Guy Jucquois, *Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles*, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

social mais simples e consciente das relatividades da informação apreendida, então, o estereótipo é inevitável. Porém, se o conceito pretender *significados de discriminação racial ou étnica*, a resposta é negativa²³.

Concluindo, as imagens construídas por determinados grupos de opinião podem ser mais ou menos temporárias e marcantes para o aspecto social ou influenciarem o seu aspecto psicológico, sob o ponto de vista das marcas hereditárias. Estereótipo é um conceito definidor do olhar de quem o constrói e das intenções de quem o assimila. Contudo, na inevitabilidade de ele existir, seja para sintetizar a informação a assimilar ou para práticas discriminatórias, a sociedade tem o dever cívico de se informar bem, antes de se deixar influenciar. Reconhece-se que é uma pretensão ideal, mas não impossível.

Racismo

Este conceito é de extrema importância porque se impõe na conjuntura actual de Portugal como país de imigração, auscultando sob esta óptica que sentimentos esta nova realidade desperta na sociedade portuguesa. De acordo com a Lei Internacional da Migração²⁴, racismo é uma construção ideológica relativa a grupos étnicos, a partir de uma posição de poder sobre outros, uma doutrina ou crença na superioridade racial, tanto a nível do domínio económico, como de controlo sobre outros. Segundo o Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles,²⁵ o termo racismo é imbuído dum modo insultuoso, *linguagem ordinária (Sale Raciste)*. Se visto como alvo de estudos da área da filosofia moral e política o termo pode debruçar-se sobre a perspectiva histórico-filosófica da evolução humana.

Muitas expressões e manifestações são indicadoras do sentimento racista, manifestas por vezes com facetas sociais difusas. Em vários momentos da vida quotidiana podem verificar-se atitudes preconceituosas e de rejeição²⁶. Desse modo, o racismo pode revelar-se sob várias maneiras e em atitudes de grupo, institucionais ou na sociedade, e por isso é muitas vezes difícil definir se esta ou aquela sociedade ou país é mais ou menos racista.²⁷

O racismo é “a manifestação de comportamentos hostis ou discriminatórios”²⁸. O

²³Garcia-Marques, in: Vala, Jorge, Novos Racismos, Perspectivas Comparativas, pp. 130, Celta Editora, Oeiras, 1999

²⁴International Migration Law, Glossary on Migration, IOM, Switzerland, 2004

²⁵Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, GILLES, Ferréol et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

²⁶Machado, Fernando Luis, Contrates e Continuidades, Migrações, Etnicidades e Integração dos Guineenses em Portugal, Celta Editora, Oeiras, 2002

²⁷Idem Ibidem

²⁸Vala, Jorge, Novos Racismos, Perspectivas Comparativas, Celta Editora, Oeiras, 1999

racismo é ainda expresso em articulação de crenças com emoções e orientações comportamentais de discriminação, relativamente a indivíduos membros de um exogrupo. Muitas vezes este é categorizado a partir da cor ou da simples pertença desses indivíduos ao exogrupo. A construção de emoções negativas relativamente ao “outro” é um dos modos de uma expressão de racismo flagrante, cujas atitudes são mais agressivas e hostis. Manifestam-se de variadas maneiras e tendem a existir diferentes manifestações emocionais, sendo mais correcto falar de racismos e não de racismo. Os modos difusos de agir, podem ser mais discretos e, desse modo, imbuídos também de emoções negativas. Podemos considerar que essas atitudes sejam conotadas de uma forma de racismo mais subtil.

As novas expressões de racismo, sobretudo em Portugal, são uma análise importante, devido à diversidade de resultados encontrados em estudos. Assinalando-se dois, encontra-se a ideia de que Portugal se acha protegido de sentimentos de racismo ou xenofobia. Num desses estudos, do IED de 1993, relativo a uma pesquisa comparativa com maior amplitude sobre os valores sociais na Europa, Portugal surge como um dos mais etnocêntricos no conjunto dos países europeus; por outro lado, no Eurobarómetro, de 1997, os portugueses são considerados os menos racistas relativamente a outros povos da Europa.

Não cabe aqui conciliar ou explicar essas divergências, mas será um alerta para não constituir um dado adquirido. Os portugueses podem ser ainda, um povo com sentimentos racistas, diferentes, moldados a questões normativas, mas com a latência de alguma forma de racismo, o racismo subtil. Em consonância com as análises europeias²⁹, Jorge Vala debruça-se sobre a questão das novas formas de racismo, referindo-se ao caso português. Em Portugal, ao contrário de outros países da Europa, os partidos imbuídos de ideologias racistas, se existem, não têm expressão eleitoral, não obstante terem já ocorrido episódios de extrema violência racista, sendo o caso do assassinato de Alcides Monteiro por Skinheads, em 1995, o mais violento e marcante³⁰, uma manifestação de racismo flagrante assumida.

A nova expressão, o “neoracismo” é mais precisamente um “neoracismo diferencialista e cultural”. Segundo Pierre-André Taguieff (1980)³¹, existem quatro pontos que sintetizam as características desse “neo-racismo”: 1) passagem da raça à cultura, a pureza racial é substituída pela identidade cultural autêntica; 2) passagem da

²⁹ Roel Meertens e Thomas F. Pettigrew, especialistas na análise sobre o racismo europeu.

³⁰ Machado, Fernando Luis, Contrates e Continuidades, Migrações, Etnicidades e Integração dos Guineenses em Portugal, Celta Editora, Oeiras, 2002

³¹ Citado em Idem

desigualdade à diferença, em que o desprezo pelos “inferiores” dá lugar à obsessão do contacto com ele; 3) *recurso a enunciados mais heterófilos do que heterófobos*, a insistência no direito à diferença da maioria em relação às culturas minoritárias; 4) *uma expressão simbólica e indirecta*, mais do que directa e assumida (Taguief, 1987).³² As diferenças culturais referentes à religião e cultura podem não passar de desconhecimento dos factos, ou seja, a antipatia ou a simpatia globais não são respectivamente consideradas racismo ou ausência dele. O preconceito será ou não uma forma de racismo, com maneiras mais frias, distantes e indirectas de agir³³. Visto à escala global num contexto de países de herança de domínio racial dos brancos para com os outros, as atitudes não são individuais mas de origem cognitiva e socialmente estrutural, o que legitima as situações de domínio. O preconceito racial é a crença na superioridade perante a inferioridade de outra cultura, sob uma avaliação negativa e preconceituosa. Se conotamos de racismo aquilo que não é, podem deixar de se ver as verdadeiras representações quotidianas onde exista racismo flagrante³⁴.

Xenofobia

O conceito de Xenofobia é um termo muito próximo do conceito de racismo, sendo difícil diferenciá-los. No conceito de xenofobia como grau de raça ou cultura, a procura de sentimentos de racismo é muito vaga. Etimologicamente o conceito é como uma extensão de hostilidades face aquele que é estrangeiro. A xenofobia pode descrever atitudes que prejudiquem, rejeitem ou excluam, chegando mesmo a difamar pessoas. É baseada em percepções que existem sobre pessoas estrangeiras ou fora do grupo comunitário e ou da identidade social. Internacionalmente a definição de xenofobia contém atitudes e condutas prejudiciais para com as comunidades estrangeiras. Nessas atitudes, a comunidade nacional encerra sentimentos de rejeição e exclusão, muitas vezes difamatórias, baseadas em percepções construídas sobre aqueles.³⁵ Para alguns, xenofobia é o medo injustificado perante estranhos ou estrangeiros, sendo possível, sob o ponto de vista psiquiátrico, inserir o termo numa categorização de fobia. Nos séculos XIX e XX foram discutidas muitas teorias sobre o pendor psiquiátrico ou psicológico ou, ainda, de foros sociológicos ou antropológicos.

³²Idem Ibidem, (Wieviorka e Miles, são outros autores referência.)

³³Vala, Jorge, Novos Racismos, Perspectivas Comparativas, Celta Editora, Oeiras, 1999

³⁴Machado, Fernando Luis, Contrates e Continuidades, Migrações, Etnicidades e Integração dos Guineenses em Portugal, Celta Editora, Oeiras, 2002, (Wieviorka e Miles, são outros autores referência.)

³⁵International Migration Law, Glossary on Migration, IOM International Organization for Migration, Switzerland, 2004

Porém, a questão é que a xenofobia não se poderá enquadrar na categoria de fobia, porque a sua génese deriva de atitude de influência colectiva³⁶. Michel Wieviorka³⁷ foi mais longe e fez a diferença entre as definições xenofilia, (mais rara, mas que também apareceu no século XX, de tendência cosmopolita) como a atracção por tudo o que é estrangeiro, e de xenofobia, (mais ligada ao etnocentrismo), que valoriza a superioridade dos valores e normas da própria comunidade. Para que a xenofobia se exprima é necessário que exista a sensação de insegurança e perigo, o que leva a tomar atitudes defensivas.

Numa abordagem de síntese, “a fronteira entre racismo e xenofobia é muito débil”³⁸. O conceito de xenofobia está sempre acompanhado pelo de racismo, sendo conceitos de difícil separação porque estão sempre interligados, no mínimo, na ideia de que o termo de xenofobia pode ser aplicado numa “exasperação” do etnocentrismo³⁹. O termo racismo, em sentido lato, é uma atitude de intolerância social que leva um indivíduo ou grupo a não aceitar indivíduos e grupos que tenham modos diferentes de pensar e agir relativamente aos seus. A intolerância do racismo e da xenofobia liga-os, cada um à sua maneira, à história dos últimos séculos, tendo uma raiz comum, o preconceito. Este é conduzido por um sentimento de superioridade religiosa, política, de raça, étnica ou apenas de estilo de vida. Assim, a diferença visa uma atitude de domínio para o que é considerado racismo, com uma série de comportamentos opressivos e de agressão. A ironia desse estágio será conseguir que o outro se convença absolutamente da sua inferioridade. O termo xenofobia é despoletado por sensações de insegurança e em virtude dessas. Aliado ao sentimento de racismo juntos poderão ser uma parceria forte e problemática.

Conclusão

Todos os conceitos aqui definidos irão ser utilizados como instrumentos na construção da dissertação, na análise das imagens que os portugueses têm dos chineses imigrantes em Portugal.

Assim, a partir da análise macro sobre a imigração em Portugal, pretendo chegar ao sentido mais restrito, a imigração chinesa em especial. Ainda, a análise do fenómeno imigratório pretende ser feita no âmbito da articulação entre o mesmo, na actualidade, e

³⁶Fonte consultada no Centro de Documentação do Acime, GILLES, Ferréol et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, pp.351-353, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

³⁷ Idem Ibidem

³⁸ Demartis, Lúcia, Racismo e xenofobia, in: Compêndio de Sociologia, Edições 70, Lisboa, 2002

³⁹ Demartis, Lúcia, Racismo e xenofobia, in: Compêndio de Sociologia, Edições 70, Lisboa, 2002

os processos da inserção das mentalidades e das políticas dos diferentes governos portugueses.

Deste modo, vai ser necessário reflectir sobre os conceitos acima definidos, na tentativa de descobrir que sentimentos os portugueses nutrem por estes cidadãos instalados no nosso país. As questões que acompanharão a análise são: a existência ou não, do racismo, quais as representações sociais que os portugueses têm dos chineses, se o etnocêntrismo nacional é tão forte que desenvolva sentimentos xenófobos, que receios e medos os cidadãos chineses produzem na sociedade portuguesa, qual o efeito na sociedade sobre as dinâmicas da diáspora chinesa a nível europeu, quais os reflexos para Portugal. Por fim, e por outro lado, se a ausência de quaisquer das manifestações anteriormente referidas serão um sinal positivo, ou antes, um sinal camuflado de todas elas.

I Parte:

**A Imigração Chinesa em
Portugal numa perspectiva
Histórica**

1.1– O fenómeno da imigração em Portugal (1970-2006)

“...O país de acolhimento não é nem uma página em branco, nem uma página acabada, mas sim uma página que se está a ser escrita”⁴⁰

Amin Maalouf

Neste capítulo pretendo sumariamente abordar o tema da Imigração, por achar pertinente para a contextualização do objecto do meu estudo.

A imigração não é um fenómeno pacífico de se definir, devendo ser analisado à luz dos enquadramentos históricos. Por tal, as migrações que existiram nos anos 60 foram diferentes das que tiveram lugar nos anos 70 e ainda nos anos 80. Relativamente aos anos 90 é sabido que foram um marco no desenvolvimento das políticas de imigração a nível nacional. Contudo, e em minha opinião, se nesta década ocorreu o incremento das políticas de imigração, a sua génese encontra-se nos anos 70, devido às diversas mudanças a nível político, económico e social, sentidas em Portugal.

Desta forma ao falar de imigração não se pode dissociar esta das respectivas políticas que abarcam diversos intervenientes e factores. As leis de autorização de permanência que regulam a fixação dos imigrantes no país e a Lei da Nacionalidade são alguns deles. Estes factores são relevantes para o desenvolvimento das várias fases das políticas nacionais que ao longo das décadas se têm desenvolvido. A integração é o objectivo principal dessas políticas afim de evitar factores de exclusão e discriminação.

É necessário mencionar que Portugal estava habituado a lidar com a emigração, realidade resultante de diversos factores historicamente conhecidos. A novidade foi ter de aprender a lidar rapidamente desde o início dos anos 60 com a imigração oriunda de vários pontos do mundo, e em particular, das colónias africanas, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, os denominados Palops (países africanos de língua oficial portuguesa). Também nos anos 60, Portugal recebeu imigrantes europeus, estes com graus de formação superiores e colocados em empresas transnacionais sedeadas em Portugal.

As razões que fizeram de Portugal um país ao mesmo tempo emissor e receptor de migrantes tiveram a ver com diversos factores como as transformações sentidas a nível económico e social, (após 1974), e o modelo de crescimento económico da Europa. A visibilidade de Portugal como país comunitário tornou-se maior a partir da adesão à

⁴⁰MAALOUF, Amin, *As Identidades Assassinas*, pp.52, Difel, Viseu, 200

então Comunidade Económica Europeia (CEE) (1985-86) passando a ser também considerado como um espaço empresarial a explorar.

Se a emigração portuguesa oferecia, então, mais qualidade e capacidade de trabalho nos países de acolhimento, os estrangeiros vieram exercer funções basicamente em duas situações paradoxais. Por um lado, os imigrantes pouco qualificados que ocuparam funções no mercado de trabalho, como a construção civil ou trabalhos domésticos. Estas ocupações exigiam uma mão-de-obra muito flexível e barata, sendo trabalhos rejeitados pela maior parte dos nacionais. Por outro lado, os quadros profissionais qualificados de imigrantes. Tinham autorização de residência e inseriam-se em empresas transnacionais, instaladas aos poucos em Portugal, devido à progressiva abertura do país, a partir dos anos 60, bem como a processos de recolocação das actividades produtivas em países da Europa do Sul.

Pode concluir-se que a emigração e a imigração, não partindo das mesmas linhas de orientação de mão-de-obra, têm margens de sobreposição e, não obstante diferentes níveis de qualificação, as funções desempenhadas são idênticas nos respectivos países de acolhimento. As posições tendem a ser intermédias nessas colocações⁴¹.

- **Síntese Histórica**

No início da década de 70, o número de estrangeiros que viviam em Portugal era restrito cerca de 29 mil presenças. Após a Revolução de 1974, e com o processo de descolonização entre 1975-1980, o cenário foi alterado passando a ser maioritariamente constituído por africanos, na maior parte vindos das ex-colónias portuguesas⁴². Assim, nos anos 80 existiam 58 000 estrangeiros, sendo 48% africanos. Ao longo dos anos 90, o crescimento de estrangeiros residentes teve uma taxa média de crescimento de 6,4%, sendo grande parte do fluxo oriundo do Brasil. Nos últimos anos da década de 90, Portugal conheceu uma maior diversidade de origens, e simultaneamente, um aumento da população estrangeira, crescendo a uma taxa média anual de 6,7%,⁴³. Em 1999 existiam 190896 estrangeiros legalmente registados, continuando a ser a grande maioria 47% oriunda de África, 30% da Europa, 14% da América do Sul e 5% da América do Norte⁴⁴.

⁴¹ Malheiros, Jorge Macaísta, Imigrantes na Região de Lisboa, os Anos da Mudança, pp. 78, Edições Colibri, 1996

⁴² Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, Imigração e Política, O Caso Português, pp. 15, Fundação Luso-Americana, Lisboa, Novembro 2001

⁴³ Idem

⁴⁴ Os outros 4% não têm origem explicitada, pelo que se pressupõe poderem ser de outras origens, como a Oceânia e países asiáticos. A validação desta nota prende-se com o facto de a representação da

Neste meio tempo, durante a década de 90, deram-se dois processos de regularização extraordinária da população a residir em situação ilegal⁴⁵ - o primeiro em 1992 e o segundo em 1996 - o que quer dizer que no fundo, o aumento da população deveu-se mais aos processos de regularização e legalização do que a qualquer fluxo de entrada.

Finalmente, a população dos fluxos migratórios dividiu-se em três subgrupos: os de origem africana (das antigas colónias), os europeus e, por fim, os brasileiros.

Além do grande impacto do fluxo brasileiro, os fluxos asiáticos, de representatividade silenciosa e reduzida, apresentaram, contudo, uma presença significativa. Estes fluxos foram considerados como uma imigração de pequenos negócios escolheu Portugal por este ser um país ainda por explorar no ramo das suas actividades, contrariamente ao que se passava nos outros países da Europa. Sabemos que perante estas realidades as respostas nem sempre foram adequadas mas, e apesar de tudo, as estratégias têm vindo a evoluir nas diferentes décadas e que as mesmas devem ser analisadas à luz dos seus contextos e épocas históricas. O século XX foi multifacetado nessa matéria, mas a realidade do século XXI é muito mais exigente e as agendas políticas consideram já, a imigração como uma realidade presente e continuada.

- **A Dinâmica das Políticas de Integração**

A partir dos anos 80 e 90, a imigração em Portugal deixou de ser um movimento restrito. Se por um lado, os imigrantes ilegais não eram considerados, por outro, no respeito às dinâmicas, o desenvolvimento foi rápido e sustentado, verificando a taxa média anual de 7,4% entre 1975 e 1999.

O crescimento de fluxos foi acompanhado por uma crescente intervenção estatal, no início defensiva e centrada no controlo de entradas⁴⁶. Em meados dos anos 90 o carácter dessa intervenção tinha uma componente mais reguladora, alargada à integração dos imigrantes. Neste contexto dá-se a emergência e consolidação das políticas de imigração no país. Nesse processo surgem naturalmente divergências e orientações conflituais no que diz respeito à acção do Estado na intervenção dos diferentes governos. Uma nota importante é a diferença entre as políticas migratórias dos anos 60 e as dos anos 90. Na primeira data foram políticas defensivas, fundamentadas no receio da invasão de fluxos. Após os anos 70 e até aos anos 90, o Estado foi “obrigado” a

imigração asiática e da Oceânia andar ser cerca de - 1,6%, 2,2%, 0,5%, na década de 90 até ao fim do século. No todo, apurando estas poderão preencher a lacuna dos 4% restantes.

⁴⁵ Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, *Imigração e Política, O Caso Português*, pp. 15, Fundação Luso-Americana, Lisboa, Novembro 2001

⁴⁶ Pires, Rui Pena, *Migrações e Integração: Teoria e aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras, 2003

empenhar-se nas políticas de imigração e integração. Se, por um lado, estas políticas não faziam parte das agendas políticas, por outro, foi quase compulsivo encontrar meios e modos de integração em prol do equilíbrio económico e social, não sem muitas divergências. A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento faz parte de um processo muito complexo com muitas componentes. Segundo Demetrios Papademetriou, “a integração deverá ser uma interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento”⁴⁷. Porém, em Portugal existiram desde sempre resistências a uma realidade emergente que aos poucos mobilizou as políticas portuguesas e os seus governos para a procura de estratégias de inserção e integração até ao século XXI.

- **A Lei da Nacionalidade**

Esta é uma questão que tem levantado muita polémica e contribuído para a melhor ou pior integração dos imigrantes na nossa sociedade. Dependendo das conjunturas e das vontades políticas, assim se tem tratado da questão da nacionalidade e das respectivas leis sobre o assunto. A independência das ex-colónias portuguesas veio despoletar este novo problema. A questão fundamental tem sido o direito à nacionalidade segundo os critérios de “ius solis” (nascidos em território nacional) ou “ius sanguinis” (descendentes de emigrantes estrangeiros residentes em território nacional).

Desde a promulgação do Código Civil de 1867, o regime legal de nacionalidade prevalecente era baseado no critério do “ius solis”⁴⁸. Este manteve-se na Lei n° 2098/59, de 29 de Julho de 1959, pela qual o Estado passou a seleccionar os afluxos no contexto de guerra civil das ex-colónias, no que diz respeito a possíveis refugiados. A legislação em vigor precisava duma intervenção legislativa actualizada e adequada aos contextos do momento.

Para dificultar os possíveis acessos, as autoridades remetiam para o critério do “ius sanguinis”, com a possibilidade de conservar a nacionalidade para os naturais das ex-colónias, através do D.L. n° 308/75, art. 1, n° 2, de 24 de Junho de 1975. Assim, na lei geral estava consolidada com a substituição do critério do “ius solis” pelo do “ius sanguinis”⁴⁹.

Em 1981 surge um novo quadro legal, a Lei n° 37/81, de 3 de Outubro que veio resolver

⁴⁷ Citado no I Congresso de Imigração Em Portugal, Maria Lucinda Fonseca, as Dinâmicas de Integração dos Imigrantes, Dezembro, 2003

⁴⁸ Pires, Rui Pena, Migrações e Integração: Teoria e aplicações à Sociedade Portuguesa, pp. 126, Celta Editora, Oeiras, 2003

⁴⁹ Idem Ibidem

a tensão entre os dois critérios: a possibilidade de manter ou abandonar a nacionalidade portuguesa, sob o critério de “ius sanguinis”. No enquadramento da lei geral, esta contudo, ainda regida pela Lei nº 2098/59, que privilegiava o critério de “ius solis”, assim, com a publicação daquela lei, esta ambiguidade fica resolvida. A novidade foi o abandono do predomínio de “ius solis”, que vigorava desde o século XIX, em favor do “ius sanguinis”⁵⁰.

Com a Lei nº 25/94, de 19 de Agosto, a Lei nº 37/81 foi alterada, concedendo-se o direito da nacionalidade a pessoas nascidas em território português com pais estrangeiros com título válido de autorização de residência, há pelo menos 6 ou 10 anos. À Lei de 1981 foram feitos vários aditamentos: o DL 322/82, de 12 de Agosto, alterado pelo DL nº 117/93 de 13 de Abril e finalmente, o DL nº 253/94, de 20 de Outubro⁵¹. Neste último aditamento foram inseridas medidas de discriminação positiva para estrangeiros originários dos países de língua oficial portuguesa. Assim, no actual quadro legal pode ser-se cidadão português por ascendência, através do casamento, por adopção ou por naturalização. Em todas estas leis, das quais a lei nº 25/94, a preponderância é o critério de “ius sanguinis”. Portugal está assim, imbuído de tendências restritivas à lei da nacionalidade para com os imigrantes.

Porém, em 17 de Abril de 2006, a quarta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, saiu uma nova Lei Orgânica, nº 2/2006, do DL nº 237-A/2006. Esta vem alterar significativamente os regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa. A relevância vai para o reforço do princípio do “ius solis”, concretizando-se assim, o objectivo do Programa do Governo⁵².

Em suma, Portugal apesar de actualmente Portugal ser também um país de imigração, tende a funcionar ainda apenas como um país de emigração. Finalmente, as transformações sobre a nacionalidade têm sido influenciadas pelos países europeus de imigração. Numa fase inicial, o Estado foi reactivo à novidade do fenómeno e, baseado no critério de “ius sanguinis”, tendeu a condicionar o crescimento dos fluxos migratórios internacionais que se dirigiam para Portugal. A partir dos anos 80, estas leis condicionaram a configuração daqueles fluxos, bem como, as condições de integração dos imigrantes inseridos. O princípio seguido é o da segmentação do espaço jurídico em função da nacionalidade. As dinâmicas portuguesas de integração ainda hoje não

⁵⁰ Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, Imigração e Política. O Caso Português, pp. 29
Fundação Luso-Americana, Lisboa, Novembro 2001

⁵¹ Alteração da Lei da Nacionalidade Portuguesa e regulamento da Nacionalidade Portuguesa, Projecto de Lei nº 334/IX, Lei 25/94, Setembro, 2006

⁵² Diário da República, 1ª série – nº 239 – 14 de Dezembro de 2006, Decreto-Lei nº 237-A/2006 de 14 de Dezembro, pp.8388 (2)

apagam os receios, que as novas imigrações fazem sentir nas estratégias de integração nacionais. “Cresce uma nova imigração, em média mais qualificada, mas estranha à língua e à cultura portuguesa, oriunda do Leste europeu”, observação feita sob o espectro político-partidário, do Programa Eleitoral do Partido Socialista, em 2002⁵³. Este modo de encarar a imigração e as suas novidades migratórias facilitam a emergência de estratégias e planos de integração social discriminatórios e o desenvolvimento de dinâmicas de exclusão social perante a sociedade de acolhimento. Estas emergências podem, de resto, conduzir ao incentivo de lógicas de etnicização. Nesta óptica, podemos avaliar à luz das medidas legislativas seguidas até hoje, que o Estado tem evoluído na emergência da realidade migratória, tanto na demografia, como na sociedade, e por outro lado, tem incorrido num lento crescimento das estratégias políticas e das medidas apropriadas para fazer face à realidade da imigração em Portugal.

- **Conclusão**

Sabemos que a imigração é um fenómeno relativamente recente em Portugal, porém, no início deste século muito já foi feito em prol da mesma. As políticas de integração fazem hoje, naturalmente, parte das agendas políticas. Contudo, desde os anos 70 até à actualidade, perante as diferentes conjunturas e contextos, a realidade imigratória portuguesa não tem sido fácil de gerir.

As lacunas das várias leis de imigração do nosso país, aliadas às problemáticas de inserção, têm ficado aquém das necessidades. Essas, analisadas sob o ponto de vista nacional ou sob o ponto de vista do imigrante, traduzem-se em dificuldades de integração e inserção.

A Lei da Nacionalidade é o ponto mais flagrante que tem vindo a contribuir para a inibição de uma integração paulatina e gradual na sociedade de acolhimento. A questão dos critérios usados sejam eles o “ius solis” ou “ius sanguinis”, não tem deixado clarificar como é que as segundas e terceiras gerações poderão melhor integrar-se na sociedade que os viu nascer.

A última alteração à Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, alterada entretanto pela Lei nº 25/94, de 19 de Agosto, vem agora pela terceira vez ser alterada, através da Lei Orgânica nº 1/2004, de 15 de Janeiro. A Lei nº 37/81 retirava o predomínio do critério “ius solis”, para relevar o critério de “ius sanguinis”, anteriormente remetido pela Lei nº

⁵³ Pires, Rui Pena, Migrações e Integração: Teoria e aplicações à Sociedade Portuguesa, pp. 131, Celta Editora, Oeiras, 2003

308-A/75, artº 1, nº2. Esta última entretanto havia deixado uma ambiguidade quanto ao seguimento dos critérios, pois o “ius solis” era adoptado desde 1959, pela Lei nº 2098/59. Em suma, a Lei nº 37/81, havia temporariamente resolvido esta questão, mas as realidades sociais não se apropriavam àquela. Deste modo, a nova Lei Orgânica, tende para o tradicional critério de “ius solis” e observa questões que se prendem com a estabilidade social através da inclusão que dependerá das regras da aquisição da nacionalidade. Portugal, como já foi referido, por factores mentais de receios políticos tem insistido nessa matéria. As segundas e terceiras gerações são o objectivo principal, afim de evitar a emergência de factores de exclusão e marginalização muito mais difíceis de resolver a nível social. Naturalmente esta Lei tem de observar o rigor e a coerência do sistema de integração e regular as estadias de residência ou permanência.

A Lei Orgânica, nº 2/2006, de 17 de Abril, do DL nº 237-A/2006⁵⁴ vem alterar pela quarta vez a Lei nº 37/81 e consubstanciar o critério de “ius solis”. Efectivamente, as alterações demográficas dos últimos anos sensibilizaram os diversos governos para o facto de muitos descendentes de imigrantes nascidos em Portugal e que não conheceram outro país, além de Portugal, não serem considerados portugueses⁵⁵. As políticas de integração não são independentes da aquisição da nacionalidade e do acesso ao direito fundamental de cidadania. Os acessos à saúde, ensino, habitação, trabalho e reagrupamento familiar são as componentes essenciais para uma boa integração. Porém, também aqui se conhece a existência de situações de discriminação com base na nacionalidade, tanto a nível de trabalho, como da habitação e outras. Os empresários e patrões, bem como as autoridades locais, nem sempre facilitam a vida aos imigrantes, seleccionando-os por origem, conforme os seus interesses.

A realidade social imigratória tem feito despoletar vários factores de resistência. O clima de instabilidade socioeconómica tem sido o móbil para rejeitar a ideia da entrada de imigrantes no nosso país e isso é uma responsabilidade acrescida para o Estado e as suas estratégias de inserção na sociedade portuguesa.

As ONG’S, onde se inserem, entre outras, associações de imigrantes, SOS Racismo, e o ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), que se encontra dependente da Presidência do Conselho de Ministros PCM⁵⁶ têm coordenado esforços para ajudar os imigrantes a enfrentar as dificuldades de inserção social e no mercado de trabalho, bem como na regularização da sua estadia em Portugal. Sem esse apoio,

⁵⁴ Diário da República, 1ª série – nº 239 – 14 de Dezembro de 2006, Decreto-Lei nº 237-A/2006 de 14 de Dezembro, pp.8388 (2)

⁵⁵ Esta lei veio no sentido da concretização de um dos objectivos do Programa governamental, relativamente às políticas de integração.

⁵⁶ Regulado pelo D.L. nº 251/2002, 22 Novembro.

muitas vezes os imigrantes caem em situações de exploração e precariedade que os podem conduzir a situações de exclusão. Para bem do país e dos seus cidadãos, sejam eles imigrantes ou não, e em nome dos Direitos Humanos, os países europeus devem promover estratégias consentidas. Portugal com uma nova realidade migratória, mas com o conhecimento do que é a emigração, em minha opinião tem uma responsabilidade acrescida.

Todo esse trabalho não pode obviamente descurar a sociedade nativa e deve defendê-la de quaisquer agressões, sejam económicas, políticas ou sociais. A tarefa das políticas imigratórias não é fácil, se não as alterações a diversos níveis não teriam tido tantas oscilações e não estariam ainda tão aquém das realidades nacionais. Outrossim, tudo deve ser feito para não deixar desenvolver as tendências discriminatórias e xenófobas que poderão incitar a sentimentos de racismo mais acesos.

Nesta matéria, as políticas do Estado têm a responsabilidade de motivar tanto os cidadãos nacionais, como os cidadãos estrangeiros, tendo em conta que a imigração é uma mais valia económica e social e tendo em conta a situação vulnerável da sociedade portuguesa. Deste modo, cabe aos diversos governos não inibirem, mas responsabilmente inserirem os cidadãos estrangeiros, com tudo o que lhes diz respeito, motivando as segundas e terceiras gerações à inserção e não à guetização. Todas as assimetrias que teimem em continuar apenas irão contribuir para a formação de grupos étnicos isolados da sociedade de acolhimento e desmobilizados de vontade política e social. Esta constatação não traz nada de bom para Portugal, que quer transmitir à sociedade portuguesa que a imigração é uma mais valia demográfica e económica para o país.

1.2 – Valores sócio-culturais da China e sua influência na diáspora

- **Considerações Introdutórias**

Este ponto deve ser iniciado com uma breve noção do que é uma comunidade, para melhor se entender no caso concreto, a diáspora e as características da/s comunidade/s chinesas em Portugal.

As ferramentas usadas foram conceitos de diversas áreas, mas sempre abordagens de carácter generalista.

Comunidade como conceito é importante e tem imbuído um espírito de colectividade, cujo trabalho é conjunto. A sua coesão baseada em valores, interesses, normas e costumes é conscientemente partilhada pelos seus membros.

A acção humana de uma comunidade pode mudar o modo de ser de uma sociedade. A

interacção das suas dinâmicas pode originar comportamentos colectivos e movimentos sociais, que podem deter elementos fortes do capital humano dessa sociedade e dar origem a formas diversas de repensar a realidade social.

Para as ciências sociais, comunidade é um conceito primordial e fundamental no pensamento sociológico⁵⁷. Estas estão ancoradas por laços profundos e incondicionais que unem o homem à sua comunidade

Muitos foram os estudiosos que se debruçam sobre a sua definição, mas nem sempre é fácil encontrar um consenso na sua determinação⁵⁸.

Outros salientam a *multiplicidade*, a *multidimensão* e *abrangência* que caracterizam uma comunidade

O termo comunidade pode ser dicotómico, entre:

1. Negativo – a não-comunidade,
2. Positivo – onde o isolamento e a insegurança dão as mãos,

No primeiro, existe um pendor contratual maior que a noção das relações afectivas e emocionais do segundo. Deste modo, poderá ser o poder contratual e relacional, que na sua interacção contribuirá para a mudança social referida atrás.

Sobre esta dicotomia, salientam-se aqui alguns dos autores⁵⁹ que se debruçaram sobre este conceito e as áreas abrangentes que mais salientaram:

Autores clássicos, de ideologias puras defendiam o conceito como uma “imagem ideal de sociedade...perdida nas transformações sociais e condenada ao seu desaparecimento”⁶⁰.

Uma comunidade tem implicado dentro de si, semelhanças e diferenças, estando os seus membros unidos por traços comuns, sendo estes por outro lado, factores de distinção face a outros grupos ou entidades sociais.

Numa tentativa de clarificação do conceito, uma comunidade é um espaço social onde se aprende a viver e a integrar o ser social. O sentido de pertença individual é maior que o da família, mas menor que o da sociedade com que interage.

Deste modo, as fronteiras são os limites sob os quais os diferentes grupos interagem, onde existem diversas barreiras que os distinguem de outros grupos. Estas podem ser

⁵⁷No século XX, Robert Nisbet marcou o conceito, chamando-o de “Novas Utopias”.

⁵⁸ Hillery encontrou cerca de 100 definições diferentes. Para o autor, existem três elementos básicos que definem o conceito: A interacção social; A área geográfica; A existência de laços sociais de uma natureza particular.

⁵⁹ Ferdinando Tönnies – comunidade versus sociedade. Émile Durkheim – comunidade versus a vertente solidariedade mecânica e orgânica. Henry Morgan – Societas versus civitas, civilidade, Lewis Main – comunidades versus o estatuto das mesmas e o seu poder contratual.

⁶⁰ Duarte, Isabel, Alexandra Castro, Joana Afonso, et al, Coexistência Inter-Étnica, Espaços e Representações Sociais, Os Ciganos vistos pelos outros, pp.24-25, Acime Porto, Agosto, 2005

linguísticas, religiosas, raciais, ou ainda, de pendor jurídico, administrativo ou físico. É neste contexto que surge a necessidade da apropriação de espaços e onde as interações contribuem para a construção dos mesmos. É deste modo, que e de acordo com as características, vivências e modos de construção de cada grupo e das suas especificidades, surge a necessidade de criar espaços, para os recriar.

A questão dos espaços públicos é aqui referida à laia de contextualização, por pensar ser pertinente referir a sua importância no grau de integração dos diferentes grupos. Este é um assunto ao qual voltarei mais tarde, deixando-o pendente por agora.

As definições anteriormente apresentadas irão servir para abordar a realidade dos imigrantes chineses em Portugal. O objectivo é fazer uma digressão sumária das realidades sociais chinesas e os seus percursos até chegarem ao nosso país. Recuando um pouco, desde os séculos XII e XIII que a diáspora chinesa se faz. Os seus fluxos foram acontecendo ao longo de períodos muito conturbados por guerras, fomes e outros acontecimentos de ruptura.

No decorrer do século XX, os chineses encetaram uma diáspora migratória que hoje se encontra espalhada pelos diferentes pontos do globo e pela Europa em particular. As manifestações simbólicas e urbanas da diáspora chinesa estão consolidadas pela sua instalação nas chamadas “Chinatowns”. Em Nova York e na Europa, em Londres, são marcas dos movimentos da diáspora chinesa. Contudo, a diáspora chinesa é secular, tanto a nível interno, como a nível externo. As suas migrações vêm desde há séculos e em diferentes contextos.

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e nos anos seguintes, vários conflitos externos e internos, afectaram a China, nomeadamente a implantação da República Popular da China (RPC) em 1949 e o chamado “Grande Salto Adiante”, em plena Revolução Cultural do Proletariado. Tudo isso contribuiu para que em 1965, os chamados “Novos Emigrantes”, se fossem organizando numa emigração clandestina, oriunda do sul da China, para os diversos pontos do globo, incluindo Portugal.

Aqui gostava de salientar a falta de incentivo do Estado chinês para com as iniciativas privadas. Por exemplo, a criação de grémios chineses, aos olhos do Estado, era considerada uma forma de interferência no sistema de integração política. Estas eram tão pouco conceituadas, pois ao nível social, o estatuto de mercador tinha um sentido pejorativo e desfavorável. Assim, a profissão de comerciante era evitada pelo povo, por um lado, porque quem tentasse, era contra o sistema do Estado e o seu investimento e rendimento não seria fértil. Por outro lado, qualquer mercador ou comerciante era conotado negativamente a nível social, principalmente os camponeses, que já não tendo

a sua situação facilitada, evitavam aquelas profissões. As problemáticas internas e externas influenciaram marcadamente a China a nível social, económico e político. A Revolução Cultural e a implantação da RPC foram acontecimentos que despoletaram grandes migrações, sobretudo de camponeses do Sudeste Asiático. Os interesses da China ficavam aquém das necessidades do seu povo, aliás, o poder político não queria competições económicas, por isso, a imagem malograda do comerciante. Estes, foram obrigados a sair para os quatro pontos do mundo e construir uma nova China, dentro de outros Estados.

Estes e outros factores contribuíram para o início “precoce” de uma diáspora, especialmente de comerciantes que se começaram a dirigir para o Sueste Asiático. Assim, o grosso das primeiras vagas migratórias chinesas foi neste sentido geográfico, sendo as restantes para outras partes do mundo.

Falar da diáspora e comunidade chinesas não é das tarefas mais fáceis. As particularidades daquelas em qualquer parte do mundo, da Europa e em Portugal em concreto, devem ser analisadas à luz de uma série de outros elementos que dificilmente se dissociam da sua estrutura social, familiar e empresarial. Ou seja, quando queremos um olhar particular e social, este último está invariavelmente associado às estruturas empresariais, mas principalmente, às estruturas familiares enquanto motor de toda a migração que tem conduzido à diáspora chinesa, com a solidariedade familiar e empresarial, o “familismo empresarial”.

Esta característica das comunidades chinesas demonstra, como qualquer chinês na diáspora tem o apoio necessário para se estabelecer na sociedade de acolhimento. As influências simbólicas e filosóficas da vida do povo chinês são a orientação de honra para todas as facetas das suas vidas.

É claro que dificilmente se poderá falar da comunidade chinesa sem reflectir sobre as dinâmicas económicas e empresariais. Mais ainda, estas dinâmicas têm subjacentes princípios e valores muito arraigados a uma dinâmica ainda mais forte e vinculativa. Aqui, será talvez altura de falar um pouco sobre as “Dinâmicas” do Confucionismo, que influem há milénios na sociedade chinesa, mantendo, ainda hoje essas influências.

- **O Confucionismo e as suas dinâmicas**

O Confucionismo nasceu como teoria com Confúcio⁶¹, o primeiro chinês que se formou como professor, considerado o primeiro teórico político. O tempo em que Confúcio viveu foi de grandes crises sociais e muitas guerras, acabando por ser essa instabilidade

⁶¹ Nascido em 550 a.C. a norte da China, numa cidade chamada Qufu

política e social os factores que influenciaram e moldaram o seu pensamento.

O pensamento confuciano foi aplicado a uma teoria política, baseada numa ética moral cuja base era a benevolência. A obrigação dos governantes, segundo Confúcio, era mostrar moral para com os seus súbditos e, através da educação da sociedade, construir um povo pacífico e justo. Esta teoria acabou por ser adoptada como filosofia de Estado durante várias épocas na história da China.

A pureza da sua teoria obrigava os governantes a uma moral justa para com o seu povo, e o seu estado mais puro seria atingir o estatuto de “Junzi”, “Príncipe”. Assim, entre governantes e vassallos formar-se-ia uma sociedade que quase não precisaria de ser governada, devido à excelente educação de valores morais e justos adquiridos. Como teoria pura, não haveria necessidade de punição e a intervenção judicial seria mínima.

O confucionismo conseguiu ao longo de milénios, independentemente das conjunturas políticas e sociais, atingir os vários sectores da vida humana marcando-os com os seus valores.

A harmonia social que Confúcio procurava como base da sua teoria política, foi adoptada a cinco relações humanas primordiais baseadas na reciprocidade:

1. *As relações entre pais e filhos* – cujos valores morais obrigam à piedade filial, o filho deve submeter-se à hierarquia familiar do “Pater”, tanto a nível familiar, económico, como empresarial;
2. *A relação hierárquica entre patrão e empregado* – pagando-lhes salários baixos, compensa-os com habitação e alimentação não consentindo que se desenvolva entre eles, a consciência de classe. Em caso de conflito ou desagrado e reivindicação de melhores condições, o assunto resolve-se com a iniciativa do empregado. Este despede-se ou arranja um negócio assim que tenha conseguido o dinheiro suficiente⁶²;
3. *Entre irmãos* – onde os mesmos valores devem reger a orientação e conjugação de esforços para manter unida a riqueza familiar, evitando o enfraquecimento de cada um e no fim, a divisão da família;
4. *Entre marido e mulher* – o marido controla os negócios da família, a mulher colabora segundo a orientação dos valores morais, ajudando na educação dos filhos, na sua formação e, muitas vezes dentro da empresa, recrutando os

⁶² Apesar de ganharem pouco, esta é uma herança cultural e social do país de origem onde os trabalhadores têm salários baixos, mas têm cantinas e creches onde podem respectivamente comer e deixar os seus filhos enquanto trabalham. Têm ainda, acesso à medicina tradicional e educação, vivendo em apartamentos perto dos seus locais de trabalho. Tudo isto é considerado como mais valias.

empregados e orientando-os nas questões da habitação;

5. *Entre amigos* – a confiança, reciprocidade e honestidade têm de estar presentes, tendo como base as relações de igualdade e retribuição mútuas.

São estas as redes obrigatórias da filosofia chinesa onde a prática da ética moral e política exerce a sua influência no dia-a-dia, através dos seus diferentes tipos de relações.

Relativamente à influência na economia e nas políticas económicas, afim de salvaguardar a estabilidade social, o confucionismo entevem através de cinco desejos e de quatro belezas, tudo em prol da harmonia e bom senso da ética moral. De acordo com uma campanha governativa de 1982, as directivas eram: o desejo da civilidade, da boa educação, da higiene, da ordem e da moral; as belezas eram: a de espírito, linguagem, comportamento e do meio ambiente.

Finalmente, adequada à actualidade na aposta ao capital social, a ética confuciana é comum. A complexidade e diversidade da sociedade chinesa aumentou e a ética moral deverá também (através de cinco princípios⁶³), reger a sociedade como ela é hoje, na formação do seu carácter, como tal, na dimensão de: ser social, político, metafísico e histórico.

Estes são, genericamente, os vários pontos que a teoria confucionista foca na vida da China social e política.

Sabe-se que ao longo dos tempos o Confucionismo tem tido muitos altos e baixos ao longo dos tempos, no que diz respeito à aceitação e deturpação dos valores de que é imbuído. Houve épocas em que muitos defenderam a extinção do mesmo, alegando que a teoria era um travão ao progresso e abertura dos valores que chegavam do Ocidente. Porém, na época de Deng Xiaoping⁶⁴, durante a Revolução Cultural, este considerou ser possível aliar a tradição e os seus valores, aos valores democráticos e à ciência, ou seja, ao progresso. Conseguia-se deste modo, uma dicotomia que levava consigo valores tradicionais e ancestrais mas, sem travar a evolução das realidades contemporâneas políticas, sociais e económicas.

Confúcio pretendia uma unificação, aliando a ética à política, para que em momentos de crises e cisões sociais e políticas, pudesse servir de união de forças, com povos de outros países asiáticos, sinizados ou não. O objectivo era conseguir uma unidade

⁶³ No confucionismo existe um aspecto interessante, um número constante, o número cinco. Este número está sempre presente na vida social, familiar, política e económica.

⁶⁴ Canuto, João, *A Dinâmica do Confucionismo na sociedade Moderna Chinesa*, pp. 313, In: Estudos sobre a China, VII, vol.I, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

cultural e linguística. O imperador Song conseguiu criar essa simbiose anos mais tarde à morte de Confúcio, o que prova a intemporalidade da sua teoria.

Não há dúvida que com os seus valores morais, o Confucionismo não sendo uma religião, tem ainda assim o seu pendor religioso, agindo nesta área como um sistema mágico. Existe uma imagem que eu gostaria de transcrever sobre o aspecto mágico do sistema confuciano: “tal como as folhas do chá que se diluem na água quente e cujo aroma se impregna no ambiente”⁶⁵. Ou seja, na sociedade secular ou actual, esta é uma ideia muito envolvente, que demonstra a subtilidade da marca confucionista no povo chinês. Uma magia que influencia o cosmos no mundo asiático sinológico, a unicidade que convive com a sua diversidade.

Sabe-se que actualmente os chineses têm de viver, e ter sucesso, num mundo de tradições morais e religiosas diferentes das suas. É nesse contexto diverso que o confucionismo é uno e está presente na sociedade chinesa.

Muito mais há a dizer sobre a ética confucionista, aliás esta é um manancial que dificilmente se esgotará na sua abordagem. A sua influência na sociedade chinesa, seja ela no seu país ou na diáspora nos diversos pontos do mundo, é a orientação da vida deste povo. A marca intemporal do confucionismo, mesmo na modernidade passa pela continuidade da ordem, de acordo com a natureza que também se desenvolve com a sua ordem. O enriquecimento de um país, passa por estabilidade e saúde da sociedade no sentido do desenvolvimento.

Esta marca indissociável do espírito do povo chinês sentida ao longo dos tempos suscitou em Huntington, no seu livro “Conflict of civilizations” (1996),⁶⁶ a teoria de que as culturas islâmicas e confucionistas, num futuro próximo, seriam “o principal inimigo do Ocidente”⁶⁷. Isto, porque os novos confucionistas pretendem que as civilizações orientais e seus princípios substituam os valores das civilizações ocidentais. Contudo, Yang⁶⁸ reflecte e defende que embora a China tenha muita grandeza, mesmo nos momentos mais poderosos não deixou de ter a “auto-contenção” e nunca impôs a sua cultura a outras. Segundo o mesmo autor, Huntington vê o confucionismo como um “alvo hostil, devido ao pouco conhecimento que possui do mesmo”.

À escala global, muitos consideram a possibilidade de o confucionismo poder vir a ser um desafio para o mundo moderno. A necessidade de novas condutas morais e de

⁶⁵ Canuto, João, A Dinâmica do Confucionismo na sociedade Moderna Chinesa, pp. 313, In: Estudos sobre a China, VII, vol.I, Coordenação Profª Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

⁶⁶ Yangxiang e Yang Xiangkui, Confucionismo e Modernização, In: Estudos sobre a China, VII, vol.I, Coordenação Profª Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

⁶⁷ Idem

⁶⁸ Idem Ibidem

governança, de valores como as “relações familiares e de piedade filial”, sempre com a base de benevolência, afim de fazer face às tendências de globalização. Obviamente não na óptica de Huntington, que vê nestas mudanças uma via inimiga para as sociedades ocidentalizadas, mas num conceito conciliatório. Yang, e o historiador Arnold Tynbee que valorizam bastante os valores espirituais chineses, consideram, “não ser a sociedade chinesa inferior à criatividade de qualquer nação”⁶⁹.

Podemos, então, encarar esta defesa como uma inspiração para uma nova sociedade a nível internacional, onde valores como os confucionistas poderiam transmitir à humanidade do século XXI, a sabedoria que instiga à estabilidade.

Sabe-se porém, que a sociedade chinesa – mesmo baseada nos valores confucionistas – tem igualmente, como todas as outras e independentemente das suas filosofias ou sistemas de crenças, problemas sociais graves – não se vendo a piedade na política de natalidade relativamente ao sexo feminino, ou outras demonstrações de violência em massa, que demonstram um grande desrespeito pelos Direitos Humanos.

Ainda, poderia colmatar as grandes e graves lacunas de todo o mundo e do seu vazio de valores, no mundo onde a supremacia é ocidental.

Posto isto, o facto é que o confucionismo é ainda o veículo de base para a política e sociedade chinesas, com valores essenciais na educação do seu povo. Perante as inúmeras dificuldades e diferenças globais, estas têm de ser sabiamente geridas para os múltiplos desafios, e em conciliação com a tradição cultural chinesa, quiçá de outros Estados.

• O Simbolismo

Outras marcas fazem parte da filosofia do povo chinês e das defesas necessárias para a sua força na diáspora pelo mundo.

O “Bambu”, é um símbolo de firmeza e honestidade, sendo que a expressão, “ Bambus no peito”, significa uma pessoa que tem ideias seguras e firmes. Também a imagem do

*“vento que sopra forte contra o bambu, apesar de o vergar não o consegue partir.
Antes, quem estiver por perto no momento em que o bambu se erguer, pode ser atingido
pela sua força e o seu impacto”.*

Revela a robustez do bambu, que representando o sinal de “renovação, de nova vida”,

⁶⁹ Yangxiang e Yang Xiangkui, Confucionismo e Modernização, In: Estudos sobre a China, VII, vol.I, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

onde a felicidade é construída ou reconstruída com firmeza, como sinal de carácter.

Um outro símbolo de máxima importância no pensamento chinês é o do “Dragão”. Este representa pelos seus múltiplos braços o número de etnias que existem na China. A diversidade étnica é impressionante, possuindo muitas particularidades, mas, com muitos pontos comuns⁷⁰. O número de etnias e comunidades são 56, sendo 55 etnias minoritárias. A sua coesão dá força e unidade ao pensamento filosófico chinês, que é transmitido à sociedade chinesa em prol da sua “unidade” e “harmonia”. “Pante”, o “Todo”, representa a eternidade, sem princípio nem fim e mostra as “cinco” cores do arco-íris. Em teoria, as cinco cores poderiam representar o lugar que todos ocupariam na sociedade. Com o seu brilho e cor próprias. Sendo, uma imagem bonita e colorida, simbólica do optimismo chinês e da sua persistência na unidade, a prática revela-se muito diferente.

Mais uma vez é notória a marca do número cinco, este é uma constante na conjugação e harmonia do pensamento simbólico chinês.

A denominada “Tribu Global”⁷¹ que caracteriza a diáspora chinesa por diferentes razões e motivações, é por isso chamada tendencialmente de uma comunidade dispersa, mas possuidora de pontos comuns⁷².

- **A Revolução Cultural e as Filosofias Oriental e Ocidental**

Sabe-se que as influências, confucionistas, entre outras, são a base das várias políticas sociais e económicas.

Com a Revolução Cultural, a China abriu-se ao mundo e o pensamento do povo chinês mudou. A educação dos filhos foi um dos sectores onde mais se fez sentir essa mudança. Mas na diáspora é conservada a estrutura dos valores filiais para com a família e os seus ancestrais. O pragmatismo desses valores é a base da sobrevivência e coesão social, tendo reflexos na sociedade chinesa em diáspora.

A revolta em Tiananmen encabeçada por estudantes em Junho de 1989, foi um sintoma social do caos político-económico que afectava não só trabalhadores e sindicatos, como intelectuais e toda uma sociedade. Para os chineses, o facto de serem os estudantes a avançar com as manifestações, simbolizou um paradoxo, no sentido de que quebraram regras e convicções educacionais tradicionais.

⁷⁰ Informações obtidas em Entrevista exploratória com a Profª Doutora Ana Maria Amaro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, especialista em Estudos Chineses, Março de 2005

⁷¹ Picquard, Pierre, L'EMPIRE CHINOIS, Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004

⁷² Idem Ibidem

As influências de Mãe Zedong em 1949-1977 incitaram esses jovens à emancipação da tutela paternal. Ao contrário dos princípios básicos da ética confucionista, piedade filial ou obediência filial, estas revoltas tiveram contornos de crueldade, foi mesmo considerado o período mais negro da história da China. Os jovens agiram contra a ordem moral e a harmonia social, humilharam e agrediram os anciãos, muitos da sua própria família.

Foram os espíritos nacionalistas, o patriotismo, o incentivo ao progresso, as ideias democráticas e de liberdade, entre outras manifestações, o ponto marcante para a necessidade de rever o Confucionismo tradicional. Independentemente das ideologias neo-confucionistas, o factor de raiz do povo chinês foi ter sempre um “porto seguro” nos momentos difíceis. Conforme a raiz harmónica confucionista, manter o “fiel da balança” equilibrado em momentos de triunfo, não se deixando inebriar com as glórias, é um ponto importante nas suas condutas.

Surge uma explosão informática, desenvolvendo a comunicação on-line. Os reflexos na diáspora chinesa não se fazem esperar. Das viagens ao estrangeiro de homens de negócios chegam relatos, sobre o modo de vida dos ocidentais, americanos e europeus. As experiências destes homens e de turistas chineses, representados em todo o mundo, são a emergência de uma nova classe, de uma nova categoria social chinesa.

As mutações da ideologia confucionista, o neo-confucionismo, são divididas em duas fases. A primeira, numa conjuntura política de ruptura com a implantação da RPC, em que todas as convulsões afectaram a sociedade chinesa atingindo as ideologias de base. O Confucionismo, a partir daí; sofre um revés de crédito e de aceitação por parte da sociedade e do Estado, isto ao fim de cerca de dois milénios, sem interrupção.

Assim, passados os momentos de convulsões e instabilidades ideológicas, em minha opinião, chegamos à segunda fase do neo-confucionismo. Esta é mais clarificada e virada para a construção do futuro da nação chinesa, como a charneira entre uma e outra, embora um pouco ténue. É uma fase onde surgem homens que com profundos conhecimentos, têm tentado desde então, criar um novo sistema confucionista. Manter as antigas ideologias e desenvolver o hábito do pensamento crítico, sem ter de assimilar as que eram importadas do Ocidente, era o objectivo ideal, apesar do pensamento crítico ser naturalmente contra a “suposta” harmonia” do pensamento e da ideologia tradicional, bem como da sua unicidade.

Na década de setenta, para surpresa do Ocidente, dá-se a revitalização e é criada a

chamada “Zona cultural confucionista”⁷³. É demonstrada a capacidade de reestruturação, actualização e adaptação às novas exigências internas e externas.

O novo confucionismo defende o reconhecimento de todos os valores emergentes do século passado: dos direitos humanos, da liberdade e democracia. A conciliação da ética moral, humanista, ao mesmo tempo inclui valores do desenvolvimento científico, confirma a universalidade do Confucionismo.

Em suma, foi um momento da história da China que abalou os princípios confucionistas básicos e milenares da ética, religião e moral, bem como da sua filosofia, o que provou que os princípios milenares e o sistema mágico confucionista não eram fáceis de aplicar aos movimentos políticos e às crises sociais da altura.

Foram estas as dinâmicas sociais e filosóficas do povo chinês, que serviram de motor para a construção das características da sociedade chinesa dos nossos dias.

Consequentemente se é importante um olhar sobre o cerne social, também é indissociável o pensamento filosófico nele inserido.

Gostava ainda aqui de salientar a importância da filosofia oriental no pensamento filosófico ocidental do século XIX. Este ‘bebeu’ muitas influências do tauísmo e do budismo, tal como do confucionismo em concreto.

No século XVIII, Leibniz trouxe para a Europa essas influências. As ideias naturalistas do pensamento chinês foram-lhe transmitidas por um padre jesuíta de Pequim, de nome Athanasius. Uma dialéctica de causa-efeito, muito observada na conduta de vida das comunidades chinesas, em ligação com o que no Ocidente foi chamado de Lei Natural. A harmonia entre o Homem e a Natureza, de base confucionista, tem a ideia do “Todo”, Ideia Absoluta” de Hegel, filósofo europeu, que entra em paralelo com a teoria do “Todo”, da “Harmonia” entre o “Yan” e o “Yang”. A dicotomia que faz o todo harmónico⁷⁴.

- **Estrutura familiar tradicional chinesa**

Neste ponto, considero relevante salientar a influência da estrutura familiar tradicional chinesa, enquanto lugar central nas suas actividades económicas e empresariais na diáspora, reflectindo o “modus vivendus” deste povo.

Sabemos que a família tradicional tem um lugar central, onde quer que se encontre. A

⁷³ Teixeira, Ana, as Influências da estrutura Familiar na organização das Actividades Empresariais dos Chineses da Diáspora, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

⁷⁴ In Entrevista exploratória com a Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, especialista em Estudos Chineses, Março de 2005

origem ancestral e a estrutura de parentesco são considerados como uma instituição.

Os valores tradicionais confucionistas orientam os comportamentos e as estratégias dos empresários e suas relações empresariais, segundo Wong o chamado “familismo empresarial”. Existe uma interacção entre o núcleo familiar e essa dinâmica.

A questão poderia ser abordada simplesmente como uma herança cultural que permite o apoio familiar, mas é mais vasta que isso. O centro da lealdade social e a família são o filtro do indivíduo nas relações com outro, empresário ou familiar.

Contudo, segundo Gordon Reading⁷⁵, as influências desse centro de decisões, a família, não inibem, nem contribuem para que a sua estrutura seja estática. Antes, tem mais valias que poderão contribuir para uma corrente constante de informação, actuando como uma contribuição para o sucesso das famílias chinesas nos seus negócios na diáspora.

Sendo uma comunidade coesa e autónoma, fecha-se à sociedade autóctone não denunciando os problemas dos seus conterrâneos e não deixando transparecer para fora os mesmos. Por orgulho, brio e principalmente por uma questão de prestígio, resolvem-nos silenciosamente.

O espírito de interajuda incita a comportamentos positivos que minimizam os problemas, sejam de integração na sociedade de acolhimento, ou outros. Essa atitude mostra implicitamente, uma solidariedade que tem reflexos mútuos, os pessoais e os dos seus círculos familiar-empresariais.

A unidade familiar de base tradicional estrutura para essa unidade, alguns elementos definidores. Assim, a família económica pode ser vista como uma “jie”, clã, linhagem ou rede parental. Cada uma delas marca a diferença das comunidades chinesas da diáspora, quando formam os sistemas económicos e empresariais. Porém, e independentemente das ligações que concorram entre si, das linhagens, do clã ou das redes parentais, dos estilos paternalistas, das práticas nepotistas ou dos empresários familiares, juntos gerem os conflitos e eventuais tentativas de usurpação de poder. Na óptica ocidental, as práticas nepotistas poderão considerar-se prejudiciais para a gestão “Pater-empresária”. Mas, a questão da sucessão a que nos referimos, não tem que provocar divisão, pois o estatuto de herdeiro não tem prestígio social igual ao do Pater. Contudo, não deixa de ser conotado com respeito, desde que tenha já dado provas da sua capacidade e eficiência. Todavia, “da mesma forma que cada filho na família é um

⁷⁵ Citado em, Teixeira, Ana, as Influências da estrutura Familiar na organização das Actividades Empresariais dos Chineses da Diáspora, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

potencial pater, cada herdeiro da empresa é um potencial empresário”⁷⁶. A mobilidade social, herdeira da ética confucionista, sob uma insegurança endémica, é no entanto, motivada para criar fonte de riqueza e sucesso. Mesmo enfrentando riscos, o “familismo empresarial” contribui para essa capacidade de gerir riqueza.

Ainda, outro pormenor nesta estrutura empresarial é a prática frequente de empréstimos e créditos entre familiares, sendo que o membro tem de fazer parte da economia da “Jia”. Mas, o apoio financeiro dado ao membro da comunidade tem de fazer jus a essa ajuda, sob pena de perder a “face”, esta, uma componente extremamente importante para o núcleo social e familiar. Ao perder a *face*, o indivíduo é excluído do grupo, perdendo ele e toda a família todo o apoio. As relações humanas, de confiança, fidelidade e honestidade regem toda a atitude. A perda da “face” tem reflexos também ao nível dos antepassados do indivíduo em causa⁷⁷. A *face* é uma questão complexa⁷⁸, pois tem reflexos na inserção na rede social e económica das comunidades em que se insere cada cidadão chinês.

Finalmente, os vários modelos do “familismo empresarial” têm laços intrínsecos, mesmo que os modelos tradicionais não sejam seguidos e existam outras opções. As formas e regras de circulação de bens da estrutura familiar são encontradas, em todas as empresas da propriedade familiar, independentemente dos seus valores e regras culturais de base.

A nova dinâmica entre todos os entendimentos de conceitos e estilos têm como base as empresas familiares. A propriedade familiar é o garante e o elemento dinamizador da empresa, sendo que a estrutura organizacional e a família dão o ambiente próprio para a centralização dos bens, ampliando as reservas de capitais e dando competências para a chefia, permitindo neste núcleo a circulação de informação do mercado.

As mutações na família, os saberes empresariais, a capacidade de adaptação das empresas da diáspora aos diferentes mercados de acolhimento, demonstram que a transmissão geracional chinesa implica também o enriquecimento e aperfeiçoamento da “herança”, ao longo das gerações. No Sueste Asiático, Europa ou Américas, os imigrantes chineses têm a capacidade de se adaptar a situações adversas. Na opinião de alguns, é uma herança cultural independentemente dos contextos sociais e políticos.

⁷⁶Teixeira, Ana, as Influências da estrutura Familiar na organização das Actividades Empresariais dos Chineses da Diáspora, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

⁷⁷ Estes são eternamente venerados e na comunidade a que os elementos pertencem, os seus antepassados são também parte integrante, são apresentados como tal, é o chamado “centro de lealdade social”

⁷⁸ É a honra e dignidade da pessoa que está em causa, nunca se deve ofender a *face* dos outros, porque é a sua face e de toda a família que se ofende.

Como se referiu, a centralidade da estrutura familiar tem uma interacção entre o núcleo familiar e a dinâmica das suas actividades. A questão da lealdade sob o sentido da “obrigação familiar”, actua na interajuda dos recém-chegados aos países de acolhimento para que tenham apoio na sua integração.

Segundo a filosofia Chinesa “o homem é um grão do sol”, ou seja, somos uma partícula do Cosmos, um micro dentro do macro⁷⁹. Assim, esteja onde estiver um cidadão chinês, em qualquer parte do globo, este terá o apoio dos seus concidadãos. Evidentemente, tendo sempre em conta a questão da “face”, esta conquista-se de várias maneiras. Num sistema paternalista, a aplicação do nepotismo por exemplo, não “subsidiar” a incompetência. Logo, embora na óptica ocidentalizada se alegue que nem sempre os mais competentes estão nos lugares certos, existe um guia para o leque de deveres comportamentais, com dispositivos de segurança como uma vistoria e dificilmente o membro da comunidade da “Jie”, poderá perder a face, a não ser em relações de “Gaudxi-sue” (redes de corrupção com intenções de suborno, por exemplo). Mas, quem precisa de ajuda e a aceita, sem nada estar a ser pedido em troca, tem subjacente o compromisso de ser competente e ter sucesso. É o modo de agradecer à comunidade, contribuindo para aumentar a sua riqueza e união e conseqüentemente garantir a sua independência social e económica nos países de acolhimento.

A formação é um factor existente nestas redes parentais e comunitárias com muita importância sendo a aprendizagem feita no local de trabalho. Desta forma, a formação escolar não é para eles a mais importante, apenas perante a sociedade de acolhimento, por uma questão de prestígio.

Como já se referiu o sistema não consente o falhanço, e segundo Montagu-Pollock, tal é uma forma de canalizar para o dinheiro e o sucesso, produzindo deste modo, alguns dos maiores “deal-makers” do mundo⁸⁰. O enriquecimento com sucesso é, pois, um dos modos de conquistar a face. A questão cultural e intelectual, a sabedoria, o Pater, são outras formas prestigiantes de ter face. O estatuto é muito importante para a hierarquia social das comunidades onde “Gaudxi”, as relações intergrupais de confiança contrárias às acima referidas são o ideal. Deste modo, podemos verificar a importância social na integração destes cidadãos, que influi na inserção na sociedade que os acolha e isto é regra em qualquer parte do mundo onde os chineses da diáspora se encontrem.

⁷⁹ Informações obtidas em entrevista exploratória com a Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, especialista em Estudos Chineses, Março de 2005

⁸⁰ Citado em, Teixeira, Ana, as Influências da estrutura Familiar na organização das Actividades Empresariais dos Chineses da Diáspora, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

- **Conclusão:**

Após uma breve digressão sobre as características que imperam na mentalidade do povo chinês e na China como país, pudemos assinalar algumas das influências culturais, filosóficas, tónicas políticas e seus valores ancestrais e tradicionais. Reflexos que se encontram impregnados no quotidiano da vida das famílias chinesas e nas actividades laborais, empresariais e de negócios.

Penso que tudo o que se possa reflectir de seguida sobre a imigração chinesa em Portugal será mais fácil de entender, embora a filosofia de vida dos chineses seja “sui generis” e complexa o suficiente para ficar muito para desbravar e aprofundar.

Mas o intuito desta apresentação foi tão-somente contextualizar e apresentar, ainda que muito sumariamente, as ideologias de base que orientam as vidas dos chineses sejam elas dentro do seu país ou em qualquer parte do mundo em diáspora. É pois essa diáspora e concretamente sobre a presença destes imigrantes em Portugal que me irei debruçar de seguida.

1.3- Evolução Histórica da Imigração Chinesa em Portugal

- **Factores do Boom para a Imigração Chinesa em Portugal**

No início, muitos cidadãos chineses vieram residir em Portugal para ganhar dinheiro e depois voltar para a China. Para estes voltar à terra natal é não abandonar os antepassados com quem querem manter a proximidade e de quem não se querem esquecer. A ligação aos antepassados é vital para manter uma corrente indestrutível com os vindouros e, por tanto a sua perda será sinal do desaparecimento da sua família, tendo esta, um valor muito importante na cultura chinesa.

Desde os anos 70 até aos anos 90, os chineses cresceram em Portugal de norte a sul (conforme se fará referência mais tarde), devido a várias conjunturas tanto da parte da China, como da parte de Portugal. Alguns dos factores contribuíram para esta emergência foram:

No caso português:

- Sabe-se que a neutralidade portuguesa na IIª Grande Guerra Mundial mostrou Portugal como um país calmo, e assim, começaram a chegar ao território pequenos grupos de chineses, sob a imagem de “vendedores ambulantes” de gravatas de seda e imitação de jóias, em especial nas áreas de Lisboa e Porto.

Entre 1945-74, poucos foram os chineses que vieram para Portugal, excepto os chineses de Macau. A partir de 1974, como já foi referido, o contexto mudou e hoje os negócios

são o motor de ligação social com a sociedade portuguesa. Apesar da grande barreira linguística, sendo esta sem dúvida o principal obstáculo a um contacto mais aberto e acessível com os cidadãos autóctones.

- O fim do Estado Novo e a revolução de 25 de Abril de 1974 e a consequente descolonização culminaram num dos fluxos da imigração chinesa para Portugal. Nos anos 70, os chineses que estavam imigrados nas colónias africanas, cuja maior representatividade era a comunidade instalada em Moçambique, vieram engrossar as vagas migratórias chinesas. Outros optaram por Macau ou Brasil, países considerados pontes para chegar aos EUA ou Canadá.

- A entrada de Portugal na Comunidade Europeia e a entrada em Portugal de fundos comunitários, para o desenvolvimento e investimento e a abertura do espaço Schengen fizeram do país um pólo de interesse para a Imigração chinesa. Além de constituir, um território onde a exploração do mercado era atractiva.

Relativamente à China:

- A implantação da RPC, em meados do século XX e as mudanças de soberania de Hong Kong e Macau, no fim do mesmo século, fizeram da China um país de dois sistemas o que deu origem a várias mudanças políticas e sociais.

- O crescimento demográfico chinês, mais acentuado nas zonas urbanas e costeiras em detrimento das províncias, demarcam os grandes desníveis económicos e sociais dessas zonas.

- A alta taxa de desemprego pelo grande crescimento demográfico e o consequente controlo da natalidade contribuíram para a abertura política chinesa ao Ocidente.

- As migrações recentes para a Europa são explicadas ainda por a China, a partir de 1996, facilitar a saída de chineses para os vários pontos do globo, nomeadamente para a Europa, abrindo a sua economia a novos mercados transnacionais. O rápido aumento da sua população nas principais cidades europeias, acabou, contudo, por saturar os horizontes do mercado. Deste modo, muitos chineses começaram a chegar a Portugal vindos de outros países europeus como a Holanda, Bélgica, França, Inglaterra e Espanha.

Portugal não foi assim um destino de primeira escolha para a migração em geral, mas por ser visto como um território com uma maior flexibilidade de controlo de vistos nas entradas e de legalização. Desta forma, para além de muitos chineses que fugiam à fome e pobreza, vindos especialmente do Sueste Asiático⁸¹, muitos outros migrantes de outras

⁸¹Picquard, Pierre, L'EMPIRE CHINOIS. Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004 (Com as reestruturações recentes do

nacionalidades que estavam ilegais noutros países europeus vieram para Portugal.

A instabilidade política chinesa dos anos 70 deu origem a migrações para vários países da Europa e a partir dos anos 80 deu-se nova vaga de imigração chinesa. Este novo movimento poderá ter relação com as políticas de emigração chinesas cujas restrições para emigrar eram muitas. Foi assim que as mudanças políticas chinesas desde os anos 70 mobilizaram muitos grupos de imigrantes para fora da China.

Finalmente, a presença chinesa é representada por uma ou várias comunidades, que surgiram de vários contextos e processos históricos⁸².

- **Dados estatísticos sobre a presença de cidadãos chineses em Portugal**

Aqui não farei uma exposição muito precisa, mas aproximada dos números relativos à presença de cidadãos chineses em Portugal, pois dependendo onde se procuram os dados estatísticos encontramos algumas discrepâncias. Entre 2000/2005, os números foram efectivamente mudando. Segundo dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nos anos 90, seriam cerca de um milhar e meio, e em 2002 já existiriam à volta de nove mil chineses em Portugal. Estes serão, em princípio, apenas números de imigrantes legalizados, não se incluindo os vistos temporários de estudantes e trabalhadores, nem os que se encontram em situação ilegal⁸³. No ano 2005, os números estimam-se entre 13 a 15 mil imigrantes chineses em Portugal, (margem inclui que inclui todos os factores enumerados anteriormente). Em 2006, segundo uma fonte do Correio da Manhã⁸⁴, o número de chineses existentes em Portugal é já de 20 mil, dos quais 4548 não se encontram legalizados.

A estimativa em colaboração com a Liga dos Chineses em Portugal mostra um número similar, sendo $\frac{3}{4}$, oriundos da província de Zeijiang.

Sabendo que na primeira metade dos anos 90, o ritmo de crescimento da população estrangeira em Portugal foi significativo, e, apesar de se registar um grande aumento no que se refere aos africanos, é entre os cidadãos chineses que a taxa de variação é de 511%⁸⁵.

Desde os anos 90 a China situa-se no 10º lugar dos países imigrantes em Portugal.

Estado chinês, populações de várias origens, como a velha Manchúria, a norte, chegam agora à Europa, formando novas filiais migratórias), pp.37

⁸² Nota de entrevista exploratória com o Sr. Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros, professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa.

⁸³ Mariana Oliveira, A Comunidade Chinesa em Portugal Quintuplicou em 10 anos, O Público, Janeiro, 2004

⁸⁴ Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

⁸⁵ Dias, Alfredo Gomes, Maria João Horta, A Imigração Chinesa em Portugal, Escola Superior de Educação de Lisboa, 2005

Também, o número de chineses que residem em Portugal tem vindo a aumentar e segundo números do SEF, 5608 indivíduos tinham em 2004, residência legal. Desde 1999, com a transição da soberania de Macau para a República Popular da China, (RPC), (Dezembro 1999), e com a consequente facilidade em obterem vistos para entrar, o número aumentou, 80%.

Ainda, outro dado representativo interessante é a referência, apenas informativa no estudo, da média de idades, que rondam 30,5%, entre os 15-34 anos, o que coincide com a estatística de 2001, que refere esta média entre 20-39.

Deste modo, relativamente à imigração chinesa no nosso país, apresenta-se o seguinte quadro:

Segundo dados provisórios do SEF sobre 2005, de Março de 2006, o total de Imigrantes em território nacional e por distrito é de cerca de 500 mil, incluindo residentes e autorizações de permanência. Nesse universo, 9206 são chineses, revelando uma presença de cerca de 1,80% da população estrangeira em Portugal⁸⁶.

- **A representatividade por distritos**

As comunidades chinesas em Portugal estão muito dispersas, não se concentrando apenas numa área sendo que a tendência é encontrarem-se à volta dos grandes centros urbanos. Assim, estes imigrantes encontram-se dispersos por diversos distritos dos quais passarei a ordenar pela representatividade:

- 1º Lisboa
- 2º Porto
- 3º Faro
- 4º Aveiro
- 5º Braga
- 6º Leiria

Semelhante à avaliação dos dados de 2002, Porto e Lisboa encontram-se nos mesmos lugares de representação demográfica⁸⁷, sendo que Aveiro e Faro sofreram alterações (Faro é mais representado sobretudo na época sazonal).

Como já foi referido, a nível nacional a diáspora chinesa tem uma tendência urbana e

⁸⁶ SEF, DFP- Núcleo de Planeamento, Dados Provisórios de 30 de Maio de 2005

⁸⁷ Dias, Alfredo Gomes, Maria João Hortas, Escola Superior de Educação de Lisboa, apresentação feitas sobre, A Imigração Chinesa em Portugal na Viragem para o Século XXI, Lisboa

costeira, sendo o Porto, Vila do Conde, Aveiro, Nazaré, localidades assinaladas com uma presença considerável, conforme dados atrás mencionados. Lisboa, tem uma representatividade maior do que as outras, talvez pela procura inicial e impulsionada pelos imigrantes já existentes. De qualquer modo, entre Lisboa e Porto, a importância é praticamente igual, cada uma com a sua especificidade, historial de instalação particular, e com as alterações de certas zonas da cidade muito similares. Quanto aos postos de abastecimento, Porto Alto e Vila do Conde respectivamente, têm ambos importâncias paralelas.

Contudo, é no Porto, que a concentração de imigrantes chineses é mais antiga. Desde os anos 30, que muitas áreas do grande Porto mudaram o visual com o comércio chinês. A baixa portuense é disso um exemplo, tendo sido a zona preferida destes cidadãos, que se instalaram aos poucos com o seu comércio e armazéns, interferindo nas imagens das zonas mais nobres da cidade.

Em Vila do Conde, com uma representatividade assinalável, existem ruas com lojas de um lado e do outro, à semelhança da disposição da zona das docas em Lisboa⁸⁸. Há mesmo quem se atreva a associar esta concentração a uma “imagem” de “Chinatowns”⁸⁹. Neste local existem já pequenas plantações de diversas plantas oriundas da China, como melancias anãs, uma espécie de abóbora branca cuja utilização “faz uma sopa deliciosa”⁹⁰, se aliada a outros ingredientes. Nestes espaços usam pequenos cultivos de legumes de uso caseiro, aproveitamento de hortaliças e reciclagem de couves chinesas e alemã. No futuro, estas iniciativas serão certamente uma mais valia para a rentabilidade dos seus negócios em restaurantes, através de uma gestão menos dispendiosa dos mesmos, tal como se faz em Macau. Porém, e de momento estas plantações são feitas em terrenos que não são utilizados para o cultivo tradicional, isto, para evitar conflitos fiscais⁹¹.

Em Aveiro também se tem verificado um grande crescimento de imigrantes chineses, pelo menos desde 1994. Na Nazaré a sua presença já foi sentida, principalmente pelos comerciantes da zona, o facto devendo-se este facto ao espírito de “Wui”⁹².

A sul, no Algarve, e mais concretamente em Portimão, também pudemos apurar alguns dados. Com é hábito na região sul, o trabalho sazonal traz variantes na percentagem de

⁸⁸ Associações Financeiras, Informações obtidas em entrevista exploratória com a Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, do ISCPS de Lisboa, especialista em Estudos Chineses, Março de 2005

⁸⁹ Idem

⁹⁰ Idem Ibidem

⁹¹ Idem

⁹² Entrevista exploratória com a Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, do ISCPS de Lisboa, especialista em Estudos Chineses, Março de 2005, realizada no âmbito da tese de Mestrado, As Imagens e estereótipos da sociedade portuguesa Sobre as comunidades chinesas em Portugal, de Ana Matias.

presenças de vários cidadãos, entre eles, imigrantes chineses cujo número aumenta na época alta do turismo, concentrando-se a mão-de-obra na restauração e o comércio.

No entanto as suas residências estão fora destes centros, ao contrário do que se passa na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o que na opinião de Joana Miranda, (1994), (Especialista em Psicologia Geral, Intercultura e Social), será uma das razões do distanciamento entre a comunidade e a população local, para além da denominada sociabilidade co-étnica⁹³, relativa ao denominado “encastramento relacional”. Isto é, o afastamento não é geográfico mas também social, visto os seus tempos livres são passados em casa ou entre amigos.

Por outro lado, a contratação de empregados portugueses e/ou de origem do leste da Europa é a via usada pela comunidade chinesa para comunicar com as populações locais, ou seja, até aqui, o seu comércio era apenas co-étnico, notando-se agora e cada vez mais, uma maior abertura. Porém, e segundo a opinião de alguns estudiosos sobre esta comunidade, é a procura de mão-de-obra barata será a razão desta abertura, e não tanto a necessidade de servir de ponte de comunicação.

Como já referi, também nesta zona do país, (Portimão), o estudo⁹⁴ revela não ter conseguido muitas informações sobre a comunidade chinesa. Os órgãos oficiais, entre outros alegam o recente fenómeno destes imigrantes no nosso país⁹⁵. Tal como na AML, algumas Câmaras e Juntas de Freguesia não detêm em seu poder e nos seus estudos, informações sobre as comunidades de origem chinesa existentes em Portugal. Alega-se para além da sua recente existência, a inexistência de vivências sociais problemáticas, não tendo sido por isso pertinente considerar a sua realidade no contexto social e demográfico. Isto, também porque a independência económica os demarca das restantes comunidades de outras origens⁹⁶.

O destaque da representação chinesa em Portugal vai efectivamente para Lisboa, seguida do Porto, Algarve e finalmente Beiras e Alta Estremadura, isto, analisado sempre na óptica sócio-empresarial.

É pois em Lisboa, na zona do Martim Moniz, e no Centro Comercial da Mouraria, que se encontra com maior destaque chineses e o seu comércio.

No que respeita à Área Metropolitana de Lisboa (AML), área central deste estudo, os dados estatísticos da parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML) são muito poucos e

⁹³ Miranda, Joana C. T. de (1994). *Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos “Portugueses”* (Dissertação de Mestrado), Lisboa: Universidade Aberta.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ Idem Ibidem

⁹⁶ Entrevista com a Acção Social da Câmara Municipal da Amadora.

não podem ajudar a analisar as características e moldes de instalação destes imigrantes desde o seus primeiros tempos e mesmo agora⁹⁷.

Como exemplo, podemos referir o facto de ser tão difícil encontrar registos nos censos das Juntas de Freguesias. Ainda, a presença de alunos destas comunidades nas escolas portuguesas, primárias e secundárias, têm um número bastante diminuto.

No caso das Juntas de Freguesias na AML, muitas informam que a presença de chineses e a sua intervenção na sociedade local é quase inexistente. Será este um sinal de não integração dos imigrantes chineses na nossa sociedade? Contudo, em Lisboa, concretamente no Martim Moniz, a presença dessa comunidade no mercado económico e étnico é bastante assinalável, o que não quer dizer que a intervenção na sociedade local, seja activa. Porém, existem ainda na periferia da AML, localidades como Sintra, Loures e Massamá, com bastantes imigrantes chineses a operar nos seus comércios de restauração e de lojas comerciais, com os mais diversos produtos.

Para o Porto Alto⁹⁸ vai um destaque desta representatividade. Integrados a nível na sociedade local e dirigem-se com facilidade à Junta de Freguesia para solicitar atestados de residência, para fins de legalização ou de Segurança Social. A sua actividade bancária é também vista com normalidade. Os seus filhos estão bem inseridos nas escolas locais e interagem em actividades desportivas. A nível comercial, como em muitos outros pontos do país, existem alguns problemas com o comércio local. Verifica-se que os seus armazéns de revenda são de grande importância para o abastecimento das várias comunidades no país, (à semelhança de à semelhança de Vila do Conde, que abastece o Norte), mas também que o aumento do seu comércio incomoda muito os comerciantes locais. Estes, em determinada altura dirigiram-se à Câmara Municipal de Samora Correia para solicitar a interdição dos armazéns de revenda ao público, onde em geral exerciam preços muito baixos. Os reflexos negativos para os comerciantes da zona foram visíveis: um armazém de revenda nacional, existente no local há cerca de dez anos, teve de fechar por não conseguir manter a competitividade dos preços. Estas comunidades chinesas, além de se mostrarem simpáticas, não costumam apresentar problemas sociais relativamente a comunidades de outras nacionalidades

⁹⁷ Em entrevista exploratória à área social da Câmara Municipal de Lisboa, não foi possível obter informações sobre a comunidade chinesa em Lisboa. A escassez de dados, tendo em conta a pouca visibilidade social na óptica da exclusão social e de risco, esta comunidade não é conhecida. As razões visíveis são o facto de não dependerem social e economicamente da sociedade civil portuguesa. Não recorrem a qualquer tipo de ajuda, o que vem confirmar as atitudes intra-étnica de apoio e ajuda.

⁹⁸Entrevista exploratória com o Presidente da Freguesia de Samora Correia, Sr. Carlos Henriques, na zona do Porto Alto, Julho, 2005.

- **Os primeiros chineses imigrantes em Portugal: dos anos 20 aos anos 70 do século XX**

A China emergiu e renasceu como país, das cinzas e do infortúnio, e, como potência militar, além de que imprimiu um novo espírito de luta e persistência tão característico do seu povo. A sua evolução política e demográfica conduziu ao que hoje se considera ter o lugar de uma superpotência⁹⁹.

A diversidade interna que se prende com a origem das emigrações tem aliada a essa, factores que provocaram a procura e a orientação das rotas migratórias destes cidadãos. A interacção histórica e política luso-chinesa tem sido também razão pela qual os chineses de “comunidades ultramarinas” escolheram os seus destinos e fizeram os seus percursos. A história portuguesa foi também por isso, um “handicap”, o nosso país até então de forte tradição de emigração, passou também a ser um destino para a imigração em geral e para a chinesa em particular¹⁰⁰. Deste modo, chegaram a Portugal (e também a Espanha) os primeiros chineses, alegadamente viajando em barcos a vapor, embarcações mistas de carga e passageiros, via outros destinos europeus como a França, Itália e Holanda.

Um estudo da Universidade Portucalense¹⁰¹ revela a falta de dados registados da presença dos primeiros imigrantes chineses, na década de 20, do século XX. Outros estudos revelam a existência de notícias não confirmadas, da presença dos primeiros produtos na área do Porto, desde a Idade Média, no século XV, mas não há notícias de algum chinês (de carne e osso)¹⁰².

Segundo o mesmo estudo¹⁰³, não se sabe ao certo quando chegou o primeiro chinês à região norte, contudo, sabemos através dos registos dos anos 1921 e 1922¹⁰⁴ do Arquivo do Governo Civil do Porto, que a primeira comunidade chinesa se instalou na área do Porto, na 2ª metade do século XX.

Curiosamente, estes registos deram-se porque o Governo central pediu uma averiguação sobre as actividades a que se dedicavam os chineses presentes, se estas eram “perigosas ou avançadas”, se eram sindicalistas, comunistas ou anarquistas. Em resposta à Câmara do Porto, surge numa relação cinco nomes chineses, não existindo em mais nenhum

⁹⁹Picquard, Pierre, L'EMPIRE CHINOIS, Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004

¹⁰⁰Nota de entrevista exploratória com o Sr. Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros, professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2005

¹⁰¹ 1º Fórum Internacional de Sinologia, Recordações da China: memórias vivas de emigração e retorno na área do Grande Porto, Centro Científico e Cultural de Macau, Fevereiro e Março de 2006

¹⁰²Idem

¹⁰³ Universidade Portucalense

¹⁰⁴Idem

município, outros.

As actividades preponderantes registadas e praticadas por estes imigrantes foram as de comerciantes, estucadores e a de um montador de material em carris de comboios que deveria viver perto do trabalho, na estação ferroviária de S. Bento. Para além destes registos, nada mais se sabe sobre estes chineses, a não ser que viviam todos perto do trabalho.

Surgem na mesma década outros documentos referentes a estas presenças, assim como títulos de residências anotados entre 23/8 e 03/09 de 1936¹⁰⁵. Os primeiros têm registos fotográficos, e curiosamente um deles exhibe numa mão, um terço “católico”, talvez alguém que através do casamento se converteu ao cristianismo.

Como aconteceu a alguns chineses, estes passaram a adoptar nomes portugueses, apesar da sua origem chinesa. No entanto, pode acontecer que outras razões justifiquem a ausência de nomes de origem chinesa, tais como os processos de naturalização de chineses de Macau, ou de cidadãos de Macau, como podemos verificar no caso dos imigrantes que estiveram em Moçambique e que lá viveram até à descolonização.

Se estes chineses chegados ao Porto, regressaram, morreram e foram aqui sepultados ou os seus corpos trasladados para o seu país, não se pode afirmar ao certo até agora. No caso de morte, estudos recentes feitos na Universidade Portucalense¹⁰⁶, revelam que ao longo dos anos de presença chinesa em Portugal, pelo menos a norte, não existem nos cemitérios muitas sepulturas com nomes chineses. As razões atrás descritas poderão justificar esse facto.

Quando se quiser procurar chineses destas épocas, no Porto ou nos arredores, teremos de recorrer à história das suas famílias e aos seus caracteres físicos, pois pelo nome próprio não se chega lá facilmente¹⁰⁷. Um exemplo é de uma cidadã portuguesa, Fátima Castro, comerciante, que ajuda os chineses nos aspectos burocráticos e passou a ser madrinha de todas as crianças, dando-lhes nomes como, Eva, Mariana, Rosário, Joana, Anabela, Inês e Pedro aos rapazes, o que torna a tarefa impossível nessa pesquisa.¹⁰⁸

Não quer dizer que não existam registos de cidadãos de origem chinesa, mas com a adopção dos nomes de seus padrinhos, madrinhas ou pais, o nome de origem chinesa adoptado para português, desvirtua as suas origens e a marca da sua presença em Portugal.

¹⁰⁵ Universidade Portucalense

¹⁰⁶ 1º Fórum Internacional de Sinologia, Recordações da China: memórias vivas de emigração e retorno na área do Grande Porto, Centro Científico e Cultural de Macau, Fevereiro e Março de 2006

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ Idem Ibidem

Segundo o Sr. Jinguo Ping,¹⁰⁹ muitas famílias após a morte dos seus familiares, procuram obter o máximo de dinheiro possível para transladar os seus corpos para a China, mesmo à custa de empréstimos ou financiamentos, se necessário.

Mais, é verdade que acorrem aos hospitais e centros de saúde, porém, esses locais não referem como significativas essas ocorrências. Se a saúde tende a piorar, mais uma vez por razões tradicionais e pelos valores ancestrais, estes cidadãos fazem tudo para ir para o seu país onde querem morrer junto dos seus antepassados, tudo pela piedade filial¹¹⁰.

De acordo com este estudo pioneiro, existem de certeza marcas de famílias de origem chinesa na área do grande Porto, porém, não é ainda possível desbravar completamente o caminho que levará uma pesquisa mais profunda. Para já, indicamos alguns dados possíveis conseguidos nesta pesquisa, que dão uma ideia das primeiras presenças chinesas em Portugal, nesta breve síntese da sua presença no norte, onde tudo começou.

Assim, no início, na década de 30, eram um pequeno grupo de chineses que se movimentava pelas ruas das grandes cidades, principalmente Lisboa, vendendo as carismáticas gravatas, “bonitas e balatas”¹¹¹, o chamado “filão das gravatas”¹¹².

Inicialmente exerciam um comércio ambulante, percorrendo a estrada e vendendo toda a espécie de artigos e bugigangas.

A gravata era uma peça que os portugueses usavam frequentemente, assim, este era um hábito a favor daquela que hoje pode ser considerada a “primeira era” das comunidades chinesas em Portugal. Muitos dos seus clientes, num segundo tempo, eram executivos que compravam as gravatas (pretas ou coloridas).

As gravatas eram muito procuradas pelos diversos sectores da sociedade portuguesa, a polícia do Estado Novo, a PIDE¹¹³, empregados bancários e funcionários públicos, todos as usavam, fazendo um brilharete com gravatas de seda a um preço muito convidativo, mas que tinham muita presença, era o florescimento do comércio da gravata.

O incremento de negócio contou com estratégias empresariais rudimentares, mas que foram evoluindo paciente e laboriosamente, conforme é apanágio das condutas de sobrevivência destes cidadãos. O sistema montado foi a compra da seda em armazéns

¹⁰⁹ 1º Fórum Internacional de Sinologia, Recordações da China: memórias vivas de emigração e retorno na área do Grande Porto, Centro Científico e Cultural de Macau, Fevereiro e Março de 2006

¹¹⁰ Informações obtidas em entrevista exploratória, com a Senhora Doutora Ana Maria Amaro, especialista em Estudos Chineses do ISCSP, Lisboa, 2005.

¹¹¹ Idem

¹¹² Miccael Pereira, Grande Reportagem, notícia de 31/01/2004.

¹¹³ A convivência com a polícia do regime era “salutar”, na sua qualidade de imigrantes estes cidadãos tinham uma convivência de conveniência e sem problemas, não obstante o contexto político da China, com o Exército Vermelho de Mao, aqui, estes imigrantes não eram olhados com desconfiança ou ameaça política, porque a maioria era adepta da China nacionalista da ilha Formosa

de revenda. O próprio vendedor era muitas vezes, quem as desenhava, cortava e costurava para as ir vender nas feiras, tendo desde logo muito sucesso.

Naquela época era costume encontrarem-se cidadãos chineses com uma banca improvisada colocada ao pescoço, suporte básico mas eficaz, como se servisse de mostruário onde os seus artigos eram dispostos e exibidos a preços incomparáveis.

A procura do comércio das sedas era tanta, que a fuga aos impostos era feita através do pagamento em dinheiro vivo, adoptando o método da contagem directa e intensiva do dinheiro, sendo os seus cofres as mesmas caixas onde o mesmo era colocado.

Nesta estratégia empresarial em embrião, estava a chave do futuro e do crescimento rápido e do sucesso destes cidadãos. Com pouco, conseguiram sobreviver num país de diferentes hábitos culturais e barreira linguística.

Naturalmente com a evolução do negócio das gravatas outros comércios surgiram¹¹⁴. O comércio das sedas, anteriormente só utilizado para a confecção de gravatas foi mais tarde, matéria-prima para a confecção de lenços de senhora. Assim, os imigrantes chineses puderam dar um passo maior no sentido do comércio que até hoje se instalou no nosso país.

Deste modo, os anos 30 do século XX foram determinantes para a instalação do comércio chinês de norte a sul de Portugal, tendo sido este o “motor da expansão” da presença de comunidades chinesas em Portugal.

Muitos cidadãos recordam ainda hoje, o modo como eram tratados pela sociedade portuguesa, “os portugueses tratavam-no com respeito e consideração”¹¹⁵. Porém, os chineses em entrevistas com “estranhos”, não dizem o que é, mas o que eles querem que seja a sua “imagem” para o “outro”¹¹⁶.

Para os portugueses estes cidadãos de cultura, hábito e língua tão diferentes eram (e ainda são, de certa forma) vistos sob o ponto de vista do exotismo, sendo considerados como muito conservadores. Porém, ao longo das décadas muitas outras imagens se têm construído. De acordo com as realidades sociais e económicas, bem como das políticas de integração do nosso país, face a estes cidadãos, muitas outras realidades suscitam um modo diferente de olhar o “outro”.

Foi ainda nos anos 30, no Porto que surgiu um acontecimento de referência, o primeiro casamento de um chinês com uma portuguesa. O cidadão chinês anuiu baptizar-se, segundo as normas do cristianismo ocidental, o que torna o acontecimento muito

¹¹⁴ Como os Restaurantes, numa fase um pouco mais adiantada do percurso desta 1ª geração de imigrantes

¹¹⁵ Miccael Pereira, *Grande Reportagem*, 31/01/2004

¹¹⁶ Informações obtidas em entrevista exploratória, com a Profª Doutora Ana Maria Amaro, especialista em Estudos Chineses do ISCSP, Lisboa, 2005

curioso sob o ponto de vista cultural e religioso, na fusão de duas culturas e na assimilação de outra religião.

De acordo com a pragmática filosofia confucionista, todos os cidadãos chineses instalados em qualquer dos quatro pontos do globo, são considerados “irmãos”, logo, os que já se encontrassem instalados eram moralmente responsáveis pela ajuda para os que viessem pedir o seu apoio. Assim, cidadãos chineses chegados a Portugal eram recebidos nas suas casas, davam-lhes emprego e algum dinheiro, o suficiente para que pudessem mais tarde abrir o seu próprio negócio. Como anteriormente referido, a interajuda é uma das componentes da diáspora chinesa.

Estas comunidades foram-se multiplicando, tanto por via familiar, através de filhos e netos já nascidos em Portugal, como recebendo amigos e familiares que chegaram para ajudar e usufruir do negócio das gravatas.

Nos anos 40, a comunidade ascendia já a um número razoável e na zona centro do país, desenvolveu-se o negócio da revenda.

Muitos tornaram-se nos seus próprios patrões e os seus filhos começaram a frequentar as escolas portuguesas, com alguma estranheza inicial devido aos seus diferentes traços fenotípicos, mas bem recebidos. Aliás os alunos da comunidade chinesa iam sempre vestidos a rigor para as aulas, de acordo com as suas ascendências familiares e com traços de algum burguesismo, talvez influência do cariz empresarial das suas famílias.

Se antes já foi referida a fácil acessibilidade destes cidadãos aos costumes religiosos de Portugal, nos anos 50 tem lugar uma nova iniciativa. Muitos empresários já convertidos ao catolicismo decidem iniciar um novo hábito: a 13 de Maio ocorria um encontro anual no Santuário de Nossa Senhora de Fátima (iniciativa associada à crescente notoriedade do Santuário).

O circo era também um ponto de atracção para estes cidadãos nos seus passeios domingueiros. Deliciavam-se nas suas idas ao Coliseu, vindo a existir uma presença marcante do circo em Portugal, via Macau e de influência chinesa¹¹⁷.

O jogo (“majonge” e o “bilhar livre ao Águia de Ouro”) era outro ponto de muito interesse para os imigrantes chineses, geralmente realizados nos seus armazéns.

As gravatas dos anos 50, numa Europa que acabava de sair da guerra, dão lugar à bijutaria, (anéis, colares, alfinetes entre outros artigos para senhora), um comércio que se internacionalizou com artigos vindos da Checoslováquia, Alemanha e Áustria, países saídos do pós-guerra. Este era o novo comércio chinês (fabricado e escoado a partir do

¹¹⁷ Ainda hoje se manifesta esta realidade com a apresentação de artistas chinesas no circo Cardinal, por exemplo.

Porto) que florescia e aliciava os espíritos mais burgueses.

Dentro do círculo familiar, as crianças à noite, na hora do descanso dos adultos, também faziam alguns trabalhos, muitas vezes com espírito competitivo.

As famílias chinesas entraram deste modo noutros negócios e da venda de gravatas pela rua que proporcionou o aumento de empregados e a expansão e internacionalização de redes de negócio¹¹⁸, passaram a vender em lojas de pequeno comércio. Posteriormente abriram armazéns de revenda, que serviam para a sustentabilidade económica dos abastecimentos dos vários comércios.

É neste contexto de vagas familiares e conterrâneas que continuaram a chegar a Portugal no início dos anos 60, ajudando a aumentar o negócio, reconvertendo os objectivos e ampliando-os, sendo que os rendimentos conseguidos proporcionaram a possibilidade de alguns imigrantes chineses de sucesso comprarem as suas vivendas e os seus carros.

Os vários armazéns que entretanto surgiram eram todos fruto das gerações dos anos 30. As gerações seguintes, iniciaram aos poucos iniciariam, o fim da era das gravatas, da revenda e dos armazéns. A realidade era diferente, os filhos têm mais escolaridade, tiraram cursos superiores em Medicina, Engenharia e Economia, e outros, com cursos comerciais seguiam a gestão dos negócios de seus pais, aparecendo os primeiros restaurantes chineses em Portugal.

Em Lisboa, o restaurante Macau, inaugurado em 1957 na rua Barata Salgueiro era uma sociedade de cinco chineses, os senhores Chen Tão e Shu Yen Kun, entre outros, todos imigrantes da província de Zhejiang.

Muitos dos seus frequentadores eram artistas de teatro, os seus empregados eram todos portugueses à excepção do cozinheiro que veio de propósito da China. A era dos restaurantes havia começado.

- **A descolonização – os chineses imigrados de Moçambique para Portugal (1975-76):**

A comunidade formada em Moçambique é um exemplo de diferenciação relativamente às outras comunidades.

Os chineses migraram para a África oriental, pelas mesmas razões que provocaram a segunda fase do fluxo migratório atrás referido. Ou seja, a alta taxa demográfica da China, aliadas às más condições socio-económicas, e a fraca densidade populacional em Moçambique juntamente com a existência de contactos comerciais entre a China e

¹¹⁸ Jorge Tadeu Arantes, informações sobre a história da China, Editora Ática, Ltda., 2005

África desde o século XIX foram os principais motivos.

Por volta dos anos sessenta o número de chineses em Moçambique era cerca de dois mil indivíduos, estavam instalados em várias cidades, sendo as principais, a da Beira e a capital, Lourenço Marques.

Enquanto comunidade chinesa em Moçambique, e apesar de estar estava bem inserida (tal como os indianos), mesmo face às diferenças intra-étnicas, a maior característica destes migrantes era a sua capacidade de coesão e fechamento pela difícil aculturação, principalmente, se com culturas diferentes da sua e a de serem apolíticos. Todavia, o associativismo, apesar da pouca representação, não deixou de existir, sendo que as associações permitiam o garante dos valores e tradições ancestrais.

Entre eles existiam diferentes características culturais, dependendo do local de origem. Os elementos que vieram das províncias de Cantão e Macau (instalados na Beira) eram muito mais fechados à aculturação e menos permeáveis às influências do exterior. A comunidade instalada na capital era mais aberta e permeável a novos valores. No campo, os indivíduos estavam menos expostos a influências diversas de outras culturas, sendo mais agarrados às suas tradições. Na cidade, devido ao contacto com outras comunidades e culturas diferentes, era mais fácil assimilar novos valores, actividades económicas, e comportamentos diversificados das suas etnicidades.

A cultura chinesa não passou ao lado na sociedade moçambicana. Nas províncias de Manica e Sofala, as gerações nativas mais novas consideram normal e mesmo nacional a existência de “lichias”¹¹⁹, legume de origem chinesa muito característico. Este legume era tão conhecido pela comunidade moçambicana que era já parte integrante dos hábitos nativos.

Os constantes contactos com o país de origem permitiam a importação de produtos alimentícios da cultura chinesa para a sociedade local. Desse modo, deixaram entre outras, as suas marcas em território moçambicano. Em minha opinião isto pode ser o que está a acontecer em Vila do Conde, no norte de Portugal.

A interculturalidade foi apesar de tudo possível, porque e se por um lado, os chineses são tendencialmente endogâmicos, por outro, também se relacionaram com os nativos locais das quais resultaram filhos. A existência desses filhos era sem dúvida a marca da passagem da comunidade chinesa por Moçambique e devido à importância dos laços familiares, a legitimidade dos filhos mestiços nunca esteve em causa.

No que diz respeito à comunidade que se formou em Moçambique, gostaria de referir

¹¹⁹ Costa, C. Soares, O caso dos chineses de Moçambique Imigrados em Portugal, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

aqui, algumas das características que distinguiram esses indivíduos de outros que pertencem a outras das comunidades chinesas existentes em Portugal.

Sabemos à partida que os migrantes chineses vieram de áreas muito diversificadas, o que neste momento os caracteriza e distingue numa avaliação de comparação ou diferenciação. Sabemos que muitos destes migrantes deixaram para trás os contactos e os valores culturais e que as gerações mais novas apenas conheciam as tradições pelos pais ou família. Mas aos poucos afastavam-se, e alguns nem conheciam muito sobre os seus hábitos, não os cultivando. Os mais ocidentalizados, estão mais sujeitos às influências externas, à cultura e mentalidade do Ocidente. A dispersão da sua representatividade não lhes permite construir formas de associativismo com laços identitários fortes. A assimilação é mais fácil o que conduz ao desinteresse paulatino e gradual da cultura ancestral.

A comunidade chinesa que vivia em Moçambique tinha contactos com a sua cultura e tradições de um modo muito ténue, através da decoração das suas casas, da sua comida, de algum retrato de família exibido nas paredes das suas salas, sinal da “piedade filial” de Confúcio, relativo ao culto dos antepassados como se mencionou antes.

De resto, os mais jovens, no que diz respeito à religião e cultura chinesas, não eram muito incentivados, e assim, muitos converteram-se ao cristianismo.

As primeiras gerações procuraram manter a identidade étnica com as suas tradições e costumes, as seguintes, com as influências sentidas na transição no processo migratório, têm servido de ponte entre os seus ancestrais e as sociedades de acolhimento. Porém, se as tradições não são primordiais, não deixam de ter o sentido de pertença à cultura dos seus antepassados. As novas gerações podem mudar um pouco a realidade identitária da diáspora mantendo as comunidades coesas através dos valores e tradições ancestrais, não obstante as oportunidades a nível económico ou profissional. Assim, integraram-se em actividades como a agricultura, indústria construção civil, e artesanato e também no sector bancário, engenharia civil entre outras. Muitas vezes não é fácil mas pode ser necessário suplantarem os valores culturais, porque o objectivo é tentar manter a identidade étnica, mas de modo a não impedir a mobilidade social¹²⁰.

A comunidade chinesa em Moçambique esteve bastante bem inserida no que diz respeito à sociedade de acolhimento, nomeadamente pelo conhecimento aprofundado da língua portuguesa., pela sua inserção nos vários ramos de actividade, comercial, agrícola, administrativa, contabilística, bancária, industrial, entre outros. Também os

¹²⁰ Costa, C. Soares, O caso dos chineses de Moçambique Imigrados em Portugal, In: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

casamentos e as naturalizações de alguns tornou-se numa vantagem para a inserção na sociedade portuguesa. Por isso, quando vieram para Portugal não sentiram o mesmo tipo de dificuldades que outros chineses oriundos ou da Europa ou das províncias chinesas destes últimos fluxos migratórios. O conhecimento da cultura portuguesa, a inserção no mercado de trabalho não étnico e a envolvimento com os nativos, de onde resultaram os descendentes mestiços, foram um “conhecimento de causa” importante para a integração.

Aquando do processo de descolonização (de 30 de Novembro de 1976 a 30 de Abril de 1977), e independência de Moçambique a comunidade chinesa diminuiu bastante, ficando “desmembrada”. A avaliar pela informação da resolução do Conselho de Ministros nº 171/77, ponto 1¹²¹, apesar de a Portugal apenas terem chegado 26 famílias chinesas oriundas de Moçambique, é sabido que muitas acabaram por optar por outros destinos.

Interessantemente as razões os levaram a sair foram as mesmas que, inicialmente os levaram a escolher Moçambique: a procura de ambientes estáveis. No contexto da auto-afirmação de Moçambique como país, as manifestações revolucionárias conduziram a várias nacionalizações, e desse modo, muitos dos bens da comunidade chinesa foram confiscados, e os seus espaços associativos de convívio como, escolas, restaurantes e outros foram desactivados.

Em Portugal, a visibilidade que tinham em Moçambique tornou-se mais ténue. Desenraizados, não se sentiam nem moçambicanos, nem portugueses ou até mesmo chineses, o que originou uma invisibilidade marcante na sociedade portuguesa, numa diminuição da anterior força associativa. Para além disso, os valores ancestrais não têm o mesmo peso e importância, apenas o espírito de interajuda, como a solidariedade e a chamada “Wuf” - as associações de financiamentos – se manteve e os manteve.

Todavia, estes imigrantes não se estruturam tanto em torno do “familismo empresarial”. Com a vantagem do conhecimento da língua e cultura portuguesas, exercem actividades diversas e novas, sinónimo de uma boa integração¹²². Tal como foi descrito, o ensino, a contabilidade e a administração pública são casos concretos, como exemplo.

Por tudo isto, o que é que tem esta comunidade de diferente de outras? É efectivamente uma comunidade peculiar relativamente às outras comunidades chinesas existentes em

¹²¹ Pires, Rui Pena, Migrações e Integração: Teorizações à Sociedade Portuguesa, Celta Editora, Oeiras, 2003

¹²² Ou seja, por um lado, estando desenraizados da sua cultura têm uma grande invisibilidade na sociedade portuguesa, por outro, pelo facto de saberem bem a língua portuguesa, ocupam lugares junto da sociedade autóctone, e nesse caso estão bem integrados, o que não impede o seu desenraizamento cultural, junto dos seus co-cidadãos.

Portugal. A comunidade chinesa que se instalou em Moçambique tem maiores conhecimentos da nossa cultura, costumes e religião e assimilou mais facilmente os nossos hábitos e costumes. Integrou-se com relativa facilidade no seio da sociedade moçambicana, através da aprendizagem da língua, e por via do casamento, donde resultaram os chineses mestiços, das actividades diversificadas exercidas, o acabou por distingui-las face a outras comunidades mais fechadas e coesas, tanto no que diz respeito à família, como à economia étnica daquelas.

Em paralelo com as actividades de restauração e comércio que serviam de intercâmbio com a sociedade de acolhimento, as outras actividades nas diferentes áreas foram uma vantagem na integração em Portugal quando do fluxo migratório para o nosso país.

Assim, as comunidades que chegaram dos vários pontos da China não se encontram tão aptas e integradas na sociedade de acolhimento, como esta emigrada de Moçambique. Os motivos dessa diferença são: a falta do conhecimento da língua, versus o conhecimento da mesma; a tendência para a economia étnica versus a integração nas actividades laborais do país de acolhimento e, da economia nacional; os diferentes valores culturais e religiosos versus a integração e assimilação da comunidade de Chineses de Moçambique à religião católica.

Porém, na sociedade portuguesa estes migrantes não têm a visibilidade dos que se encontram mais fechados, antes, diluíram-se nas normais actividades do país. Desenraizados da sua cultura e tradições, não são tão notórios como os seus conterrâneos, cujas posturas são mais coesas e ligadas aos valores tradicionais e ancestrais.

Ironicamente, estando mais bem integrados estarão mais desenraizados da sua identidade e dos seus antepassados, muitas vezes nem contactos têm com as outras comunidades. E, ao contrário, as outras comunidades tornam-se mais visíveis e mantêm mais vincada a sua identidade e sentem-se menos desenraizados.

De qualquer modo, a comunidade que veio de Moçambique, tem servido muitas vezes de ponte entre as comunidades chinesas que chegam a Portugal e a sociedade de acolhimento, facilitando desse modo os contactos entre as partes.

- **A Imigração nas três últimas décadas**

Na década de 70, os velhos armazéns fecharam aos poucos, os pioneiros chineses morreram ou reformaram-se, e os familiares não deram continuidade, e as casas comerciais foram fechadas.

A década que se avizinhava, os anos 80, era o início de outra era e na vaga que se

seguiu, deram entrada em Portugal, imigrantes oriundos de diversos pontos da China e em muito maior número, assinalando a era transnacional.

É grande o fosso que caracteriza os chineses que chegaram a Portugal nos anos 30 e os que existem nos anos 80. De início chegavam às dezenas, hoje, somam os milhares de cidadãos que chegam da China, para toda a Europa e para Portugal. Nos anos 80, eram cerca de duas centenas, em 2000 já eram cerca de três milhares. No espaço de quatro anos, entre 2001-2005, os números duplicaram¹²³. Pensa-se que o número de chineses em Portugal hoje em dia possa ascender aos 13mil ou 15 mil pessoas, podendo ascender aos 20 mil¹²⁴, conforme já foi referido.

A intensidade da nova vaga até aos anos 90, está interligada às alterações surgidas de Hong Kong e Macau, com as transferências de soberania de Inglaterra e Portugal, respectivamente, para a administração chinesa, mas também à continuidade do fluxo imigratório anterior.

Estes imigrantes vivem dentro das próprias comunidades, que não sendo guetos, são pequenos grupos (os nichos étnicos definidos por Portes), que apenas vivendo para o trabalho, não tendo qualquer vontade de convívio, principalmente com os portugueses.

As reuniões familiares e sociais são feitas dentro das suas comunidades, os seus problemas resolvidos entre eles, a saúde é muitas vezes tratada com os métodos e produtos tradicionais chineses, trazidos do seu país de origem.

O "fechamento" numa comunidade pode originar reacções xenófobas na sociedade de acolhimento e o desconhecimento, a suposta concorrência de mercado e a falta de integração nas diversas áreas sociais, podem criar espaços de grave rejeição. À partida e apesar de tudo, não é o caso dos chineses, mesmo sendo a língua um grande obstáculo no relacionamento com a nossa sociedade. Aliás, a não ser nas segundas e terceiras gerações as primeiras não mostraram muita vontade em ultrapassar esse obstáculo, em parte porque a dependência para com a sociedade de acolhimento é muito pequena, a não ser para assuntos mais burocráticos.

Na maior parte da nossa imigração, a situação de fragilidade económica é notória, existindo situações de grande debilidade na integração e graves problemas sociais que conduzem muitas vezes à exclusão social.

No caso dos chineses, devido à sua filosofia de apoio familiar, social e empresarial, todos os problemas são resolvidos entre eles: têm apoios logo que chegam, tanto a nível de emprego, como de habitação, criam muito rapidamente o seu "pé-de-meia" para

¹²³ Jorge Tadeu Arantes, informações sobre a história da China, Editora Ática, Ltda., 2005

¹²⁴ Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

serem independentes e terem o seu negócio. Logo, a língua tão importante para a comunicação na sociedade de acolhimento fica secundada devido a todos esses apoios.

A situação nas gerações seguintes muda um pouco este cenário. O diferente nível de educação desses imigrantes e a sua necessidade de maior integração, com competências similares aos nacionais são a razão dessa diferença.

No caso dos estudantes, sabemos que os pais fazem ainda muita questão de os mandar estudar ou escolas na China, para uma educação baseada em valores, cultura e língua chineses, ou em Portugal em colégios particulares em Lisboa. O objectivo é que eles tenham acesso a boas oportunidades educativas, sendo um investimento para uma maior mobilidade social no futuro. Isto justifica um pouco a ausência desses alunos nas escolas portuguesas pelo menos nos primeiros graus de ensino. A nível universitário a realidade é um pouco diferente, e tal deve-se também a alguns factores que passam pelo facto de as segundas gerações depois de quicá, terem estudado no seu país, voltarem para os seus pais que ficaram a trabalhar em Portugal. Nessa altura vão frequentar as instituições universitárias nacionais, facto que pode explicar a sua maior presença neste grau de ensino. Como resultado, a sua integração será maior, e as capacidades para gerir os negócios da família também. A mudança estrutural das 3ª gerações faz a diferença na gerência dos seus negócios e na integração social em Portugal.

Mas na década de 90 a realidade é mais dura. Novas lojas chinesas mudam as habituais actividades dos imigrantes chineses, e agora, os seus negócios são mais diversificados muitos são bazares onde tudo se vende como bijutarias, brinquedos, roupas entre outros artigos¹²⁵.

Sempre apoiados pelos patrões destes negócios, o comércio “co-étnico” é, contudo, já virado para a economia nacional, não obstante, o “encastramento social” de Portes, por acolherem os seus empregados dando-lhes comida e alojamento.

Segundo informações recolhidas por alguns investigadores junto do SEF até aos anos 90 as migrações destes imigrantes eram assentes nas relações familiares, mas o cenário alterou-se na viragem do século.

Com a abertura do espaço Schengen, a imigração da China para a Europa aumentou consideravelmente, sendo os movimentos mais sofisticados pela recorrência a outras estratégias. As redes chinesas de imigração clandestina dão origem à feitura de documentos falsos, mas alegadamente, o maior estratagema foram as operações plásticas feitas para ser coincidentes com os documentos falsos usados por esses

¹²⁵ Supermercados com produtos oriundos da China, com aromas e sabores específicos, como podemos encontrar no C.C. da Mouraria e na área do Martim Moniz

imigrantes. Contudo, a Liga dos Chineses em Portugal tem dito que no nosso país, a realidade das redes não existe (pelo menos com a visibilidade e regularidade de outro países).

Com o transnacionalismo e as oportunidades surgidas de um acordo bilateral entre a União Europeia e a China, surge outra porta de acesso aos imigrantes: através de vistos de turismo, a possibilidade de passarem férias na Europa ou em Portugal, é naturalmente, mais uma via e quando estes vistos caducam, a situação de ilegalidade é uma possibilidade, pelo menos vivida temporariamente.

Uma nota interessante neste contexto é a existência de um novo grupo de imigrantes que frequentam o ensino universitário e que tal como os anteriores, pretendem um grau de especialização, licenciatura, mestrado ou doutoramento: são mulheres jovens e solteiras o que neste contexto de imigração é um novo fenómeno. Nestes casos, estas cidadãs que muitas vezes querem a especialização e voltar para a China, acabam por ficar e passam a ser migrantes laborais. Este é no entanto um assunto que não cabe aqui aprofundar, serve apenas para completar a informação¹²⁶.

Em síntese, em resultado das grandes mudanças nos finais do século XX, Portugal passou de um país de emigração, para e também um país de imigração, devido ao significativo número de fluxos imigratórios e mudanças socio-políticas e económicas.

A década de 90 recebeu em Portugal um número significativo de imigrantes de diversas nacionalidades, sendo as mais representativas, as africanas e países de Leste. Em paralelo com os africanos, os asiáticos têm um crescimento significativo.

Como se verá a seguir, um primeiro fluxo de chegadas havia tido lugar com a descolonização em 1975-76 e com a independência de Moçambique.

O fenómeno da imigração em Portugal desde o início do milénio até agora alterou a posição de Portugal nos contextos internacionais das migrações. Esta alteração passa pelo confronto com o poder político, na necessidade de definir políticas de integração, que passam pelas áreas institucionais e jurídicas. Surgem iniciativas e novas realidades que se vão adequando aos poucos à realidade, através da publicação de legislação adequada à realidade actual, como por exemplo, o DL nº 6/2004 de 26 de Abril, que regulamenta os vistos no estrangeiro, postos de fronteira, a prorrogação de permanência, o direito ao agrupamento familiar e a concessão e renovação de autorizações de permanência.

Desde 1995, que foi criado o ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias

¹²⁶1º Fórum Internacional de Sinologia, Recordações da China: memórias vivas de emigração e retorno na área do Grande Porto, Centro Científico e Cultural de Macau, Fevereiro e Março de 2006

Étnicas, órgão governamental que como uma instituição municipal visava participar e ajudar no quotidiano das Minorias Étnicas. A partir de 2002 foi criado o cargo do Alto Comissariado para as Minorias Étnicas, e desde então foi possível colaborar com associações de imigrantes como mais valias, que ajudaram e proporcionam a oportunidade de imigrantes ilegais no país usufruírem dos períodos de regularização extraordinária, como os que aconteceram entre 1996 e 2001.

Entre outras, estas foram alterações feitas ao nível institucional, que revelaram a necessidade de políticas que acolhessem a nova realidade migratória: a imigração¹²⁷.

Posto isto, sabemos que a imigração chinesa para Portugal regista o seu início nos primeiros anos do século passado. Várias conjunturas provocaram estes movimentos e muito mudou desde então. As novas realidades da globalização interferiram nas políticas internas de cada país e de Portugal. A economia à escala global foi determinante, com as medidas europeias, como os acordos bilaterais entre governos europeus e a China. A nossa presença secular na China, as relações luso-chinesas desde esses tempos, as mudanças políticas portuguesas como a descolonização, entre outros inúmeros factores, foram decisivos para os movimentos migratórios que chegaram ao nosso país desde os anos 20 do século XX, até ao século XXI.

• Conclusão

Gostaria aqui de deixar uma nota de Maalouf¹²⁸ sobre a questão da identidade do cidadão na diáspora. A identidade é a componente dos cidadãos migrantes que se reformula, quando chegam ao destino. Mesmo mantendo o mais possível as tradições, devido à necessidade de integração na mudança de estatuto de imigrante, quebram alguns dos valores para adquirirem uma nova identidade social.

Segundo Maalouf nós não temos apenas uma identidade. Antes, podemos ter as identidades que o nosso percurso de vida tiver. Assim, a origem pode ser no caso “chinesa”, mas tal como Maalouf que é libanês, se estiver em França e lá viver algum tempo, ele sente-se francês¹²⁹.

No caso dos chineses da diáspora, a sua identidade apesar de ser tão vasta, dispersa e intercontinental, em paralelo à estrutura cultural, à multiplicidade e à complexidade do conceito identitário chinês, poderia ser de fácil apreensão. Pese embora, que isso não

¹²⁷ Dias, Alfredo Gomes, Maria João Horta, A Imigração Chinesa em Portugal, Escola Superior de Educação de Lisboa, 2005

¹²⁸Maalouf, Amim, As Identidades assassinas, Difel, Difusão Editorial, S.A., 2ª edição, Janeiro, 2002

¹²⁹Maalouf, Amim, As Identidades assassinas, Difel, Difusão Editorial, S.A., 2ª edição, Janeiro, 2002, “A minha identidade é aquilo que faz com que eu não seja idêntico a qualquer outra pessoa”

entre em ruptura com as sociedades de acolhimento em que se insiram, a sua integração poderá ser quiçá, mais fácil e linear se negociar essa posição. No entanto, a necessidade de maior visibilidade para manter os seus estatutos, podem ser pouco conciliáveis.

O fechamento destas comunidades é por vezes a fuga a situações de conflitos étnicos o que os faz evitar as esferas públicas e sociais. Porém hoje, com a globalização e a realidade da aldeia global os valores podem manter-se, mas as atitudes tenderão a mudar.

Em síntese, apesar de chineses da diáspora, estes, foram seguramente uma comunidade diferente das outras.

Os cidadãos chineses estavam integrados em Moçambique, ocupavam cargos administrativos normais, relativamente à sociedade de acolhimento. Tal como os nativos, aqueles inseriam-se na sociedade, participando nas actividades, culturais, sociais e económicas locais. Como exemplo temos o caso das naturalizações para a nacionalidade portuguesa, a adopção de nomes portugueses, via casamento ou por opção utilitária. Ainda, a facilidade com que alguns se converteram ao cristianismo, cortando assim com os seus valores religiosos tradicionais, são outra componente da sua integração na sociedade moçambicana. É certo que dependendo de onde se instalaram, as comunidades eram mais ou menos activas relativamente à sociedade autóctone. Mas, e no seu todo, estavam integrados ao ponto de cruzarem e trocarem toques culturais, como na culinária e nas culturas de leguminosas de origem chinesa.

Finalmente, esta comunidade vinda de Moçambique, tinha um conhecimento profundo da língua portuguesa, o que ajudou muito na sua integração, servindo ao mesmo tempo de ponte entre a sociedade portuguesa do pós 25 de Abril e as outras comunidades mais recentes e chegadas de outras paragens.

Por fim, a ironia é que ao mesmo tempo que se integrou melhor, ficou mais desenraizada perante os seus valores tradicionais relativamente às outras comunidades, cujas dificuldades de integração foram maiores. O resultado acabou numa invisibilidade na sociedade autóctone, em paradoxo com as outras que se tornaram cada vez mais visíveis, não obstante o seu arreigamento às tradições e costumes.

Por fim, apesar de ser uma minoria a imigrar para Portugal, esta comunidade veio engrossar os fluxos migratórios dos anos 70 no país.

1.4– A diáspora chinesa em Portugal no século XX

- **Considerações Introdutórias**

Para Portugal, a diáspora chinesa é feita no contexto migratório europeu, dos anos 30. Oriundos na maior parte da província de Zhejiang imigraram também e consideravelmente mais cedo para outros espaços – Sudeste Asiático ou Américas –. Contudo, os primeiros contactos diplomáticos entre o Império do Meio e a Europa são mais antigos que os estabelecidos no século passado, apontando-se a chegada dos chineses à Europa entre os fins do século XIX e o início do século XX. Ao longo dos tempos os europeus experimentaram olhares contraditórios sobre a China e os chineses, devido às várias representações e às suas velhas tradições. Muitos formaram olhares anti-chineses, embora a China também fosse vista como um grande império, ancestral e brilhante. Coexistiam, por tanto, sentimentos ambíguos e que ocidentalizados, formavam imagens guetizadas e com ideia de enclaves.

Com a República Popular da China (RPC), centenas de milhares de refugiados chegaram via marítima à Europa. O Ocidente pôde ver, com o exemplo económico que representavam, uma China moderna e florescente.

Mas a imagem distante da China e dos chineses transmitia aos europeus, um mundo inacessível, misterioso e fora da compreensão europeia. Tudo isto é reforçado por alguns factores, como:

- O grande isolamento do Império do Meio;
- A distância que nos separa da China;
- Uma língua e dialectos que não se compreendem;
- Uma história e cultura de um número de pessoas que numericamente é significativo.

Deste modo, a Europa do século XIX descobriu a existência de um povo desconhecido de costumes estranhos e modos exóticos. Estes imigrantes surpreenderam rapidamente os povos europeus pelas suas capacidades de adaptação a condições difíceis e pelo seu sucesso económico. Adaptativos, corajosos, trabalhadores, com algum secretismo nos seus "modus vivendus", os chineses na e da Europa construíram com sucesso os seus negócios. Fundamentaram as tradições dos seus ancestrais e as experiências dos primeiros imigrantes chineses, em investimentos estratégicos e na colocação geodialéctica das suas filiais nos vários pontos do globo. Os chineses europeus com as suas teorias foram desenhando estratégias individuais e colectivas que rapidamente favorecem os movimentos migratórios que se desenvolvem na Europa. E apesar do

sucesso económico da China e da sua entrada na Organização Mundial do Comércio (2002)¹³⁰, os fluxos migratórios com destino à Europa, de facto, não pararam.

A questão que Pierre Picquard coloca, entre outras, é exactamente esta: porquê continuam a chegar à Europa e porquê a Europa?¹³¹

Primeiramente, o continente europeu é um novo território para os chineses que não têm podido aceder a outros espaços, como os EUA, Canadá, Austrália e o Japão¹³².

Em segundo, a União Europeia representa também para o governo chinês um novo pólo e uma ponte, bem como um mediador entre as Américas e o bloco asiático emergente. A Europa é o equilíbrio de forças geo-políticas em presença, após a queda do Muro de Berlim e a unilateralidade americana sobre a cena mundial. Segundo Picquard, a China escolheu uma estratégia contrária à do velho Bloco Soviético, conservando as matrizes do seu território e construindo um novo modelo económico. Ao escolher a Europa é igualmente uma influência e um espaço reconhecido internacionalmente, representando uma mais valia para a China. Ao escolher a Europa, a China considera-a um espaço privilegiado e geo-estratégico para o país e para os imigrantes chineses, na sua diáspora mundial¹³³.

- **As rotas de chegada à Europa**

As rotas de chegada à Europa, muitas vezes na ilegalidade, eram terrestres, marítimas e aéreas, em geral determinadas pela escolha do destino e pela maior ou menor facilidade de mobilidade nessa chegada. Nesta questão, a flexibilidade migratória é sobretudo, devido a candidatos clandestinos que utilizam os passaportes falsos, repartindo-se pelos quatro cantos do mundo.¹³⁴

As rotas tradicionais partiam tendencialmente de Xangai. Recentemente, com algumas reestruturações neste ponto, as partidas rumo à Europa fazem-se do Norte da China, onde se instalam novas filiais migratórias. Dependendo das classes sociais que imigram, a escolha das rotas é diferente. Assim, e no caso das classes mais favorecidas, a viagem é feita por avião. Estes transitam para a Europa de Leste, Central e para países mediterrâneos.

As migrações chinesas desde o país de origem sofrem vários percursos. Inicialmente

¹³⁰ Picquard, Pierre, L'EMPIRE CHINOIS, Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004

¹³¹ Idem

¹³² Todd, Emmanuel, O Destino dos Imigrantes, Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais, Instituto Piaget, Lisboa, 1996

¹³³ Picquard, Pierre, L'EMPIRE CHINOIS, Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004

¹³⁴ Idem

chegavam pela rota transiberiana de barco até Génova e posteriormente a Madrid. Muitos, devido às pressões das políticas de imigração espanholas optaram por vir para Portugal, fixando-se, inicialmente, como vendedores ambulantes do comércio de gravatas.

- **A Comunidade chinesa da Área Metropolitana de Lisboa em especial no Centro Comercial da Mouraria**

Se é verdade que existe diversidade nas comunidades chinesas em Portugal, e em determinados espaços em particular, neste estudo, devido à escolha da área de observação, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e mais concretamente, a zona do Martim Moniz, constata-se a excelência e evidência dessa diversidade e representação.

Especificando um pouco mais, a pertinência da abordagem sobre a comunidade de imigrantes chineses representada no Centro Comercial do Martim Moniz, para além de servir como um exemplo óbvio da sua presença na AML, dá ainda alguns sinais da sua atitude comercial perante a sociedade de acolhimento local, o que considero relevante para a análise que desenvolverei.

A Mouraria tem uma herança histórica e secular de segregação que remonta ao século XVI. Sob as ordens do rei D. Manuel I, as suas portas abriram-se à sociedade hegemónica. Este local era um dos nichos onde, tal como nas judiarias, viviam grupos segregados e com vidas fechadas dentro de si própria.

Após a reabertura da área da Mouraria ao resto da cidade de Lisboa, iniciou-se um fenómeno migratório, o êxodo do campo para a cidade na procura de novas oportunidade e mais qualidade de vida. Os seus novos habitantes mudaram um pouco a estrutura habitacional desta área, com a construção de vilas e pátios, espaços recreados à semelhança das vivências do campo, no sentido de recuperar e manter as relações de vizinhança perdidas no processo de migração. Para além disso, nas vilas operárias, os seus habitantes dependiam duplamente dos seus patrões: estes eram os donos das fábricas onde os habitantes das vilas trabalhavam e simultaneamente, eram os proprietários das casas onde moravam os operários.

Por volta dos anos 40 do século passado, numa tentativa de reabilitação urbanística em relação ao espaço e estilo da hegemonia da cidade, tiveram lugar muitas demolições que levaram consigo marcos históricos insubstituíveis. A dicotomia entre um estilo “pseudo-moderno”, a estreiteza das ruas e o emaranhado de construções, provocou o caos urbanístico.

Quando em 1989 se construiu o Centro Comercial da Mouraria, que colide

ofensivamente com a harmonia espacial que restava na área, o objectivo era o de alojar os muitos comerciantes que se encontravam dispersos, como o caso dos indianos. Mas se a construção deste Centro teve esse objectivo de agregação, com a entrada dum número crescente da comunidade chinesa, o objectivo deixou de ter sentido, tanto, que a Câmara Municipal de Lisboa desejaria conseguir deitar abaixo este edifício. No entanto, a maior parte dos proprietários das lojas do Centro são chineses e para a Câmara demolir o edifício implicaria ter de dar inúmeras indemnizações, o que se torna incomportável e não viável em termos de custos¹³⁵.

Relativamente às diferentes representações, de início a comunidade indiana era em maior número do que a chinesa. Nela inserem-se diferentes religiões étnicas vindas de vários pontos, como do Paquistão e o Bangladesh. Porém, nos últimos dez anos e no que respeita à sua visibilidade, os chineses são mais visíveis que os indianos, não obstante os chineses terem chegado mais tarde.

Desta forma, e apesar de os indianos estarem mais consolidados, no sentido de que a maior parte já adquiriu a nacionalidade portuguesa e faz já parte do tecido comercial português, ao contrário dos chineses, estes, como se afirmou, ocupam espaços com mais visibilidade em virtude dos seus traços típicos de ostentação, presentes em todo no país. Ainda, essa visibilidade entra em discordância com as restantes lojas, o que cada vez mais os coloca fora de espaços associados à ideia de enclave territorial étnico.

Sob uma análise de apropriação de espaços¹³⁶, o CCM poderá ter alguns paralelismos com espaços públicos¹³⁷. Este era uma área segregada e por isso, comunidades desenraizadas ou estrangeiras, em prol de uma tentativa de integração, foram-se instalando aos poucos neste local e, ao mesmo tempo, revitalizando-o¹³⁸. A diversidade cultural e a persistência em manter os traços e costumes culturais de cada comunidade étnica, são visíveis. Ainda, os contactos essenciais feitos com a sociedade autóctone

¹³⁵Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Prof^a Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

¹³⁶Duarte, Isabel, et al, Coexistência Inter-Étnica, Espaços e Representações Sociais, Os Ciganos vistos pelos outros, ACIME, Agosto, 2005

¹³⁷A “apropriação”, supostamente deu-se devido ao abandono pela sociedade natural da zona em questão. Esta, com um historial já marcadamente sectorial, não evoluiu no mesmo sentido homogéneo do desenvolvimento urbanístico da cidade de Lisboa,

¹³⁸A instalação destes espaços sociais e empresariais, começam por ser a substituição e aproveitamento de lugares abandonados pela sociedade autóctone. Dá-se a sua revitalização desses espaços e desenvolvem-se actividades de tendência económica e negócios étnicos. Estes, com o apoio e colaboração da comunidade, no caso a chinesa, que para tal conta com os seus co-étnicos, numa partilha de confiança. As vantagens deste procedimento passa pelo apoio mútuo, aos que precisam quando chegam ao país e não têm casa, nem emprego e às vezes, nem legalizados estão. Com a ajuda de uns para a sobrevivência inicial, para outros, como capital social necessário ao desenvolvimento do mercado étnico, que quase sempre começando quase sempre com negócios pequenos.

tendem a manter isoladas quaisquer manifestações sociais. No entanto, a economia étnica destas comunidades, no caso a chinesa, está cada vez mais inserida na economia nacional, ao contrário de outras comunidades estrangeiras presentes em Portugal. Muitas vezes, e segundo Noiriel (1998)¹³⁹, estes espaços são criados ou recriados devido a diversos factores como, crises xenófobas, transformações económicas e crises de identidade nacional, acrescidas da instabilidade das populações. A visibilidade provoca instabilidades. Os traços diferenciados de hábitos e costumes ou tradições culturais originam um agrupamento que demarca territórios, o que quer dizer, fronteiras tanto materiais, como simbólicas, quiçá sinais visíveis de eventual segregação. Estas, entre outras, serão algumas das razões para o aparecimento de espaços culturais diversos e demarcados da sociedade de acolhimento.

Na área de Lisboa, em concreto, no Martim Moniz, a sua presença tem sido alvo de alguns estudos nacionais. Contudo, a falta de informação sobre estes cidadãos e o acréscimo da sua presença cada vez mais marcante na AML, são factores que suscitam a necessidade de aprofundar estudos sobre a comunidade.

No Centro Comercial da Mouraria existem fortes diferenças culturais, sociais e étnicas na ocupação e apropriação do espaço. Coexistem diversos grupos heterogéneos, como os Palops, imigrantes asiáticos de outras paragens, dando lugar a representações sociais diversas, com situações de fortes contrastes sociais.

Dentro do Centro, além da fraca iluminação, da mistura de cheiros que permitem imaginar outras paragens, vê-se a convivência entre culturas e origens diversas. Nesta diversidade existem acordos tácitos de limites de ocupação de espaços, o que nem sempre facilita o convívio.

Ao entrar no Centro¹⁴⁰, Comercial da Mouraria' o ambiente transmite uma determinada intimidação, não pelo que se vê fazer, mas pela ausência de manifestações e atitudes que definam o que se passa e o que se espera. Talvez nem sempre o silêncio seja o hábito, mas nas visitas feitas, existia lactente um determinado silêncio organizado. A azáfama dos seus ocupantes, as diversidades dos artigos, as várias lojas com origens étnicas diferentes, representam-se alheios aos visitantes e tudo corre sem grandes complicações.

No 2º andar, a ocupação é maioritariamente feita por africanos, em convivência com alguns portugueses brancos, aliás estes grupos representam a minoria dos ocupantes.

¹³⁹ Citado em, Duarte, Isabel, et al, Coexistência Inter-Étnica, Espaços e Representações Sociais, Os Ciganos vistos pelos outros, ACIME, Agosto, 2005

¹⁴⁰ Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Profª Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

Conforme se vai andando, começamos a reparar na presença de lojas e supermercados de algumas paragens do Oriente, mais concretamente de indianos. A diversidade das origens tem a ver com a sua diversidade intergruppal. Neles estão inseridas diversas étnias que se distinguem pela origem religiosa. Existem neste grupo designado genericamente por indianos, paquistaneses e do Bangladesh cuja religião é muçulmana. Também muçulmanos, a maior parte sunitas, indianos regressados de Moçambique após a descolonização, a maior parte xiitas da linha ismaelita, da tribo milenar de Ismael. Além da comunidade hindu e Shiks, todos perfazem uma grande representatividade indiana¹⁴¹.

Os principais clientes da comunidade chinesa são os ciganos. Aliás, quando visitamos o Centro, podemos também observar a sua presença, que não obstante não possuem nenhum lugar, andam por todos os andares na mira de fazer algum negócio.

Relativamente à comunidade africana, esta é conhecida por ser a mais conflituosa porque existem muitas quezílias entre as suas diversas etnias.

Efectivamente, a primeira e maior representatividade de ocupantes do C.C. da Mouraria é a dos chineses. O seu número tem sido crescente, aumentando gradualmente, principalmente desde os anos noventa. A maior parte deles chegaram da Ásia Ocidental da província de Zejiang¹⁴².

Os chineses são conotados como conflituosos e dados a ofensas corporais¹⁴³. A razão destes azedumes surge devido aos seus negócios com ciganos, existindo entre eles uma constante e lactente desconfiança, nem sempre correndo bem as transacções comerciais. No que diz respeito à simpatia e acessibilidade, de todos, os chineses são os mais inacessíveis, incomunicáveis e desconfiados, esta é uma das imagens que tem ficado¹⁴⁴.

Os muitos visitantes que passam nos corredores das suas lojas, são olhados com muita indiferença, se não houver necessidade evitam qualquer tipo de contactos, só os comerciais e mesmo assim, os seus clientes são vistos com alguma suspeição.

Os conflitos mais frequentes dentro do Centro pelas razões já referidas, tendo em conta o carácter de cada um, são entre africanos e chineses¹⁴⁵.

¹⁴¹Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Profª Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

¹⁴²Oliveira, Catarina, Chineses em Portugal: Comunidade ou Comunidades, Working Papers 18, Socinova, Lisboa, 2000

¹⁴³Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Profª Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

¹⁴⁴Idem

¹⁴⁵Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Profª Doutora Ana Maria

Perante isto, as associações de imagens mais positivas são referentes aos indianos, e as mais negativas são destinadas aos chineses, atribuindo-lhes atributos de avareza, obstinação pelo trabalho e o isolamento que manifesta para com outros grupos¹⁴⁶. No que se refere à sociedade portuguesa, os maiores problemas com esta comunidade são o já referido isolamento, a tendência para a auto-segregação e a desconfiança. O que não vem ajudar em nada, as imagens que se possam construir, na ideia de que os chineses são conflituosos, reforçando a ideia de segregação que a sociedade portuguesa tem assimilado¹⁴⁷.

O paralelismo é feito entre a convivência diversificada de culturas, as manifestações culturais para manter as raízes dos seus ocupantes, a auto-segregação que conduz a um “pulsar próprio”¹⁴⁸. A procura de conciliação de tantas diferenças e conflituosidades étnicas e a ocupação de espaços e suas problemáticas, são características que se aliam à “causalidade acumulada”, pelo abandono dos espaços em causa da sociedade hegemónica, o Centro Comercial da Mouraria é decerto um dos casos em paralelo¹⁴⁹.

Com a noção da codificação de comportamentos que cada vez mais se verificam naqueles espaços, a caracterização é feita pelas personagens que representam os seus papéis sociais mais ou menos compatíveis. Mas, fazem-se sempre com a demarcação necessária das fronteiras da sociabilidade, em paralelo aos signos de identidades, suas diversidades e pertença. Ou seja, quando entramos no Centro Comercial da Mouraria, podemos verificar como se organizam e instalam, sempre e segundo as estruturas de cada comunidade.

No caso dos chineses, relativamente à sociedade autóctone, se existem eventuais tendências de guetização, isso não se verifica. De qualquer modo as suas proximidades são, na defesa de alguns, mais físicas que sociais. Sem dúvida que a existência de regras bem como de modelos dominantes, podem gerar conflitos de difícil gestão e a incompreensão de uns pelos outros, dificultando a tarefa de conciliar as respectivas diferenças.

Se no conjunto destas convivências diferenciadas não se encontrar a resolução para as incompreensões, então, a tendência é a de criar espaços próprios de concentração por

Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ Resultado da recolha de opiniões em entrevistas exploratórias do trabalho de campo.

¹⁴⁸ Leitão, Ana Estrela, e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria espaço multi-étnico ou espaço inter-étnico?, In: Estudos sobre a China, vol. III, Coordenação Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, Lisboa, 1999

¹⁴⁹ A “apropriação”, supostamente deu-se devido ao abandono pela sociedade local em questão. Esta, com um historial já marcadamente sectorial, não evoluiu no mesmo sentido homogéneo do desenvolvimento urbanístico da cidade de Lisboa.

determinado tempo, podendo daí resultar a construção de enclaves ou guetos.

No caso dos chineses é efectivamente diferente. A sua postura constante em qualquer parte do mundo, é caracterizada de um espírito natural de apoio familiar, o “familismo empresarial”, que defende e protege os seus conterrâneos das diferenças da sociedade de acolhimento. Construindo fronteiras entre os seus e os outros, essa charneira é a linha que define o seu mundo, os seus enclaves de encastramento social próprio, não construídos obrigatoriamente, mas de livre vontade.

A independência social, económica e financeira é nota marcante e se perante isto, verificarmos o seu deliberado isolamento perante a sociedade de acolhimento, não devemos estranhar: este é o seu modo de incorporação numa sociedade que lhes é estranha e da qual se defendem.

Deste modo, se não necessitam tanto como os outros de falar o português, a razão é devida a todo o apoio que têm por trás, seja de carácter económico, social, familiar, e até mesmo empresarial. Na minha opinião, são dinâmicas sociais e de mercado, que pretendem interagir com as políticas da sociedade de acolhimento, mas com a coesão das suas comunidades que querem manter e construir.

Segundo Portes, as diferentes dimensões e multiplicidades conduzem ao respectivo capital social, ou seja, ao entroncamento entre a capacidade de mobilizar o capital e a relação social. Aquele capital tem implícito o capital humano que se presta para o “produto” do eventual “encastramento”.

Assim, se o Estado, no caso o Estado português no contexto imigratório, não for um mediador eficaz das clivagens sociais dos cidadãos imigrantes, se agir unilateralmente, irá gerar clima de tensão e conflitos entre os que são recebidos e a sociedade que os recebe.

Nesta dualidade, as diversas comunidades, e a chinesa em especial, tenderão a realizar a sua integração o melhor que puderem perante a sociedade que os acolhe, versus as políticas de integração estatais. No entanto, como já foi referido, penso que os imigrantes chineses tenderão a não ficar em situação de fragilidade ou dependência da sociedade hegemónica. No caso da comunidade chinesa no Martim Moniz, a tendência é pois construir a sua independência neste sentido.

Na zona do Martim Moniz, tal como Portes define, a aglomeração de imigrantes chineses, de algum modo segue as tendências por ele descritas, acerca dos modos de incorporação. A diversidade destes, incluem dinâmicas de mercados, interagindo com políticas que a sociedade de acolhimento detém, bem como a coesão das comunidades

que pretendem constituir¹⁵⁰.

A questão aqui é a de saber se o Centro Comercial do Martim Moniz é um “enclave étnico” construído pela comunidade chinesa. O suposto “enclave imigrante” na sua representação numérica naquele espaço pode ser encarado pela sociedade portuguesa como um isolamento hostil: por um lado, pela instalação provisória cujas intenções podem ser regressar mais tarde ao seu país, por outro lado, pode ser considerado um modo de exploração à sociedade que os recebe. A auto-segregação residencial, os seus hábitos sociais de um convívio muito próprio apenas dentro da própria comunidade, não mostram efectivamente a intenção de partilha com a sociedade autóctone, sendo um dos sinais que poderá dificultar a aceitação destes cidadãos.

A atitude da comunidade chinesa no espaço da Mouraria transmite a latente cultura milenar, que inclui a tendência para a autonomia perante a sociedade portuguesa. Não tendo necessidade de intervenção cívica ou política, têm as suas próprias hierarquias sociais e políticas no seio das suas organizações associativas e financeiras, além de terem, também, os seus próprios postos de abastecimento, de norte a sul de Portugal, cujas orientações na maior parte das vezes vêm do país de origem.

A Câmara Municipal tem um papel interventivo sobre o espaço do Martim Moniz no que diz respeito à “política multicultural e cosmopolita”. Nos anos 90, na abertura de um colóquio intitulado “Minorias Étnicas, a participação na vida da cidade”, a defesa foi em prol de “Uma cidade multicultural...vivência diária das suas múltiplas dimensões...debate e participação activa das associações e de todos...cidadania plena. ...no respeito pela diferença e na defesa ...da igualdade e da liberdade. É na riqueza da diversidade que Lisboa tem encontrado a sua identidade”¹⁵¹.

A concentração de cidadãos chineses na AML, como na Mouraria, tem vindo a modificar os seus processos de integração na sociedade portuguesa, apesar das imagens que transmitem aos portugueses, não se sabendo se existe da sua parte alguma preocupação sobre isso. E, mesmo continuando o seu isolamento a níveis, sociais, económicos, familiares e linguísticos, acredito que a sua inserção na sociedade está a passar para uma fase diferente, fase essa, que penso demonstrar uma maior interacção com o modo de vida nacional, sem no entanto, deixar os seus hábitos, regras, tradições e cultura.

Tal como Portes defende, estas atitudes podem ser o seu modo de integração segura,

¹⁵⁰ Portes, Alejandro, Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Celta Editora, Oeiras, 1999.

¹⁵¹ Gonçalves, José Mapril, Os Chineses no Martim Moniz, Oportunidades e Redes Sociais, Working Papers, 19, Socinova, 2001, pp.24

confiante e hábil. Poderá parecer um paradoxo, isolar para integrar, mas o ambiente de anonimato das zonas litorais, são o meio indicado para que estas comunidades, sem muitas pressões, procurem os seus modos de integração.

As elites com grande especialização académica e no topo das organizações económicas ou políticas do seu país, se estão em Portugal, conseguiram o estatuto e o prestígio nas hierarquias das comunidades, tanto através de associações existentes no nosso país, como de altos empresários. Assim, dominam a estratégia empresarial chinesa em Portugal com intenções de servir de intermediários entre Portugal e a China, para instalar neste mercado os seus produtos.

Contudo, defendo que a maior parte dos cidadãos chineses, fugidos às más condições de vida do seu país, e tendo um grau de escolaridade baixo, não têm intenções cívicas ou políticas. Têm sim a intenção de logo que consigam o dinheiro suficiente, voltar para o seu país e para perto dos seus antepassados.¹⁵² No entanto, penso que mesmo nestas classes, a situação irá mudar e a intenção de regressar diminuir. As 2^{as} e 3^{as} gerações que vivem em Portugal com os seus pais são aqui criados e grande número já frequentam as escolas e as faculdades portuguesas¹⁵³. Logo, tendem a criar outras raízes, que eventualmente os afastam um pouco mais das suas tradições. São mais ocidentalizados e têm um conhecimento maior da língua portuguesa. Consequentemente, existe uma melhor e maior integração, não demonstrando intenções de regressar à China, apenas mantêm os valores ancestrais no seio da família.

A fixação destas gerações em Portugal permite-lhes intervir nos negócios da família ou nos seus círculos sócio-empresariais com mais *know-how*, mantendo no país os seus negócios incorporados na suas redes sociais e empresariais. Com maior permeabilidade às influências ocidentais estão mais abertos a interagir com a sociedade portuguesa, não só na sua incorporação, como no prestígio social dentro da sua comunidade.

Finalmente, este trabalho pretende reflectir sobre questões que irão analisar as consequências das auto-segregações, diversidades étnicas, convivências e a relação com a sociedade portuguesa.

Se os imigrantes têm capacidades para a inserção na sociedade de acolhimento, mas tenderem a ficar ligados à economia étnica, isso, poderá inibi-los de aceder a várias opções de ajuda de mercado nacional, embora possam conjugar outro tipo de

¹⁵² A necessidade de não perder os vínculos ancestrais que ligam as famílias chinesas às gerações vindouras

¹⁵³ Embora, ainda existam muitas crianças que os pais fazem questão de levar para a China, ficando lá a estudar até que tenham os seus cursos e ao voltar chegarão a Portugal com um estatuto diferente possam melhor ser integrados na sociedade portuguesa.

actividades mais ligadas à economia nacional.¹⁵⁴ Se pretenderem uma ascensão comunitária, o encastramento será o obstáculo na descoberta das potencialidades de ascensão das suas empresas. Assim, a “economia imigrante” (Rex, 1998)¹⁵⁵ é “coagida a dedicar-se a actividades consideradas como indesejáveis para a sociedade de acolhimento...”¹⁵⁶.

Se a área de Lisboa é um exemplo disso, o isolamento étnico dos chineses é relativo. Protegidos por uma língua comum, acessos internos a empréstimos e oportunidades de investir rapidamente nos seus negócios, o que os coloca numa posição intermédia, discretamente estão a entrar em várias áreas da economia nacional. Como exemplo, gostaria de abordar o caso dos “fast-food” chineses, um investimento moderno que integra uma panóplia de artigos e produtos comerciais, que competem já a nível comercial, com a economia nacional.

Se a China dos anos 50 tinha uma sociedade social estagnada e não muito complexa, na década de 90, a sua configuração foi de grande complexidade, não sendo fácil a sua observância sobre os seus ritmos por parte de especialistas das áreas antropológica e sociológica.

Porém, hoje as cores “vermelho e amarelo” são símbolos de uma China de cadeias de “fast-food”. Esta integração de vendas de produtos ocidentais, referência de um “cosmopolitismo”, ou seja,¹⁵⁷ a abertura a investimentos estrangeiros com a criação de “joint-ventures”, instalou a China nas grandes marcas e cadeias comerciais, desde o vestuário à alimentação.

Na nova organização estrutural em competitividade com as fast-food ocidentais, como as redes “MacDonalds” existentes em Portugal, os restaurantes chineses são a chave da concepção da globalização hegemónica e não-hegemónica, com o paralelismo entre MacDonalds e os restaurantes étnicos (chineses). Segundo o estudo sobre a integração no mercado ocidental da economia étnica chinesa, *Immigration and Globalisation From Below: The Case of Ethnic Restaurants in Lisbon*¹⁵⁸, esta interacção é o resultado da recente evolução dos imigrantes chineses em Portugal. A possível leitura comparativa sobre esta realidade, na expansão dos restaurantes étnicos e os franchises,

¹⁵⁴ Oliveira, Catarina, Chineses em Portugal, Comunidades ou Comunidades, Working Papers, 18, Socinova, 200

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ Idem Ibidem

¹⁵⁷ Romana, Heitor Barras, As Reformas económicas na RPC, Implicações sócio-culturais e Políticas: Estudos sobre a China, vol. II, Coordenação Doutora Ana Maria Amaro, ISCSP, pp.35-44 Lisboa, 1999

¹⁵⁸ Fonseca, Maria Lucinda, Jorge Malheiros, “Immigration and Globalisation From Below: The Case of Ethnic Restaurants in Lisbon, Finisterra, Vol. XXXIX, nº 77, Lisboa 2004

considera as alterações como as mudanças das condições locais, novos consumos, hábitos, estratégias urbanas, intervenções diversas e os efeitos que isso acarreta para os imigrantes (a inserção no mercado de trabalho e as mudanças inerentes). Por fim, este estudo reflecte sobre as contribuições das comunidades transnacionais nas estratégias e competitividades de Lisboa.

Segundo Portes, o transnacionalismo é um estudo ainda não concluído e por analisar e que ainda não reuniu um maior consenso. No caso chinês, o transnacionalismo poderá colocar-se sob a questão de um eventual apoio de investimento do seu país de origem, e de que forma as iniciativas empresariais na diáspora se relacionam, onde quer que as comunidades se encontrem. Ainda, poderá colocar-se sob o apoio de investimento de uma forma informal e com redes de financiamento que irão contribuir para a abertura dos seus negócios. Aquele suporta-se em redes de amizades, chamadas “Pactos de financiamento”¹⁵⁹.

Contudo, as várias implicações que o campo transnacional tem, não deixam de ser uma das alternativas na adaptação política e socio-económica à sociedade de acolhimento de acolhimento¹⁶⁰.

Portes¹⁶¹, apresenta cinco pontos como indicadores de um progresso no que respeita ao consenso de alguns investigadores deste estudo:

1. O transnacionalismo é uma nova perspectiva
2. É um fenómeno de base popular, de gente comum que visa manter laços comuns, económicos e não só, além fronteiras.
3. Nem todos os imigrantes são transnacionais, apenas uma minoria se envolve no conceito transnacional.
4. As consequências macro-sociais são o grande impacto económico e social para as comunidades e nações pela regularidade das práticas além fronteiras. Essas consequências alteram ou podem alterar a economia social e cultural dos países envolvidos. As questões económicas envolvidas, aproveitadas, podem conduzir a empréstimos internacionais, sendo estas diásporas os “magos financeiros”.
5. O activismo transnacional depende dos contextos de saída e acolhimento dos imigrantes de origens rurais, que são mais propensos a migrações transnacionais.

¹⁵⁹ Informações obtidas em entrevista exploratória, com a Senhora Doutora Ana Maria Amaro, Professora Catedrática e especialista em Estudos Chineses, 2005

¹⁶⁰ Portes, Alejandro, O estudo do transnacionalismo imigrante, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 69, Coimbra, Outubro, 2004

¹⁶¹ Idem

O fio condutor deste processo tem agregado a si uma multiplicidade de intervenientes sem os quais isso não seria possível.

Aqui, obviamente a “confiança exigível” de Portes versus a “lealdade social” e “solidariedade social”, é uma das formas de relacionamento social dos chineses¹⁶² versus a importância da face. A ética relacional que exige “códigos”, as “Wui” ou associações de filosofias de acção, nem sempre com sentidos comuns, agem como suportes de apoio e protecção das uniões, dos laços de parentesco e unidades regionais, muitas vezes manipulando quem precisa desse apoio¹⁶³.

Contudo, as várias implicações que o campo transnacional tem, não deixam de ser uma das alternativas na adaptação política e socio-económica à sociedade de acolhimento¹⁶⁴.

As características comunitárias chinesas aproveitam as oportunidades como interacção entre estas e as características da própria comunidade, além do contexto e da conjuntura económica e social do país de acolhimento.

Deste modo, circulam informações que concentram espacialmente as actividades económicas, protegendo o imigrante dentro da sua comunidade, mas permitindo ainda, que aquele circule e evolua nas esferas empresariais da comunidade, fortalecendo a independência económica para com a sociedade de acolhimento.

Naquela interacção surge naturalmente a competitividade dos baixos preços, o favorecimento do mercado informal e a baixa ambição da sociedade autóctone, isto é, a sua permissão passiva.

Na organização das cadeias de fast-food, aliam-se deste modo, estas vantagens à facilidade de mobilidade social, “ócio do ofício” do transnacionalismo da rede na diáspora, face a outras sociedades nacionais e locais, no caso Lisboa.

A ocupação destes espaços urbanos económicos, vista por outra perspectiva, pode ser olhada como uma oportunidade dinamizadora, que apesar do intuito auto-segregacionista da comunidade, tem influído e contribuído para a activação do tecido urbano até então em degradação económica e como regulador de preços a nível nacional.

Não sendo este um trabalho de intuito empresarial mas de carácter social, não deixa de ser pertinente, no entanto, abordar estas questões económicas e de estratégias sócio-

¹⁶² Informações obtidas em entrevista exploratória, com a Senhora Doutora Ana Maria Amaro, Professora Catedrática e especialista em Estudos Chineses, 2005. A face é um valor essencial, que em falta exclui o elemento do seio do seu grupo, por ter falhado nas primordiais cinco relações humanas, segundo a ética confuciana, a honestidade, respeito, confiança e harmonia.

¹⁶³ O “social dumping” é a observância de salários baixos aos colaboradores, mas, em paralelo, com a protecção patronal, seja, numa oportunidade de negócio na rede social, apoio residencial ou outros.

¹⁶⁴ Portes, Alejandro, O estudo do transnacionalismo imigrante, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 69, Coimbra, Outubro, 2004

empresariais, como pano de fundo para o estudo.

Conforme Alejandro Portes salienta, mesmo que as actividades do transnacionalismo possam ser promissoras, o fenómeno pode atingir múltiplas formas. À eficácia destas práticas é necessário aliar as políticas de desenvolvimento dos diferentes países, quer de acolhimento quer de origem, e atentar para as questões sociológicas sem as quais esses processos poderão tornar-se quicá perversos. E não há dúvida que as políticas de imigração de Portugal têm uma palavra a dizer no processo de integração destas comunidades, perante estas realidades.

- **Quatro Grupos dentro da Comunidade Chinesa:**

Em consulta a Pierre Picquard¹⁶⁵, *L'Empire Chinois* (2004), sobre os contextos e antecedentes da diáspora chinesa poderemos analisar como as coisas foram mudando desde o século XIX, e sumariamente podemos distinguir quatro grupos de comunidades chinesas provenientes destes contextos e mudanças.

Sabemos que pelo menos desde os anos 30, cidadãos chineses chegaram ao nosso país vindos de um ambiente conturbado no seu país. A China estava a atravessar muitas convulsões políticas, sociais e económicas, resultantes quer da invasão japonesa quer da revolução comunista que culminou na criação da República Popular da China em 1949. Assim, e de acordo com alguns estudos¹⁶⁶ sobre “Comunidade ou Comunidades”, existem vários grupos que interagem entre si, com origens comuns, mas com realidades migratórias diferentes, não se considerando eles mesmos como comunidades únicas, tendo cada grupo as suas especificidades. Desta forma, devido aos processos históricos e aos contextos dos impérios coloniais europeus, os movimentos migratórios incluem características díspares e heterogéneas na diáspora¹⁶⁷.

A chegada a Portugal de chineses foi marcada por **cidadãos vindos da província de Zhejiang** (os mais numerosos) e que se instalaram nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Estes chineses também são oriundos da província de Wenzhou, chegaram a Portugal nos anos 80, maioritariamente por via de redes familiares. Primeiro foram vendedores ambulantes de gravatas e bijutarias, e agora, são empresários e donos de restaurantes. Este progresso é feito no sistema familiar e de interajuda, em prol da face e do bem comum. É esta a realidade da imigração chinesa de hoje em Portugal,

¹⁶⁵ Pierre Piquard, um autor europeu especialista em comunidades chinesas na diáspora.

¹⁶⁶ Fonseca, Maria Lucinda & Malheiros, Jorge Macaísta, *Imigration contexts in Portugal and differences within communities* Direcção: Profª Doutora Maria Lucinda Fonseca, Edições Colibri, Lisboa, 1996

¹⁶⁷ Nota de entrevista exploratória com o Sr. Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros, professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa.

uma organização institucional gerida por leis internas muito próprias de carácter moral, cuja base é parental ou étnica¹⁶⁸.

Os naturais de Macau, encontram-se bastante integrados na sociedade portuguesa, estando muitos casados com portugueses e naturalizados. Actualmente, calcula-se que vivam em Portugal cerca de 5 centenas de famílias macaenses, descendentes de luso-descendentes de Macau. Acrescido aquele número dos que eventualmente chegaram a Portugal após os anos 90, pela passagem da administração portuguesa de Macau para a soberania chinesa, se bem que o êxodo de Macau para Portugal não foi tão evidente como se pensou.

Neste grupo existem dois tipos de cidadãos: os que embora com passaporte português não abdicaram da origem chinesa e os macaenses, portugueses de Macau, muitos deles professando a religião católica. O que melhor os distingue é a facilidade de comunicar em português, não obstante muitos macaenses “mestiços sino-descendentes”¹⁶⁹, não serem considerados portugueses em Portugal, mas sim chineses. Apesar disso estes macaenses estão bem integrados. São cidadãos com uma presença muito discreta, estando dispersos pelo país. A Casa de Macau tem sido o seu ponto de referência e encontro. Esta é uma instituição representativa da diáspora chinesa, sendo que nesta Casa se podem encontrar inúmeras informações sobre a herança histórica da presença portuguesa na China e dos movimentos que as razões da diáspora envolveram¹⁷⁰.

Os **estudantes bolseiros**, estando de passagem, vieram de vários destinos a saber: Macau, China continental, Singapura e Malásia. Não dominam muito bem o português e o seu objectivo é formarem-se e voltarem a Macau, para exercerem actividades nos diversos serviços públicos. As universidades chinesas também enviam um pequeno grupo de investigadores, nomeadamente para o Instituto Superior Técnico, sendo igualmente o seu intuito o regresso. A maioria não sabe falar português, não pretendendo conviver com os restantes cidadãos chineses, nem com os serviços da Embaixada chinesa. Os seus únicos contactos são meramente funcionais.

Os que **vieram de Moçambique** após a descolonização. Têm um profundo conhecimento da língua portuguesa, ao contrário de qualquer dos grupos atrás citados, estando já muito ocidentalizados. A razão porque se encontravam bastantes chineses

¹⁶⁸ Oliveira, Catarina, Chineses em Portugal, Comunidades ou Comunidades, Working Papers, 18, Socinova, 200

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ Quero deixar os meus agradecimentos à Fundação Casa de Macau, na pessoa do Dr. Mário Matos Santos, que simpaticamente me cedeu o acesso a tanta informação no seu Centro de Documentação. Com o apoio cedido pela Fundação Casa de Macau, recolhi muito sobre a presença secular dos portugueses na China e das suas heranças, políticas, culturais, económicas e sociais.

nas ex-colónias portuguesas (nomeadamente Moçambique onde a sua presença foi mais forte) esteve relacionada com as várias convulsões dentro da China, já referidas acima, aliado ao aumento demográfico também preponderante.

A maior parte desta comunidade em solo africano era oriunda de Cantão. Em Moçambique foram várias as actividades desenvolvidas por estes cidadãos, como o comércio, finanças e contabilidade a título exemplificativo. A construção civil, agricultura, artesanato e indústrias foram outras tantas. Aqui a comunidade era muito unida e fechada, e ao nível da educação das crianças tentavam manter o mais possível os laços culturais. As gerações mais novas reconstruíram assim fortemente a sua identidade, não estimulando em nada o associativismo da sua comunidade. No entanto, o seu domínio do português era bom e a qualificação da população cada vez maior, pelo que o acesso a outro tipo de actividades (como bancários, engenheiros e médicos) foi sem dúvida uma mais valia nos contextos socio-políticos que se seguiram.

São estes os quatro grupos mais marcantes de comunidades chinesas existentes em Portugal, que conforme se assinalou, existem devido a diferentes contextos e realidades socio-políticas, divergindo ainda nos diversos graus de educação e formação, mas todos com um objectivo comum: a procura de qualificação e qualidade de vida, enveredando todos por um processo diaspórico rumo a vários destinos.

- **Conclusão:**

Em síntese, os estrangeiros de origem asiática, residentes na AML em 1981, eram ainda em número reduzido, sendo, apesar de tudo, já notória uma especialização na área do comércio e importações entre outras, embora fosse nesta década, a construção civil a actividade preponderante.

As comunidades chinesas estão muito representadas na área de Lisboa e esse fenómeno tem relação com a sua procura de maiores oportunidades de um mercado europeu, ainda não muito explorado em Portugal.

A instalação na AML e no seu anonimato urbano facilitou o aparecimento de populações ráticas e culturalmente diferentes, isto, tendo em conta a aparente tolerância existente por parte dos habitantes das grandes urbes. É o caso da instalação de comunidades asiáticas na Mouraria. Além de que, esta concentração na AML, facilitou a instalação de redes de solidariedade e acolhimento que ajudaram na fixação progressiva e gradual destes imigrantes. Este acréscimo de asiáticos iniciou uma nova fase no ciclo de imigração para Portugal e a posição do nosso país nos últimos 20 anos alterou a realidade do mercado de trabalho português e o contexto das migrações

internacionais.

O futuro da política imigratória de Portugal tem de ter em conta a conjugação dos fluxos emigratórios com os fluxos imigratórios. O sucesso da política migratória portuguesa vai ter de se conciliar com as associações de agentes do poder central e autarquias. Estas encontram-se ainda muito omissas relativamente a algumas comunidades, como é o caso dos chineses.

Concretamente na AML, é necessário combater em conjunto, a discriminação nos vários domínios (residencial, laboral e escolar), em prol ainda, do respeito mútuo, dando espaço para a afirmação de elementos linguísticos, religião e outras práticas que revelem a identidade de cada comunidade, na sua diversidade e no seu todo¹⁷¹, sempre dentro dos valores humanistas e de igualdade de direitos.

A colaboração das ONG'S, universidades, entre outras instituições, ou seja, as ligações entre a sociedade civil e as instituições da sociedade portuguesa, são importantes para fazer face aos problemas na integração das comunidades.

Por último, foi igualmente pertinente uma pequena reflexão sobre os quatro tipos de grupos das comunidades chinesas existentes em Portugal. Nela podemos cruzar algumas das informações que ao longo deste estudo são referidas, afim de conhecer melhor as características destes cidadãos e da sua integração no nosso país.

¹⁷¹Malheiros, Jorge Macaísta, Imigrantes na Região de Lisboa, os Anos da Mudança, Direcção: Profª Doutora Maria Lucinda Fonseca, Edições Colibri, Lisboa, 1996

II Parte:
Interação multissecular
entre portugueses e
chineses: Imagens e
estereótipos em Portugal

2.1- Os primeiros imigrantes chineses na (sécs. XVI-XIX): Os Kulis ou “Coolies”

Os Kulis ou coolies foram um elemento importante da diáspora chinesa no mundo do século XIX. A origem etimológica da palavra é chinesa, sendo a junção de dois caracteres chineses (do mandarim), “Ku”, que significa sofrimento e “li”, que significa esforço. São símbolos de mão-de-obra barata e silenciosa¹⁷². O termo “Coolie” é a versão saxónica e europeia mais usada, para definir a época do recrutamento de emigrantes chineses do século XIX.

O “coolie” surge como uma realidade, devido à degradação da economia chinesa daquele século, às diversas catástrofes naturais e à consequente degradação da vida dos chineses, marcadamente nos meios rurais. O êxodo rural e a fuga para o exterior deu-se ao mesmo tempo em que se verificou uma carência de mão-de-obra europeia, conforme adiante será referido. Deste modo, começaram a ser contratados trabalhadores entre outros países orientais, da Índia e da China. Os coolies são esses trabalhadores e o termo aplica-se à sua contratação.

Se por um lado, o vazio da urbanidade mudou o carácter da emigração chinesa no século XIX, onde muitos se instalaram na agricultura, em plantações e na participação de minas, num processo silencioso, por outro, com a chegada dos ocidentais e a instalação dos regimes coloniais, a imigração chinesa não teve grandes dificuldades de integração nas populações autóctones, sendo a interligação feita sem reacções hostis.

A China tinha excesso de população, pobreza, muitas inseguranças e as colónias europeias da Ásia e América tinham necessidade de mão-de-obra barata. Deste modo, chineses em situação miserável foram recrutados e embarcados para as centenas de milhares de plantações e minas do Sudeste Asiático, Américas e Austrália, bem como para outras partes do mundo (México, Chile, Cuba, Peru, entre outros). Em 1852, os EUA, tinham mais de vinte cinco mil chineses, todos oriundos de vilas do delta da província de Zejiang.

A emigração de coolies foi um movimento não voluntário da população chinesa, (considerado e interpretado hoje como tráfico de seres humanos para fins laborais) e que durou vinte e dois anos, de 1850 a 1873, durante os quais muitos homens enriqueceram. Esta ‘emigração’ (como de resto outras)¹⁷³ foi motivada pela extinção da escravatura dos negros e pela necessidade de mão-de-obra. A Inglaterra era o principal recrutador

¹⁷² Lessa, Almerindo, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientais (o Antigo visto pelo moderno)*, reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário Português da China, Editora Internacional, Lda., Lisboa 1996

¹⁷³ Nomeadamente de europeus (portugueses e outros) para o Brasil

destes homens, mas França e Holanda, devido às suas possessões coloniais, também recrutavam chineses.

Devido à grande procura pelas potências europeias, foram também importados chineses de Singapura, incluindo gente de Macau. Este porto, depois em Hong Kong, foi um dos pontos de angariação. Porém, com a instalação dos ingleses em Honk Kong, Macau perdeu o monopólio deste comércio. Em Cuba, Eça de Queiroz, foi um acérrimo defensor dos coolies, denunciando as condições miseráveis em que aqueles homens viviam em autênticos campos de concentração¹⁷⁴ “barracões/dormitórios-depósitos” -¹⁷⁵. Estes protestos em nome dos direitos humanos entraram em conflito com os plantadores, a coberto do governo cubano, e, ainda mais inesperado, da missão chinesa. Mais tarde, em 1873, Andrade Corvo, na posse destas informações, proibiu o tráfico de coolies, a partir de Macau.

Nos mares do sul da China, com o comércio marítimo, verificaram-se os primeiros transportes de coolies chineses. Era um tráfico apelidado de “cochins de lait”¹⁷⁶ ou “venda de leitões”, segundo a versão de Macau. No regulamento deste comércio, foi divulgado um Boletim Oficial em 1859, com um aviso aos chineses sobre as actividades ilícitas que este comércio proporcionava e os seus abusos. Era a primeira vez que o tráfico era caricaturado de “Mai-chui-chai”, venda de leitões, e os seus agentes de “Chui chai tau”, cabeças de porquinho¹⁷⁷.

No Brasil, muitos intelectuais da época defendiam a inferioridade dos chineses relativamente aos negros. Estes emigrantes não tinham a mesma estrutura física, sendo mais frágeis, para além de que a alimentação tropical era agressiva para os hábitos alimentares chineses. Evidentemente que a questão racial esteve sempre à frente das necessidades de mão-de-obra. Abolicionistas como o mulato José do Patrocínio, defendavam a mistura de raças como um processo de melhor colonizar, porém, existiam muitas reticências às propostas de trabalhadores chineses. Defendia-se a ideia de que estes eram “envelhecidos”, exaustos e inferiores aos negros na força de trabalho, para além do alegado cheiro repelente e nauseabundo associado a estes emigrantes.

Existia o medo do mongolismo e com a ideia de que estes não se deixavam assimilar,

¹⁷⁴ Cito: “Entre todos os exemplos de servidão humana não conheço a não ser o felá do Egipto e da Núbia, nada mais infeliz que o cúlí”.

¹⁷⁵ Lessa, Almerindo, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientes (o Antigo visto pelo moderno), reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário Português da China*, pp.281, Editora Internacional, Lda., Lisboa 1996

¹⁷⁶ Picquard, Pierre, *L'EMPIRE CHINOIS, Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise*, pp. 34, Éditions Favre SA, Paris, 2004

¹⁷⁷ Lessa, Almerindo, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientes (o Antigo visto pelo moderno), reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário Português da China*, Editora Internacional, Lda., Lisboa 1996

receava-se que os chineses fossem capazes de se adaptar a quaisquer condições, ao ponto de “tomar” qualquer país que lhes estivesse a jeito.

Entre os vários escritores, historiadores e políticos que se debruçaram em longos debates sobre a temática dos coolies no Brasil, Joaquim Nabuco, Salvador Mendonça, Gilberto Freyre, foram algumas das forças intelectuais.

Segundo Joaquim Nabuco, não era só a miséria que os fazia sair da China. Muitos, com uma formação e estilo de vida médio, em geral tinham espírito de aventura e organizando-se em grupos e mais tarde em associações que os ajudava a enfrentar as dificuldades de integração na sociedade de acolhimento. Aqueles grupos tinham chefes que os inseriam mais facilmente, tanto a nível profissional, como económico ou social. Desenhava-se a formação de cidades chinesas dentro da cidade estrangeira, oferecendo condições escolares, de saúde e linguísticas com o mandarim, como uma China em ponto pequeno¹⁷⁸.

Finalmente, esta emigração não foi linear no seio da sociedade brasileira, despoletando vários antagonismos face à existência de trabalhadores asiáticos de ascendência chinesa. Para muitos, eles iriam corromper e fazer degenerar o povo brasileiro, tal como os brasileiros haviam sido africanizados com a presença dos negros. O que efectivamente se receava era o seu isolamento e a formação de grupos, à semelhança do que se passava nos EUA.

Na Califórnia, os chineses oriundos de províncias do sul da China, eram considerados pragas maiores que a dos “coelhos” da Austrália¹⁷⁹. Quando a emigração era vantajosa, os chineses eram trabalhadores “sóbrios e respeitosos das leis”, mas quando surgia a concorrência nos postos de trabalho com a sociedade de acolhimento, os mesmos começavam a ser vistos como “sujos, repugnantes, perigosos e não se deixando assimilar”¹⁸⁰. Estas eram, sem dúvida construções, de uma imagem racista.

• Conclusão

No meio do século dá-se uma revolução geopolítica e social, sem precedentes na China. Ocorrem intervenções estrangeiras, como a Inglaterra com a Guerra do Ópio, revoltas camponesas, catástrofes naturais, como inundações, entre outras. As actividades mudam de índole, para a prostituição e ópio, e para comércio de coolies, com uma rede

¹⁷⁸ Lessa, Almerindo, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientes (o Antigo visto pelo moderno)*, reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário Português da China, Editora Internacional, Lda., Lisboa 1996

¹⁷⁹ Idem

¹⁸⁰ Idem Ibidem

organizada para a imigração do momento.

Como se referiu no início, as potências económicas usaram este tráfico para seu benefício tendo em conta a necessidade de mão-de-obra não qualificada.

A mais discutida das emigrações asiáticas foi a emigração chinesa. Os chinas eram considerados “legalmente” superiores ao negro, mas eram considerados inferiores ao branco, logo, a sua posição jurídica era a de um ser intermédio. A integração dos chineses da diáspora deu-se mais ou menos harmoniosamente, muitas vezes à custa de massacres e duras penas que conduziram à morte de muitos.

Com o tráfico, a sua dignidade e liberdade ancestrais, a harmonia da sua cultura perante a vida, estavam completamente fora do seu alcance e devido a isso, os suicídios eram frequentes (como uma fuga sem fuga). Para estes trabalhadores, fugir era a ideia extrema constante e comum. A escravatura chinesa já havia perecido há cerca de dois mil anos e o coolie era um homem só. A sua adaptação ao trabalho escravagista, mesmo com a experiência em canaviais, não era suportável. Os regimes de alimentação, diferentes dos seus, não eram compatíveis. A sua predisposição agrícola era para actividades independentes e nunca para a escravatura.

Quando surgiram reacções internacionais aos maus-tratos dos coolies, sendo o negócio dos fazendeiros atingido, estes imputavam-lhes ainda mais castigos corporais e em público¹⁸¹. Estes castigos eram ditados por textos anteriores, onde se permitiam, em caso de negligência, rebelião ou fuga, estes tratamentos. Deste modo, se um coolie era chicoteado, considerando-se o china um homem livre, não resistia à perda da sua moral e da vergonha do insulto. A sua lógica era “se um coolie é chicoteado alguém tem de morrer, quem quer que seja, ainda que seja ele próprio”¹⁸².

A perseverança, as suas estratégias migratórias e a sua solidariedade comunitária, o espírito de interajuda, ajudaram a suplantar e sobreviver a estes obstáculos. Apesar de todas as manifestações xenófobas de que foram alvo, isso não os inibiu de com o tempo e as mudanças nos vários contextos, internos e externos, construir pequenas chinas, dentro de um país estranho ao seu, as “ chinatowns”, consideradas hoje, o motor do “milagre económico da China actual”¹⁸³.

A imigração chinesa mudou a sua natureza anterior e uma nova dimensão à escala planetária favoreceu uma impenetrável e potente corrente migratória. Deste modo,

¹⁸¹ Lessa, Almerindo, *Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientos (o Antigo visto pelo moderno), reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário Português da China*, Editora Internacional, Lda., Lisboa 1996

¹⁸² Idem Ibidem

¹⁸³ Picquard, Pierre, *L'EMPIRE CHINOIS. Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise*, pp. 34, Éditions Favre SA, Paris, 2004

surgiram do Ocidente novas oportunidades e ofertas. Desde então, desenvolveram-se voluntariamente, grandes surtos e fluxos migratórios.

Estes fluxos deram a conhecer novos países e oceanos (entre 1840 a 1900), e a sua presença evoluiu pelos cinco continentes, para mais de dois milhões¹⁸⁴, não sem à custa de grandes turbulências, crises dinásticas e muito empobrecimento. A exploração dos chineses e as suas dinâmicas permitiram que no fim do século XIX, se forjasse um novo mundo, “Um Mundo Chinês”. E, é assim que acontece no início do século XX, uma nova vaga emigratória e uma nova fase imigratória para o Ocidente, sendo na década de vinte do século XX, quando se começou a tomar conhecimento da presença destes imigrantes em Portugal.

Na verdade, desde os mais remotos séculos que esta interacção se fez notar, com as suas nuances e particularidades. Se o século XIX foi o ponto de partida para a afirmação da migração chinesa aos vários cantos do mundo, não é menos verdade que os séculos anteriores foram a génese dessas movimentações. Primeiro, a descoberta da existência do povo chinês - século XVI, depois, a vontade do Ocidente em usufruir dessas paragens - século XVII, a intenção de domínio do mundo ocidental - século XIX, e por fim, o boom da vontade e persistência do mundo chinês em ir à descoberta e de se abrir um pouco ao mundo em geral - século XX.

2.2- A Expansão portuguesa - os primeiros portugueses na China, a literatura dos sécs. XVI-XX e a importância de Macau

Como sabemos, a presença dos portugueses na China remonta há cinco séculos, desde o tempo dos Descobrimentos, e para esta abordagem contamos com o recurso não só a bibliografia sobre a expansão portuguesa, mas igualmente à área da literatura, ambas ricas em menções feitas pelos portugueses às paragens no Oriente.

Deste modo pesquisámos testemunhos pela voz e segundo a óptica dos seus viajantes, exploradores, missionários e jesuítas, através do seu trabalho de cristianização. Macau, foi o porto que serviu como base de apoio, permitindo a presença secular e pioneira dos portugueses em paragens orientais, tendo sido importante nas pesquisas, tanto pela construção demográfica, como pela influência e importância cultural que os macaenses tiveram e ainda têm na cultura chinesa e portuguesa.

A óptica literária sob testemunhos de alguns documentos literários imemoráveis e intemporais é de grande importância. A produção de obras de ficção, literatura mais

¹⁸⁴ Picquard, Pierre, *L'EMPIRE CHINOIS. Mieux comprendre le future numéro 1 mondial: histoire et actualité de la diáspora chinoise*, pp. 34, Éditions Favre SA, Paris, 2004

actual, inevitavelmente permite a construção de mitos sobre acontecimentos tão remotos.

Sob o ponto de vista histórico, os macaenses foram uma sociedade *sui generis*, complexa e misteriosa. Ou seja, a mística da sua génese tem particularidades inigualáveis. Os portugueses deram origem a esta faceta luso-descendente, que tão só deixou marcas lusitanas, como deu fôlego a uma nova cultura cujos traços crioulos, os distingue do habitual processo de mestiçagem de outras colonizações. A análise histórica do percurso português ao longo dos séculos, não é do âmbito deste trabalho, assim como a análise histórico-literária, muito interessante, não é o ponto central nesta investigação, mas a história e cultura macaense, as suas implicações na presença portuguesa na China, são pontos importantes no âmbito do estudo.

A interacção multissecular entre a China e Portugal, onde a influência de Macau sempre estará presente, poderá trazer algumas explicações para o que hoje pensamos, ou como olhamos para os cidadãos chineses imigrados no nosso país.

Macau é assim o ponto de ligação e a ponte nas relações luso-sinólogas. Começou por ser um porto bastante rudimentar, quando em 1527 chegaram homens para comercializar. Mais tarde formou-se um porto onde Portugal tentou construir um projecto semelhante ao que já havia desenvolvido noutros lugares: a fundação de feitorias para o controlo do comércio entre o Japão e a China. Em 1550¹⁸⁵, através da feira comercial de Cantão os portugueses negociavam com a China, obtendo mesmo o monopólio dos direitos comerciais com aquele país.

Os navios vindos de Malaca comercializavam no porto de Macau, porém, “nunca os Chinas consentirão que os portugueses fizessem moradas ou cazas nesta terra, somente lhes davão licença para terem algumas palhotas...”, “...por desconfianças dos chinas...” “...onde até anno 1557, em que concedarão o sítio ou ilha de Macao em que estamos”¹⁸⁶

A presença portuguesa em Macau foi o resultado de interesses chineses internos no combate à pirataria, além de comercializar os produtos vindos da Índia, Malaca e outros pontos, como o âmbar, que tanto interessava ao Imperador.

Será difícil seguir uma linha sequencial dos acontecimentos históricos sem a intervenção da formação sócio-demográfica e económica de Macau. São também fundamentais os relatos literários desde os séculos XVI-XVIII e XIX-XX, ou seja,

¹⁸⁵ Em 1550 em Cantão e em 1557 em Macau, ano consensual para o início das relações comerciais com os portugueses.

¹⁸⁶ Silva, Beatriz Bastos da, *Mestiçagens: Ocidente e Oriente. Os macaenses entre dois mundos*, pp. 39, Julho, 2005, p.39, Pesquisa Google

desde a “Suma Oriental” de Tomé Pires, o primeiro embaixador português na China, Fernão Mendes Pinto no tempo de Francisco Xavier, com a “Peregrinação”, o “Tratado das Cousas da China” de Frei Gaspar da Cruz, para mencionar alguns, passando por relatos de jesuítas, nos séculos XVI-XVIII. Na época contemporânea revelam-se essenciais diversas ficções literárias como “O Mandarim de Eça de Queiroz”, “O Comedor de Pérolas” de João Aguiar e a “A Árvore das Patacas” de João Paulo Menezes. Ao longo dos séculos, essas obras tentaram descrever a nossa relação com o Oriente e concretamente a China.

Os portugueses no século XVI instalaram-se firmemente na China e no Japão, trazendo dessas paragens sumptuosas sedas, porcelanas, entre outros produtos comerciais. As suas viagens iriam despertar a Europa, conduzindo a uma rivalidade entre impérios (holandeses, ingleses, entre outros), motivando o desmoronamento do império português, sendo a “sua queda tão meteórica, quanto fora a sua ascensão”¹⁸⁷. Mas foram os portugueses que abriram a brecha pela qual os europeus entraram e seguiram, com intenções de obter o máximo possível através das redes comerciais, as sedas, canela, rubis, pérolas, tão cobiçadas pela Europa.

O que demarcava Portugal dos outros países era a marca religiosa do catolicismo ou protestantismo. Os Jesuítas foram a presença relevante, pela mão de S. Francisco Xavier e de Alessandro Valignano, visitador jesuíta que em 1577 chegou a Macau, tendo tido a destreza e a inteligência de aos poucos entrar nos meandros da cultura chinesa, tão misteriosa e mítica. Valignano percebeu desde logo, que a entrada no “Celeste Império” exigiria novas e radicais formas de aproximação: “cosa muy acertada que algunos de los nuestros aprendiessem la lengua manderin”¹⁸⁸. Esta foi, sem dúvida, a via mais indicada para que os testemunhos e informações viessem de fontes mais internas, de modo a mostrar com a máxima preocupação a veracidade da realidade dos usos e costumes da política e cultura chinesas.

A verdade é que pela mão de Portugal, as portas do Oriente foram abertas a um mundo maior o que nos custou, posteriormente, a perda do domínio e o controlo anterior, Portugal sobreviveu, mas já sem glória.

As nossas viagens vieram alterar de modo definitivo a visão do Oriente. Os horizontes geográficos dos portugueses aumentaram substancialmente e a visão do mundo passou a ser diferente. Foram os portugueses que tiveram primeiro conhecimento sobre a “terra

¹⁸⁷ Boxer, Charles R., *O Império Marítimo Português, 1415- 1825*, Edições 70, Lisboa, 1969

¹⁸⁸ Loureiro, Rui Manuel, *Macau no encontro Oriente/Ocidente As rotas da fé e da fortuna*, Revista Cultura, International Edição Internacional, Abril, 2002

dos chins”¹⁸⁹ - os primeiros contactos (comerciais) entre portugueses e chineses deram-se em Malaca, em 1509 - sendo também os primeiros a recolher informações sobre este povo. Estas primeiras imagens recolhidas foram transmitidas por testemunhos sobre os homens e as mulheres que tinham pele clara e vestuários que se podiam assemelhar aos ocidentais. Viviam com regras bem organizadas e a civilidade encontrada entre eles, a disciplina e a educação que transmitiam, impressionou positivamente os portugueses, que não se cansavam de elogiar os chineses e o seu modo de vida.

Em 1513, Malaca foi uma conquista importante e desde aí nunca mais deixámos os contactos luso-chineses. “Muita água correu debaixo da ponte”, desde estes primeiros contactos de índole comercial, até ao estabelecimento dos portugueses em Macau. Malaca constituía um ponto fulcral no sistema comercial português na Ásia, pois era a convergência entre três rotas, uma em direcção ao Oeste, outra para Este e finalmente, a que se dirigia para o Golfo de Bengala. Em suma, Malaca era parte das três rotas, não dependendo de nenhuma em particular.

Em 1557, após três anos e meio do 1º acordo Luso-chinês, toda a base de negócios foi transferida para Macau, onde se manteve desde então. Este foi o maior compromisso entre Portugal e a China, com uma base lusitana em território chinês. Podemos considerar tal, como uma conquista dos “nossos mercadores e aventureiros”¹⁹⁰. Porém, Macau foi uma concessão invulgar que aconteceu em nome do pragmatismo chinês, isto é, devido a razões de nível político e económico, além de outras mais veladas, como a necessidade dos portugueses trazerem do Sueste Asiático, uma mercadoria, muito desejada pelo imperador, em Beijing, o “Âmbar Cinzento”, o long, (xianxiang)¹⁹¹, a presença portuguesa foi autorizada, principalmente porque servia para criar uma zona tampão, num porto temido, usando a braveza defensiva dos portugueses para a protecção face aos piratas. A inteligência política dos Ming foi então utilizada estrategicamente pela via dos portugueses, na defesa das suas zonas costeiras. Ao aceitar a instalação dos portugueses em Macau, não estavam só a ser benevolentes, a sendo a intenção imperial dúbia: por um lado, e sem o assumir reconhecia a superioridade militar portuguesa, e por outro, tinha a defesa das costas assegurada. Como já se referiu, existia um interesse velado da parte do imperador, além de

¹⁸⁹Loureiro, Rui Manuel, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII, Notícias da China na Literatura Ibérica (Séculos XVI e XVII), Revista Cultura nº 31 (II série), Abril/Junho 1997, Edição em português, Macau.

¹⁹⁰ Idem

¹⁹¹Ping, Jin Guo e Wu Zhiliang, A expansão marítima chinesa no século XV, (Publicado in Macau, III, Série, nº 13, Fevereiro de 2003, pp. 98-112), <http://www.dightonrock.com/aexpansaomaritimachinesanoseculo.htm>

aproveitar cada vez mais a presença e acção portuguesa, o comércio que tínhamos entre Malaca e a China, via Macau. Os portugueses eram um veículo fácil e proveitoso nessas transacções comerciais. O Âmbar Cinzento era senão o principal, um dos principais motivos que proporcionaram a abertura do caminho para esse comércio e a instalação em terra. Desta análise deduz-se que Macau não parece ter sido um acaso, antes, foi uma estratégia da Corte de Pequim.

- **A Influência literária e histórica na construção das imagens**

A análise literária aliada à histórica tem sido uma mais valia para melhor podermos conhecer o mundo de há quinhentos anos. Poderei aqui enumerar parte desses testemunhos indicando os meios literários, já nossos conhecidos. O objectivo desta menção é descobrir, desde há cinco séculos até aos nossos dias, as imagens que os portugueses fizeram daquelas paragens.

Tomé de Pires foi o primeiro embaixador português e europeu na China a elaborar uma descrição sobre a China intitulada “Tratado de Geografia”. Foi a primeira descrição da China feita por um português. Do mesmo autor, A “Suma Oriental”, (1515), foi a primeira descrição da China, fala não só sobre a natureza comercial dos povos do Oriente, como das principais características da civilização chinesa, botânica, histórica, numismática, de pesos e medidas, entre outras. É um tratado muito abundante em informações sendo incontestavelmente uma obra de veracidade, (muitas vezes ele escrevia, segundo a informação que obtive¹⁹²), que ao ser lida se sente a descrição da mesma como uma vivência

Alguns excertos da Suma Oriental à frente descritos realçam a honestidade da escrita:

“...para falar em cousas tão simples, também aventuradas, como são as orientais...”. Sobre a ideia que fez dos mercadores ele descreveu, “...Têm verdadeiros mercadores em seus tratos, são grandemente ricos. ...A gente baixa é pouco chegada à verdade e as coisas baixas de seus ofícios são todas falsas e contrafeitas”. “E deste ofício são ricos os xabandares, porque despeitam os mercadores grandemente”. “E por os ganhos serem grossos, tudo suportam, e também por a terra estar em costume de assim fazer e suportar”¹⁹³.

Duarte Barbosa escreveu outra das fontes geográficas do século, como as primeiras geografias globais do Oriente no Livro das Coisas do Oriente (1516), circulando na forma manuscrita. Contém ainda muitas informações sobre hábitos sociais e culturais,

¹⁹² Cortesão, Armando, 1ª Embaixada Europeia à China, Instituto Cultural de Macau, 1990

¹⁹³ Idem, (passagem que apenas figura no manuscrito de Lisboa) nota apresentada nesta fonte.

dos produtos comercializados e das principais rotas, abordando os sistemas políticos e as práticas e crenças religiosas, além de dados de relevo linguísticos, náuticos e militares.

O Tratado das Cousas da China de Fr. Gaspar da Cruz é outra fonte de informação sobre os primeiros conhecimentos sobre os chineses. Em 1556, Fr. Gaspar da Cruz estava em território chinês, tendo entrado com autorização em Cantão, onde ficou cerca de um mês. Observou exaustivamente a cidade analisou as ruas, as casas, os templos, conversou com os naturais de diversos estratos sociais, foi assistir a audiências dos mandarins. Com toda a informação recolhida, analisou os hábitos e costumes, aprofundou os conhecimentos sobre as ideologias religiosas.

Outra componente muito interessante e importante foi o facto de Gaspar da Cruz ter entrevistado os portugueses mais experientes, “pessoas dignas de fé” (referência a Galiote Pereira, um fidalgo da Casa Real, que embarcara para o Oriente em 1534 e escrevera um Tratado em 1552)¹⁹⁴. Além de registar Algumas Coisas Sabidas da China, relatou as venturas e desventuras dos prisioneiros portugueses, o modo com foram tratados, focando bem pormenores da realidade chinesa. O Tratado das Cousas da China foi considerado a primeira monografia exclusivamente dedicada ao Celeste Império¹⁹⁵.

Gaspar da Cruz mantém sempre uma conotação de simpatia relativamente às coisas chinesas, elogiando as formas de governar, a habilidade material, pela perfeição das suas feitura, e das questões da vida prática, a imparcialidade da justiça. Elogiava ainda, o espírito de caridade e benevolência, a organização meticulosa dos sistemas produtivos, o que faz eco nas informações de hoje, sobre as características laboriosas e do latente espírito de ajuda, em prol da harmonia e benevolência confucionistas. Segundo Gaspar da Cruz a China, o seu tratado é um “modelo social”¹⁹⁶. Para ele o único grande mal era o facto dos chineses viverem sem a fé em Cristo.

O autor analisou e descreveu igualmente o vestuário dos chineses,

“...que os chinas comumente sejam feios tendo olhos pequenos, e os rostos e narizes esmagados, e sejam desbarbados, com uns cabelinhos nas maçãs das barbas”, usam um traje comum, “de pelotes de pregas compridos ao nosso bom gosto antigo...usam cabelos compridos como as mulheres, ...e penteiam-se muitas vezes ao dia... Há alguns chinas que criam unhas muito compridas, de meio palmo até ao palmo...trazem muito limpas ...lhe servem em lugar

¹⁹⁴ Loureiro, Rui Manuel, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII, Notícias da China na Literatura Ibérica (Séculos XVI e XVII), Revista Cultura nº 31 (II série), Abril/Junho 1997

¹⁹⁵ Idem

¹⁹⁶ Idem Ibidem

dos paus para comer”¹⁹⁷.

Os enterramentos são também assunto nesta monografia. Nas cerimónias fúnebres fazem uma cerimónia de oito dias, a partir dos quais,

“tomam o ataúde e põem-no em um campo onde estão os finados e ali se gasta pelo tempo”. Os mortos são postos em caixões de cânfora para cheirar bem, durante os oito dias da cerimónia têm uma mesa posta com “muito comer e beber”, depois do funeral, a sua ”casa vai estar três anos em tristeza, os quais acabados torna à corte a requerer ofício”¹⁹⁸.

No “alevantamento”¹⁹⁹ literário sobre a forma como se relacionavam os portugueses e o modo como os chineses os tratavam em períodos de confrontos, observa-se que, e, apesar de ser atractiva e interessante a descoberta deste povo, os portugueses tiveram de passar por maus bocados, no encarceramento, exílios, maus-tratos, acabando muitos por morrer nas prisões. As tentativas de contactar com a corte foram, muitas vezes, ignoradas pelos chineses que nos consideravam bárbaros, estrangeiros e perigosos. Ainda, os portugueses tinham nomes que identificavam a consideração sentida pelos chineses,

“com muito trabalho...e por ódio e aborrecimento lhes chamavam “fancui”, que quer dizer homens do diabo”²⁰⁰

Em chinês fangui (zi): literalmente, “diabos estrangeiros”) e também “gente de além-mar”²⁰¹.

Em suma, a monografia de Fr. Gaspar da Cruz muito extensa e diversa, transmitiu-nos a visão portuguesa muito pela positiva, mas ainda assim, focando as difíceis relações que os primeiros contactos luso-chineses tiveram.

No século XVII, Fr. Gabriel de Magalhães, na obra Nova Relação com a China, falou sobre os chineses como sendo afectuosos, mas desconfiados e ignorantes em matérias

¹⁹⁷ Loureiro, Rui Manuel, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII, Notícias da China na Literatura Ibérica (Séculos XVI e XVII), pp. 83 e 85, Revista Cultura nº 31 (II série), Abril/Junho 1997, pp. 83 e 85

¹⁹⁸ Idem, pp. 89

¹⁹⁹ Idem Ibidem

²⁰⁰ Cruz, Frei Gaspar da, Tratado das Cousas da China, Museu, Marítimo de Macau, 1ª Edição, 1990, (Edição faximilizada da 2ª Edição de 1569), pp. 127,

²⁰¹ Loureiro, Rui Manuel, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII, Notícias da China na Literatura Ibérica (Séculos XVI e XVII), pp. 77 e 85-86, Revista Cultura nº 31 (II série), Abril/Junho 1997

como a Geometria. Mas o autor elogia a sua inteligência apurada e subtil na Matemática, Filosofia e Teologia. Magalhães refere ainda, vários produtos e seus derivados,

”A seda branca e cera da China como mais valias, sendo a seda a melhor do mundo. Os antigos chamavam o “reino da seda”. O cetim e o damasco também existem em grande quantidade. A cera e a cultura dos bichos da seda, o modo como são trabalhados pelas árvores²⁰²; “ a prata é sangue e o oiro mercadoria”²⁰³. A cera sai da árvore chamada “Kuei-xu”, fruto verde que quando a pele cai, (avelã), deixa ver uma matéria branca que do bagaço da fruta, se faz o azeite para as lâmpadas. “No reino da China não há nada desperdiçado”, tudo é aproveitado para vender, resíduos de panos, papel, etc.

Esta descrição é interessante porque elucida como os chineses sempre foram engenhosos no aproveitamento da sua riqueza.

Contudo, os chineses também tiveram em alta consideração alguns portugueses. O Pe. Magalhães adoptou um nome chinês, “Au Wen Si Jin Ming”, que quer dizer, “Pacífico, culto, pensativo, paisagem brilhante”²⁰⁴. Faleceu a 5 de Maio de 1677, teve um funeral solene, ordenado pelo imperador, com o epitáfio de “homem orgulhoso e determinado, ingénuo e sábio”. Foi sepultado no campo dos santos missionários portugueses em Pequim, mandando o Imperador pintar o seu retrato, entretanto desaparecido. Aliás, muitas estelas, lápides de padres jesuítas, franciscanos e lazaristas foram escondidas em actos xenófobos dos Boxers em 1900, voltando já no século XX, ao espaço histórico do cemitério de Zhalan.

Enfim, as marcas do olhar dos homens que viveram e contactaram com a realidade chinesa, neste século, não eram ainda muito diferentes do século anterior.

Entre o século XVI e XVII, embora as visões fossem ainda apologéticas, já se iam fazendo alguns ajustamentos, produto do trabalho feito por alguns jesuítas, que haviam conseguido entrar em território chinês, via Macau. Agora, além de entreposto comercial bem estabelecido, era também uma base estratégica para os padres da Companhia de Jesus. As influências dos jesuítas e da Companhia de Jesus no século XVII foram uma das marcas inultrapassáveis da narração histórico-literária do Império português no Oriente.

²⁰²Gomes, Luís Gonzaga, (Tradução), China Ontem e hoje um país rumo ao Futuro, Nova Relação com a China, de Pe. Gabriel Magalhães, pp.172-173, VII Colóquio Internacional sobre a China, China-Civilização Milenar, Confluência de Povos e Culturas, 1957, Julho, 1997

²⁰³ Idem pp. 167

²⁰⁴Idem ibidem, pp. 23

O visitador Pe. Alexandre Valignano mudou o panorama fracassado dos jesuítas, conforme já foi referido. Segundo Valignano, o caminho era interiorizar a cultura e a língua chinesas e a familiarização com os costumes.

Outrossim, a visão apologética estava a mudar, ainda no século XVII com toque positivo, mas já se olhava a realidade chinesa com algumas falhas nos diversos campos da vida social e política. De qualquer modo, segundo alguns estudiosos, as imagens positivas da China podem dever-se a quatro factores: em primeiro, o viajante tem sempre uma visão mais condicionada pela intenção de confronto com as realidades europeias, pelo que as diferenças poderiam suscitar alguma admiração: em segundo, a grandiosidade das aglomerações urbanísticas e a densa população, contrastavam com a pequenez europeia, mais ainda do mundo português, uma realidade em miniatura contra a imensidão chinesa: em terceiro, a distância que os separava da Europa e da Península Ibérica em particular, induzia a uma visão entusiástica, sendo as apreciações mais descontraídas: por fim, a distorção das observações feitas pelos viajantes eram inevitáveis, a afectação das suas vivências eram limitações naturais²⁰⁵.

A Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto (1614), tem lugar de destaque pelos muitos relatos das aventuras “alegadamente” vividos pelo o autor. É uma obra, alvo de muita contestação, por muitos autores, no que diz respeito ao que alegadamente foi escrito, a descrição das suas viagens, as experiências que viveu e que viu muitos portugueses viver, que não passariam de inverdades. As “fontes fidedignas” de Fernão Mendes Pinto, não o são, pelo simples facto de os seus relatos não serem resultantes de experiências vividas, mas de informações recebidas e transcritas de outras fontes. Uma análise mais cuidada indica que a última hipótese será a mais real. Até à data da sua morte em 1583, conclui-se que a sua obra advinha inteiramente de informações compiladas de trechos de fontes portuguesas, embora que com a mestria de uma ordem sistemática e ordenada de natureza autobiográfica. Fernão Mendes Pinto foi contudo o mais célebre escritor e viajante português do século XVI. Fez um enorme sucesso devido à empolgante narrativa, mas também porque se dedicava com muito interesse às regiões do extremo oriente onde a expansão portuguesa não chegara oficialmente. Desses lugares, descurados por outros cronistas, vinham pequenos grupos de mercadores e aventureiros lusitanos que despertaram todo o interesse pela sua exclusividade e curiosidades. Em suma, no século XVII, Fernão Mendes Pinto, marca fortemente a diferença e o impacto com o novo mundo luso-asiático, mostrando uma

²⁰⁵Loureiro, Rui Manuel, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII, Notícias da China na Literatura Ibérica (Séculos XVI e XVII), pp. 14-16, Revista Cultura nº 31 (II série), Abril/Junho 1997

aventura narrada na primeira pessoa, tal como uma confissão de viajante que se vê submetido a inúmeras experiências.

No século XIX, surgiram outras obras de relevo, cujo os autores também se debruçaram sobre a temática do Oriente.

Eça de Queiroz foi um dos autores mais significativos deste século, com o seu livro O Mandarim. Como já referimos Eça tem uma visão orientalista visada nalguma experiência no que se refere ao seu consulado em Cuba.

Nesta obra, debruça-se sobre um Oriente misterioso, exótico e distante; O Mandarim é uma obra de ficção e fantástica, onde está inserido o pendor moralizante. É uma obra inventada, de enredo exótico e misterioso adequado ao sonho e não à realidade. A tendência romântica e fantástica apresenta-se sob a visão dum homem de casaca que simboliza o Diabo, indicando a pretensão do sobrenatural, para cujo interesse do espírito português tende. É uma farsa que ao mesmo tempo moraliza, mas, e por outro lado, mostra o modo como a sociedade trata os que são mais endinheirados e os que não têm tanto dinheiro (esta era a visão da escala social do século XIX, sendo uma obra paradoxal por isso mesmo). Segundo Teodoro, o personagem de Eça, a China é um país imenso, cheio de perigos e rasteiras para os quais é preciso cuidado e ter sempre alguém de confiança por perto. Tenta demonstrar ainda, que os chineses não se compadecem dos estranhos, são avarentos e falsos, roubando e matando para obter algum dinheiro. Esta postura é um sinal das suas más condições sociais e de sobrevivência, a pobreza que conduz à marginalidade. A viagem à China, segundo Eça, é o símbolo e o modo de representação europeu do final do século XIX, face ao Oriente e ao exotismo chinês vistos pela cultura europeia.

No século XX apareceram outras obras já num contexto diferente, mostrando as imagens mais actuais que os portugueses têm da China e das relações com esse país. Mais uma vez Macau é a chave dessas imagens.

A obra colectiva, O Confronto do Olhar, publicado em 1991, é uma reflexão sobre as imagens que os portugueses fizeram dos povos que colonizaram ou tentaram colonizar. Nesta fonte, podemos salientar algumas passagens que demonstram o espírito com que as colonizações portuguesas foram feitas,

“ Fomos ao encontro de outros povos e viveres culturais...tentámos analisar o seu modo de pensar e agir ...como uma aventura histórica e como netos de Fernão Mendes Pinto”; mas, “a História não é mais do que a História de sucessivas migrações e colonizações. O Mar foi para os portugueses essa grande estrada de comunicação/contaminação cultural...”, e, “o

encontro não foi mais do que uma história de distorções, ilusões, má-fé...tentámos representar os olhares domesticados ...do português de quinhentos...”, mas, “... o exotismo recusou a mistura das raças para melhor exaltar o selvagem ...”, pela parte de uma civilização “forte” de “predestinados” a revelar ao Mundo o próprio Mundo. Assim, os vários pontos de colonização portuguesa tiveram o pendor de civilização das culturas diferentes da nossa. Até aos finais do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtivo no saber da cultura ocidental...agora a semelhança não é uma forma do saber, mas antes uma ocasião do erro, o sítio mal iluminado onde se estabelecem as confusões”²⁰⁶.

Estas transcrições demonstram a mentalidade e o espírito arreigado dum colonialismo dominador e superior face ao “Outro” e servem de reflexão nesse confronto do olhar.

Ana Barradas, a autora do livro Ministros da noite, numa linha mais agressiva assinala os momentos e modos de acção obscuros e manipuladores do que era o olhar português sobre o “Outro”,

“...o nosso primeiro contacto com outros povos foi o primeiro dia de escravatura para eles, o início do colonialismo, do racismo e da exploração...”. “...Este mundo que hoje existe resulta da forma como os continentes que os europeus tocaram, foram condicionados por essa expansão”²⁰⁷.

Podemos ver ao longo do livro as diversas menções feitas à “ocupação” portuguesa nos diversos continentes, mas mais ainda, o sentimento do racismo lactente nessas transcrições pela subestimação do europeu sobre o “Outro”. Não obstante este livro estar mais vocacionado para África e para o negro, a experiência com os coolies, mostrou também o sentimento de superioridade com que os europeus olhavam para os chineses. Ao fim e ao cabo o modo de olhar não mudava, pois os personagens desse olhar eram os mesmos.

A Literatura contemporânea demonstra na sua linguagem de ficção, como as estruturas basilares desta sociedade crioula podem ou não adaptar-se e constituir uma autonomia inserida na sociedade chinesa. A Árvore das Patacas, de João Paulo Meneses, com o seu enredo político, interliga entretanto a realidade recente da política portuguesa antes de 1999. O Comedor de Pérolas, de João de Aguiar, revela a intriga e os mistérios escondidos de uma sociedade chinesa desconfiada e manipuladora. Assinala os seus

²⁰⁶ Albuquerque, Luís de, António Luís Ferronha, José da Silva Horta, Rui Loureiro, O Confronto do Olhar, o encontro dos povos na época das Navegações portuguesas, Editorial Caminho, S.A. Lisboa, 1991

²⁰⁷ Barradas, Ana, Ministros da Noite, Livro Negro da Expansão Portuguesa, Edições Antígona, Lisboa, 1995

abusos de poder, fazendo jogos, onde muitas vezes eram os portugueses os peões e alvos a abater se queriam saber demais. É uma ficção mais actual e com mais conhecimento de causa sobre um povo que interagiu com Portugal durante cinco séculos e retomou finalmente a sua soberania. A força, persistência e tenacidade demonstram as características do chinês.

- **Conclusão**

Em 1508, a China era uma miragem para os portugueses. A partir de 1509, com a chegada dos primeiros portugueses a Malaca, começaram a sair informações mais ou menos fidedignas sobre a China e os chineses. Com a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque dois anos mais tarde, foram reforçadas as relações entre os chineses e os portugueses daquela zona e a China passou a estar mais ao nosso alcance.

Primeiro, a imagem que passou é que a China não era mais que um mercado, como tantos outros, onde já havíamos estado. Os vectores que interessavam aos viajantes e mercadores portugueses eram o comércio e as mercadorias que pudessem obter e levar para o reino e deste comércio fazer as suas fortunas, nada que já não se tivesse passado antes.

Além destes, as capacidades bélicas, o aspecto físico, a organização política, crenças e religiosidades, eram pólos de interesse sobre o “outro”, que acabavam de contactar. O interesse pelo “outro” era com superioridade antropológica implícita no olhar colonial português. Porém, aqui as coisas não iriam correr como de costume. Ao verificarmos isso, o interesse aumentava fazendo correr muita tinta e divulgação. Tomé de Pires havia pensado que iria ser fácil “obter o controlo de todo o litoral chinês”²⁰⁸. Na Suma Oriental, entre outras fontes escritas, as imagens retratadas não são de um valor muito especial, mas nas transcrições podemos observar alguns indícios de opiniões menos positivas e talvez mais reais,

“Os Mandarins não têm amor à gente”, “Cada dia prendem muitos e soltem menos...morrem à fome como bichos”, “O povo é tão sujeito e medroso...toda a gente deseja a revolta e a vinda dos portugueses”.

As imagens aqui transcritas por parte dos portugueses avaliavam uma outra faceta dos chineses.

²⁰⁸ Loureiro, Rui Manuel, Imagem da China na Cultura dos Descobrimientos Portugueses, Revista de Cultura, nº 23 (II Série), Edição em Português do Instituto Cultural de Macau, Abril/Junho de 1995

Ao longo dos séculos e com a fixação mais permanente dos portugueses em território chinês, e concretamente em Macau, outras obras foram surgindo, mostrando as marcas dos interesses e informações conjunturais de cada época. Macau foi o marco inultrapassável da nossa presença naquele país. Sem esse, nunca os portugueses poderiam ter-se fixado com o interesse, permanência e autoridade suficientes, ao ponto de se criarem laços e gerações de origens diferentes, muitas, resultantes da sua mestiçagem. Quando em 1557 se fundou Macau um entreposto fixo de comercialização dos portugueses, começou uma nova era de contactos entre estes e os chineses. As relações luso-chinesas intensificaram-se, não sem inúmeros conflitos, rivalidades e mal entendidos e a presença portuguesa proporcionou o desenvolvimento e o nascimento de uma nova sociedade, a macaense. Esta é uma área e um estudo que merece mais profundidade, surgindo aqui apenas como referência de complementaridade. O intuito é firmar a intenção ainda que sumária, das primeiras imagens que os portugueses tiveram da China e dos chineses, desde os nossos primeiros contactos até ao século XXI.

Surgem os primórdios da sinologia europeia, devido à interferência portuguesa. A colaboração e iniciativa de Alessandro Valignano que incitou os jesuítas portugueses num segundo andamento, foi fundamental. Os processos de decifração e aprendizagem da língua e cultura chinesas foram basilares. Deste modo, não dependeriam de intérpretes, tal como os mercadores, o que nem sempre facilitara a sua comunicação e os seus objectivos.

A lusofonia e a sinologia são conceitos opostos que ao mesmo tempo conviveram durante séculos, sendo fundamentais para a análise e compreensão nas relações sinológicas e lusófonas. Macau foi a “charneira” entre dois conceitos no evoluir da sua construção²⁰⁹. Este é um assunto que apresenta uma série de análises que gostaria de fazer, mas além de não ser o ponto central da minha dissertação, também não cabe aqui aprofundar demais esta articulação. Até porque só por si, a temática oferece uma dimensão bastante ampla de abordagem, sendo muito difícil fugir a algumas partes da mesma.

Porém, convém ainda referir que foi num trabalho de equipa entre italianos, portugueses e, por fim, espanhóis, ao longo dos séculos, onde a cultura ibérica aprendeu a dar lenta e progressivamente as mãos com a cultura chinesa, embora o fechamento desta não tenha facilitado a vida das relações luso-chinesas. Pela de via Macau, com os portugueses, e pela via de Manila com os espanhóis, os interesses paralelos e complementares,

²⁰⁹ Cabral, João Pina, *Novos valores e formas de vida no Macau dos anos 90*, *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993 (2º) pp.409-416

contribuíram para a construção de uma sinologia europeia, sendo os portugueses nisso pioneiros. De salientar ainda, que a sinologia foi desenvolvida quase exclusivamente por homens da religião.

Partindo do nada, os portugueses obtiveram, desde o século XVI, um importante conjunto de notícias do mundo sínico. Assim, depois de 1595, estava descoberto o caminho de acesso à China e à cultura erudita chinesa pelos religiosos jesuítas. Macau servia também de base de apoio para a divulgação cristã, mantendo ali um pequeno contingente. A partir destas iniciativas, a intenção de conquista espiritual desenvolveu-se com mais determinação. Conhecer melhor a cultura e a língua chinesa era a via mais completa de cristianizar o povo, porque se conheceriam melhor os seus hábitos e mentalidades. Muito se escreveu entretanto sobre a presença e a intervenção portuguesa na China e em Macau.

Macau foi sempre uma questão muito complexa. Por um lado, era um território chinês, por outro, era um território chinês de administração portuguesa, o que lhe deu uma singularidade com diversos intervenientes, consequência da mescla dos vários séculos de convivência comum. O resultado dessa mescla foi a existência de três tipos de cidadãos em Macau: “os portugueses da República”, cuja autoridade como potência administradora é reclamada, mas que não pode ser exercida sem o consentimento chinês; “os filhos da terra ou macaenses”, os legítimos de Macau devido à origem, porém, sem direitos especiais de soberania; e “os chineses de Macau”, de pleno direito, mas sem qualquer identidade política própria. Como cidadãos de Macau, no entanto, do ponto de vista étnico identificam-se se necessário com os chineses mas, são protegidos individualmente por uma entidade política que não os representa colectivamente.

A multiplicidade social e étnica de Macau merece um destaque para os chamados “Filhos da Terra”. Estes fazem parte de um grupo *sui generis*, isolado, devido às pressões sociais e económicas. São o grupo luso-asiático, com herança genética muito rica e ainda por aprofundar. Os seus padrões culturais são ainda muito originais, daí a marca diferente e que os isola, dentro do seu próprio território. Os “Filhos da Terra” são o que nas ciências sociais se chama de “Cultura Crioula”, com a sua forma de falar o “patuá”, e outras características culturais, como a culinária. Os “macaenses” é um termo aplicado aos cidadãos que viviam “fora de muros”, ou seja, em Macau. Segundo um macaense “ser macaense é fundamentalmente ser de Macau, descendente de portugueses”. Mas nem sempre será um luso-descendente, porque, mesmo que o pai fosse português, a mãe podia ser goesa, indo-chinesa ou malaia, mulheres que vieram nos nossos barcos para Macau e na sua maioria não eram chinesas.

Esta complexidade de origem macaense não é fácil de definir, porém segundo Pina Cabral podem ser três os vectores que distinguem os macaenses dos outros: 1) a língua, associada à língua portuguesa; 2) a religião, a identificação com o cristianismo; e 3) a miscigenação entre o sangue português (europeu) e o asiático. Estes podem ser considerados a base que identifica um macaense, não sendo, contudo, necessário que os três vectores estejam presentes muitos optaram por ter identidade chinesa e vice-versa. Estes cidadãos pertencem tendencialmente a famílias tradicionais e podem constituir-se elas próprias numa comunidade. Os macaenses foram alvo de indiferença por parte dos chineses, cujas atitudes eram manifestamente xenófobas. Só as classes mais baixas tinham autorização de contactar com os portugueses. Contudo, a questão religiosa com a cristianização, veio melhorar esta realidade

Sabe-se que ao longo dos anos a composição étnica e social dos macaenses mudou e tem mudado, por razões conjunturais e por opções político-económicas.

Desde o século XVI, a cidade de Macau é o resultado de uma população múltipla e complexa. Macau tem de ser sempre vista com a inclusão destes intervenientes, que obrigatoriamente, são as marcas da presença portuguesa no Oriente. Estes, são como que uma herança valiosa, “a jóia valiosa”²¹⁰ que os portugueses de há cinco séculos, legaram às gerações vindouras. A questão dos tratados entre 1862 e 1872 para manter a soberania secular de Macau, foi a grande luta.

Passados cinco séculos, o governo chinês não abdicou deste território. A multissecular ambiguidade luso-chinesa e a explosão de vários conflitos com a China contemporânea acordaram Pequim para o seu princípio de integridade territorial e o interesse em rever os tratados anteriormente celebrados. Mais tarde, mostrou que através de meios pacíficos, sempre pensou recuperar a sua soberania em Macau e Hong Kong.

A realidade foi evidente, Portugal nunca teve a soberania de Macau, sendo este um enclave de soberania partilhada com a China, onde Portugal viveu até 1999. Entre mal entendidos e incidentes que quase levaram à ruptura das relações entre Lisboa e Pequim, no início do novo século, Macau passou a ser unilateralmente da soberania chinesa.

Macau, que segundo Pina Cabral, tem sido “Terra de Tufões”, tem sentido muitas mudanças e assim, com o tempo, diminuiu o sentimento de estranheza do macaense, “como estrangeiro na sua própria terra”. Mas a questão que muitas vezes os próprios colocam, é se os processos de aculturação necessários poderão no futuro interferir com

²¹⁰ Amaro, Ana Maria, Filhos da Terra, Revista Cultura nº 20 (II série), Julho/Setembro, 1994, ICM Edição em português, Macau.

a sua etnicidade ao longo do decorrer dos anos.

A sociedade macaense mudou e muitos emigraram para outras paragens da Europa e do mundo, sendo Portugal, uma delas. Assim, muitos fazem hoje parte das estatísticas de imigrantes asiáticos em território nacional. Contudo, a presença macaense tem sido discreta e sem muita visibilidade, não obstante, ocuparem na sociedade, cargos administrativos como o resto da nossa sociedade.

Em suma, Macau é um ponto e um elo muito importante de ligação da presença multissecular portuguesa na China. Como ponto de apoio, contribuiu para o conhecimento e construção das muitas imagens que hoje a sociedade portuguesa detém, mas tal como a sua sociedade, também a realidade actual contribuiu para mudar os olhares portugueses sobre a China e o seu povo.

III Parte:
Trabalho de campo: as
Entrevistas

3.1 - Uma Introdução às Entrevistas

Tendo em conta a questão central do meu trabalho, a metodologia adoptada foi a abordagem directa e aleatória a vários cidadãos nacionais. O universo da amostra foi de 37 entrevistas (ver anexol)

Esta não pretende ser representativa da população portuguesa, pelo que haverá que ser cuidadoso na extrapolação dos resultados. De qualquer modo, as tendências manifestadas e os consensos revelados parecem indicar atitudes e sentimentos mais generalizados.

As abordagens incidiram sobre indivíduos de ambos os sexos, de idades distribuídas entre os 18 e os 70 anos. Os níveis de instrução dos inquiridos oscilaram entre o ensino primário e o ensino superior. As tendências políticas situaram-se maioritariamente dentro no centro esquerda, existindo alguns entrevistados simpatizantes do centro direita, mas em menor número.

Os entrevistados exercem profissões diversificadas: **11** ocupam cargos de empregadas domésticas e fabris, taxistas, empregados de balcão e reformados com baixa escolaridade, **9** ocupam cargos administrativos, contabilistas, cargos de chefia em escritórios, entre outros. Dos que têm cursos superiores, **4** ocupam cargos de administração e funções destacadas na função pública e privados. Das entrevistas feitas, **8** foram a estudantes universitários e professores de escolas básicas e secundárias. Dos restantes, **2** são entrevistas feitas a pessoas de profissões liberais e de centros de documentação e investigação. Finalmente, **3** foram entrevistas a pessoas reformadas, entre os 60 e 70 anos.

A área geográfica escolhida para esta auscultação foi a área metropolitana de Lisboa, tanto para as imagens acerca dos imigrantes chineses, como para as restantes comunidades.

O objectivo destas entrevistas foi o levantamento das representações sociais que a sociedade portuguesa tem dos imigrantes chineses no contexto das relações económicas e sociais entre as duas comunidades. Para o efeito recorreremos a dois tipos de questionários: um de carácter mais geral, onde se pretendeu obter a percepção do conhecimento e sensibilidade dos entrevistados perante o fenómeno recente da imigração em Portugal e outro, centrado na percepção da comunidade chinesa em comparação com outras três comunidades: a dos nacionais dos países africanos de língua oficial portuguesa, dos imigrantes brasileiros e a dos imigrantes Leste europeu. Neste sentido, tentou-se analisar as características da comunidade chinesa em relação às três comunidades escolhidas, procurando perceber como são as respectivas

integrações na nossa sociedade, que problemas e questões se levantam à volta de cada uma delas e da chinesa em particular, e quais as razões da diferença.

3.2- As imagens dos imigrantes na sociedade portuguesa: das representações em geral à especificidade da comunidade chinesa

Na primeira fase das entrevistas coloquei questões generalistas sem, porém, perder o objectivo de fundo: a “Imigração Chinesa em Portugal”.

Recorri, ainda que sumariamente, a algumas escolas básicas e secundárias, onde coloquei questões sobre a diversidade cultural dos seus alunos, e em especial sobre a presenças de alunos chineses nas mesmas, a professores responsáveis pelo Conselho Directivo, sendo uma experiência muito gratificante. Tive oportunidade de conversar com alunos de diversas culturas, nomeadamente, africanos, paquistaneses, chineses e portugueses, o que se revelou muito interessante. Assim, na análise às entrevistas propriamente ditas, irei transmitir o que pude apurar junto dos entrevistados.

Num leque de faixas etárias entre os dezoito e setenta anos, e conforme o género ou o grau académico e formação profissional, as respostas variaram. Porém, na sua maioria, registou-se uma unanimidade substancial, não obstante as formas de expressão diferirem relativamente às características do entrevistado.

Em geral, todos responderam que a imigração é positiva desde que a recepção dos imigrantes seja feita com controlo e segundo políticas de integração apropriados ao seu acolhimento. A imigração é considerada, por alguns, o motor de modernização numa Europa envelhecida, e no nosso país em particular, sendo o fenómeno visto como dinamizador através de “sangue novo”. Estas opiniões são de várias pessoas com um grau de formação superior. A maior parte refere que a aceitação à entrada de imigrantes era no início considerada salutar; hoje, esse ponto de vista está a mudar e a aceitação já não é tão elevada.

Se por um lado, os imigrantes que chegam ao nosso país vêm fazer os trabalhos duros que os portugueses não querem, por outro lado, e na sua maior parte, as opiniões defendem que existe muito desrespeito e desorganização, para ambos os lados. A nível das políticas de integração, estas não são feitas de acordo com a especificidade do fenómeno português. Os movimentos humanos e suas histórias de vida na imigração, bem como o conhecimento de outras culturas são, em geral, considerados mais valias na imigração. Mas os imigrantes, muitas vezes no limite, tendem a formar “guetos” e marginalizam-se, o que tende a conduzir a vivências conflituosas e sem condições perante a sociedade de acolhimento. Mais uma vez o grau de escolaridade aqui é

tendencialmente superior.

Os entrevistados referem ainda que quando os cidadãos portugueses foram recebidos noutros países tiveram de se “portar bem”, logo, em Portugal os imigrantes têm de respeitar as “nossas regras”. Numa das entrevistas foi transmitida uma imagem clara sobre esta questão. O imigrante deve “portar-se” de acordo com o ditado conhecido,

Em Roma sê romano”²¹¹

Isto, segundo os entrevistados nem sempre acontece e a maior parte das pessoas questionadas responsabilizam o governo português e as respectivas políticas de imigração. Outro fenómeno interessante e complexo é a imagem que muitos entrevistados têm ao considerarem a imigração negativa. Desde logo, a imigração é considerada como sinónimo de criminalidade e de marginalidade. A ideia aqui referida é de várias pessoas com baixa escolaridade. Mais uma vez, e de novo, são responsabilizadas as políticas de integração. Muitos alegam não terem conhecimentos directos, mas essa percepção é-lhes transmitida através da comunicação social.

Algumas opiniões recolhidas em testemunhos mais aprofundados²¹² definiram a imigração sob dois aspectos fundamentais:

- a) O económico, onde se inserem as questões de competitividade com os nacionais, a crise económica, que inclui as estatísticas de cerca de quinhentos mil desempregados, a ideia de que os imigrantes vêm para tirar o lugar aos portugueses e agudizar a crise do desemprego.
- b) O social, a avaliar pelas imagens negativas relacionadas com as desconfianças e rejeições ao “outro”.

O factor económico conduz à construção de processos de discriminação e rejeição da sociedade portuguesa para com as comunidades imigrantes, a avaliar conjuntamente pelas imagens negativas relacionadas.

Na generalidade dos entrevistados, poucos conheciam ou tinham amigos, vizinhos, colegas imigrantes das quatro comunidades seleccionadas. No entanto, conheciam-nos de vista, tinham vagas ideias transmitidas por outros ou pela comunicação social²¹³. Em geral, todos opinaram que as comunidades de origem africana eram as mais problemáticas, e que os chineses eram os menos conflituosos. Neste ponto, alguns explicitaram de modo interessante esta conclusão: os africanos já se encontram há mais

²¹¹E16, Empregada de Balcão de uma florista, com 31 anos e o 12º ano de formação académica

²¹²Várias opiniões cuja formação é superior, independentemente do género.

²¹³E13, estudante universitária, 39 anos.

tempo em Portugal, chegam com o objectivo de se instalar contando com a ajuda dos seus familiares e os portugueses já fazem parte do seu percurso histórico. Estes cidadãos são ainda conhecidos pela sua música e dança étnicas, que muito atraem a sociedade portuguesa. Se observarmos os africanos sob o ponto de vista turístico, os portugueses sentem-se atraídos pelos seus costumes, cozinha e música. Mas, se os mesmos cidadãos forem vistos sob o ponto de vista do mercado de trabalho e da vizinhança, a sua imagem tem uma conotação negativa²¹⁴.

Os imigrantes de Leste e os brasileiros são comunidades cujos modos de vida são similares aos portugueses, apesar dos seus próprios contextos problemáticos. No que se refere aos imigrantes de Leste, a cor da pele e o facto de serem europeus, serão justificações para que o seu modo de integração na sociedade portuguesa seja mais evidente, acrescido do facto que grande parte possui formação académica elevada relativamente aos portugueses. A língua é efectivamente o seu principal problema mas, estes imigrantes aprendem com empenho o português. A nível do ensino básico por exemplo, os alunos dos países de Leste têm muito boas notas a Português, em comparação com os colegas de turma nacionais. Na maioria, apreendem com interesse o português e isso, acaba por ajudar na integração.

No entanto, as imagens que os portugueses têm destes cidadãos, são muitas vezes associadas à marginalidade, tráfico de pessoas e às máfias, “mafiosos”²¹⁵. Os brasileiros são associados à música e ao divertimento, ao samba e ao sexo, dependendo do género. Não são considerados muito trabalhadores, e são muitas vezes alcunhados de “papagaios”, por falarem muito. A herança histórica e a língua em comum, bem como os contactos turísticos aliciam muitos portugueses que os acham divertidos²¹⁶.

Questionada sobre a existência, ou não, de discriminação para com os imigrantes em geral das quatro comunidades, a maior parte dos entrevistados respondeu que são discriminados, mais hoje que ontem, isso devido às dificuldades económicas actualmente experimentadas por Portugal. Ou seja, os imigrantes são aceites se a sua intenção for regressar ao país de origem, se não, a tendência é para discriminar. Na opinião de alguns entrevistados, apesar dos portugueses serem por tradição hospitaleiros, as questões do mercado de trabalho são geradoras de tensão. Mas sabemos que existem na prática situações de discriminação quando o imigrante tenta obter uma habitação. Muitas vezes, os processos nesse sentido são bloqueados pelo

²¹⁴ E15, 31 anos, Socióloga

²¹⁵ E06, Expressão usada por uma das entrevistadas, de 52 anos, cujo grau académico é o 9º ano de escolaridade.

²¹⁶ E04, 54 anos, 9º ano de escolaridade

facto de ser um imigrante²¹⁷.

Os chineses, por serem muito fechados, não são suficientemente conhecidos como povo, apesar dos nossos contactos seculares. Independentemente da ostentação dos símbolos da sua cultura em grande parte das suas lojas²¹⁸, são pessoas que passam despercebidas e a que os entrevistados prestam pouca atenção. Logo, a inexistência de problemas da parte destes cidadãos, pode passar pela pouca informação que deles se tem.

À questão sobre se o sentimento de racismo existe ou não entre os portugueses para com a imigração, as respostas foram surpreendentes e unânimes em assumir na sua maioria que os portugueses são “muito” racistas, e são-no desde a guerra colonial, apesar da tendência para não o assumir. Este racismo é sobretudo em relação aos africanos. Contudo, *“temos sempre muitos rebates de consciência, devido ao facto de se terem morto muitos negros”*. Assim, os entrevistados consideram que os portugueses são racistas em relação aos brasileiros, negros e imigrantes de Leste, mas não muito para com os chineses. A razão avançada é a de que como estes vendem tudo mais barato, tornam-se tolerados pelos portugueses.

A falta de políticas de integração é responsável por os portugueses nutrirem este sentimento. Alguns teóricos costumam defender que os portugueses têm atitudes muito passivas relativamente a “muita coisa”²¹⁹. Somos herdeiros de conjunturas ambíguas, a liberdade chegou mas sem estruturas, não existe a firmeza nas respostas às realidades actuais. Nascidos em Portugal, muitos estrangeiros queixam-se que não se sentem portugueses e também não são tratados como tal. È o caso de descendentes de africanos que fazem questão de marcar “fortemente” as suas diferenças. O interessante de tudo é que apesar da sua ambiguidade, o português assume sem dúvidas que é racista. Defende que é um racismo subtil, mascarado e escondido, mas as atitudes são claras na manifestação desse sentimento. A questão da cor²²⁰, nos meninos negros por exemplo, quando vão a um loja comercial, assume a sua importância na tendência de alguns portugueses em agir com superioridade: *“Diz lá o queres”, sendo apenas uma criança”*

²²¹

²¹⁷ Testemunhos obtidos em opiniões de pessoas ligadas ao estudo de eventuais práticas discriminatórias por parte da sociedade civil portuguesa, nas pessoas de proprietários de imóveis e outros.

²¹⁸ Estes símbolos culturais também são sociais, ou seja, são uma marca que identifica estes locais – ou seja, poder-se-á debater a questão do uso do que se chamaria “comercialização dos símbolos culturais”

²¹⁹ Schmitter, Philippe C., *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1974

²²⁰ É associada directamente à marginalidade por parte dos lojistas.

²²¹ E09, Professora do Ensino Secundário, de 41 anos, com tendências políticas do Centro Esquerda.

Nestas abordagens verifiquei que, o nosso olhar tende, muitas vezes a ver o "outro" como inferior. A arrogância ao registo da cor da pele, seja em África ou no Brasil, são hoje atitudes nem sempre assumidas, mas imbuídas de preconceito, de desconfianças e superioridade. Muitos dos entrevistados afirmaram que no início deste processo imigratório no país, talvez não se notasse essa tendência, mas esta estava escondida pelas razões históricas conhecidas, sendo que hoje é manifestamente clara nas atitudes: *"Estão cada vez mais a empurrar-nos para sermos racistas"*²²². O facto de chegarem outras comunidades, o desemprego, a desocupação, a marginalidade e a violência cada vez mais presentes, são realidades novas para os portugueses que fazem sobressair um sentimento negativo para com os imigrantes. A restrição no acesso à habitação, ao emprego e outras oportunidades são algumas das formas de colisão social com estes cidadãos e são consideradas manifestações racistas. Para alguns, o modo de pensar é já racismo, se este for de antagonismo à existência do "outro" e a falta de respeito pela pessoa humana. Não devemos esquecer contudo, que o racismo em Portugal tem duas faces: o "outro", que também é racista para com os portugueses, às vezes até mais, e, os portugueses que não têm um olhar positivo sobre o "outro". Esse confronto também ajuda a despoletar o sentimento e a má vontade para com a sociedade imigrante. Na opinião de alguns²²³, os africanos são considerados os mais racistas para com os portugueses. Os portugueses são agarrados à "sua terra e não vêem os estrangeiros com bons olhos", principalmente, porque não querem ser prejudicados em prol do "outro". Outros testemunhos, mais velados, dizem que os portugueses não são racistas, mas não gostam de um governo que lhes tira as oportunidades e as dá a outros.

Há quem tenha assumido sem problemas que não gosta de imigrantes e se considera racista. Outras opiniões defendem que os portugueses não são racistas, porém, a opinião pública, a comunicação social instigam à construção de imagens deturpadas que os portugueses assimilam e tomam como suas. Segundo Durkeim algumas expressões ou ideias podem se formar hereditariamente, como comportamentos educacionais, ou, segundo Moscovici, as imagens podem ser fruto de influências em massas, transmitidas pela rádio, televisão, etc.²²⁴. Um dos testemunhos salientou que fez questão de colocar a neta no horário da manhã, da escola, devido ao facto de, da parte da tarde, a mesma ser mais frequentada por crianças de origem africana, não obstante a neta se dar muito bem

²²² E07, Empregada fabril, 51 anos, tendências políticas de esquerda e baixo grau de escolaridade

²²³ E34, Vendedor, com 28 anos, com 12º ano de escolaridade.

²²⁴ Capítulo da Definição de Conceitos, deste Estudo, segundo Durkeim e Moscovici, notas de rodapé 9 e 10, pp.13

“com uma das negrinhas”²²⁵. Quando questionámos um taxista, este assumiu que “*existe sim senhora!*”, mais em relação aos africanos, “*embora muitas vezes ele sejam mais racistas que nós*”²²⁶. Mas, enquanto continuarem a existir “arrastões”, assassinatos a taxistas e outras violências que conduzem muitas vezes à morte, sempre associados aquele grupo, “*não sabemos onde isto vai parar!*”²²⁷. Nestas entrevistas houve quem afirmasse categoricamente: “*Pretos, não gosto deles, por causa do cheiro e porque eles são mais racistas que nós*”²²⁸. Finalmente esse mesmo testemunho afirmou que “*apesar de ouvir dizer da necessidade da sua mão-de-obra, eu não gosto dos imigrantes*”. Outros, alegam que o rancor dos Palops é grande pelos antecedentes da guerra “e agora com os imigrantes de Leste, os portugueses têm medo!”. Mais aprofundadamente um dos entrevistados respondeu: “*infelizmente confesso que há racismo em Portugal, cada vez mais se notam pequenos focos de xenofobia, racismo muitas vezes aliados ao chauvinismo*”. A insegurança e a crise económica em Portugal nos últimos anos, lembra o ditado popular: “*quando não há pão ...*”. Menos intelectual, o “Zé Povinho” costuma ter uma frase elucidativa: “*vai para a tua terra*”²²⁹, quando se indigna contra os imigrantes. Nos últimos a situação acentuou a tendência de países da UE, EUA e Japão, pertencentes ao G8, atraírem ainda mais os povos pobres que querem melhorar de vida. Isso é justo, mas em Portugal só parece ser aceite, se os imigrantes voltarem mais tarde para os países de origem. Socialmente existem sinais de que cada vez mais caoticamente irá chegar uma população que engrossará as malhas demográficas em Portugal²³⁰. Segundo as opiniões, os chineses também têm de regressar ao seu país, no entanto, vão ficando, sobretudo se forem as gerações mais novas que acabam por se integrar. Isso aconteceu com a nossa emigração, e vai acontecer com os povos da imigração no nosso país. Há quem culpabilize os imigrantes pelo sentimento de racismo em Portugal, “*são-lhes dadas casas e depois matam, roubam, são agressivos...*”. “*Mesmo não sendo racista costumo associar os distúrbios a essa gente, assim, acabo por ser racista*”²³¹.

3.3 - A especificidade da comunidade chinesa

No que diz respeito à imigração Chinesa em particular, as opiniões não são muito

²²⁵ E02, Entrevista feita a um indivíduo do género feminino, 58 anos e formação superior

²²⁶ E25, Entrevista feita a um indivíduo do género masculino, motorista, com 63 anos, tendências políticas de direita.

²²⁷ Idem

²²⁸ E06, Empregada de escritório, na faixa etária dos 50, formação académica, 9º ano de escolaridade

²²⁹ E32, Técnico informático, idade, 51 anos, formação académica superior

²³⁰ Idem

²³¹ E07, Empregada fabril, 51 anos, tendências políticas de esquerda e baixo grau de escolaridade.

homogéneas, dependendo do grau de conhecimento sobre estes cidadãos. Em geral não sabem ou não se interessam por conhecer melhor a comunidade imigrante chinesa. A principal razão é de que os chineses vêm “dar cabo do pequeno comércio”²³². Os preços praticados são muito inferiores aos do “comércio tradicional”, que se vê obrigado a baixar os preços. Outros opinam que a força organizadora do seu trabalho é muito positiva para a competitividade e regulação de preços, ajudando muito o poder de compra das classes sociais mais desfavorecidas

No início, uma parte dos entrevistados considerou interessante a visibilidade dos chineses em Portugal, através dos seus restaurantes muito procurados e da venda das “gravatas balatas”. Porém, hoje em dia, devido às crises económicas e sociais que assolam o país, os entrevistados estão muito mais cépticos no que diz respeito à sua presença. Segundo alguns entrevistados, o governo permite regalias que os ajudam a ter esquemas e organizar estratégias para não pagarem os impostos. De acordo com diversas opiniões expressas, muitos chineses depois de terem passado o tempo regulamentar de isenção de impostos (cinco anos) sobre a loja que abriram, fecham essa e abrem uma nova, para ter de novo direito à mesma isenção. Os comerciantes rebelam-se fortemente contra isso, defendendo que é corrupção e responsabilizam o governo. Nesta questão existe uma outra perspectiva: o comércio tradicional é prejudicado pela concorrência chinesa com os seus baixos preços, mas as autoridades portuguesas têm obrigação de fazer esse controlo. Uma das entrevistadas de origem portuguesa, mas que viveu em Macau muitos anos, alega que os produtos que chegam do Oriente, são fruto de muita exploração da mão-de-obra barata mas são as guerras políticas internas e até mesmo, as cumplicidades com o exterior²³³, que permitem as situações de exploração. Assim, os reflexos na sociedade de acolhimento são os preços baixos e a polémica concorrência com o pequeno comércio. Outra observação é a de que cada vez mais por toda a parte, até nas feiras locais, se vêem produtos chineses.

Na maioria das opiniões, quando questionados sobre a qualidade dos produtos que se vendem nas lojas chinesas, a informação é que são de “muito má qualidade”. Sendo os seus preços considerados bons, atendendo à falta de poder de compra de alguns portugueses, é também alegado que “o barato sai caro”. Ou seja, a falta de qualidade dos produtos obriga os portugueses a comprar mais vezes, o que se pode tornar dispendioso. No entanto, existe também a ideia de que não obstante a falta de qualidade, o preço é compensador porque, desse modo, as peças compradas podem ser mais

²³² E20, Sócia-gerente de loja, formação superior, faixa etária entre os 18-35

²³³ O Ocidente tem muito interesse nessa mão-de-obra.

facilmente dispensadas. Assim, o binómio custo-qualidade é facilmente gerido. Ainda, a possibilidade de comprar produtos de limpeza, por exemplo, a baixos preços compensa e não defrauda o consumidor. O referido binómio dá azo a diferentes leituras, sendo que as opiniões podem variar conforme o alvo em análise.

Se questionarmos os cidadãos portugueses sobre a imigração chinesa, o que pensam dos chineses, da sua cultura, família, saúde e integração na sociedade civil, a falta de conhecimento conduz apenas às relações comerciais e não se passa daí. A relação da sociedade nativa com as comunidades chinesas é muito precária, reduzindo-se praticamente, ao sentimento da atracção pelo exótico, pelo mistério e secretismo das pessoas de origem chinesa.

Os entrevistados admiram os chineses pelos seus valores ancestrais, pelo respeito aos mais velhos e pelas suas tradições seculares. Uma das entrevistadas²³⁴ referiu o facto curioso de, por admirar a ópera chinesa, entrar muitas vezes de propósito nas lojas chinesas para discretamente ouvir a sua música ambiente.

O seu modelo de trabalho e capacidade de sobrevivência, bem como a sua organização e empenho no que fazem, são considerados aspectos positivos. Todos os entrevistados, independentemente do género, idade ou formação, consideram principalmente a cultura chinesa:

Sábia, misteriosa, exótica, mística,

E ainda como:

Antiga, ambiciosa, totalitária, carismática, ancestral, rica, amante, diferente, interessante, estanque, relaxante, filosófica e única.

Caracterizaram ainda, a China como um país:

Sábio, prudente, fechado, hostil, exótico,

Os mais referidos seguindo-se os outros:

Ambicioso, desconfiado, ardiloso, arrogante; diferente, atrasado²³⁵, rico, desenvolvido²³⁶; interessante²³⁷,

Uma das opiniões define ainda a China de um modo sui generis: “um formigueiro

²³⁴ E09, Professora do Ensino Secundário, de 41 anos, com tendências políticas do Centro Esquerda.

²³⁵ Nas zonas do interior.

²³⁶ Só nas regiões com duplo regime com carácter capitalista, como Hong Kong ou Macau, no resto do país não é.

²³⁷ Não sabendo nada sobre a cultura, não se sabe o mundo em que vivem, o que a torna interessante.

confuso e injusto” e um país com imenso e trabalhador²³⁸.

Sobre a opinião relativamente ao relacionamento com os portugueses e o que mais gostam, ou não nos chineses, as opiniões são em grande parte de indiferença e desconhecimento. Esta constatação prende-se, em minha opinião, com o facto de os chineses serem pessoas muito fechadas sem outros contactos com a sociedade de acolhimento a não ser a nível comercial. A relação resume-se ao simples e pragmático contacto entre comprador e vendedor. Nesta relação, apenas comercial, um compra e o outro vende, nem sempre passando algum recibo. Após isto, nada mais fica. Esta imagem da falta de comunicação e de um conhecimento mais profundo entre pessoas de origens diferentes, em que uma delas pertence à sociedade de acolhimento e a outra é imigrante, revela a indiferença latente entre as partes envolvidas e o natural desconhecimento de quem é quem.

Como já referimos noutros contextos, a sociedade portuguesa apesar do desconhecimento admira a cultura chinesa. O respeito pelos mais velhos, (característica ancestral) é para muitos dos entrevistados um exemplo a seguir. Os seus gestos elegantes e estudados, os seus códigos, incluindo os códigos de honra, são motivo de admiração.

Fundamentadas na ignorância dos factos, naturalmente, esse factor transmite, segundo algumas opiniões, as atitudes negativas por parte dos portugueses, “*não conheces, logo, rejeitas*”. Registámos alguns testemunhos de experiências de contactos com cidadãos chineses e suas famílias. A imagem registada foi positiva, as relações foram amistosas, delicadas e elegantes. Porém, a entrevistada que relatou esta experiência assinalou a sensação de limite imposto veladamente pela família e sentido por ela:

*“Convidam para o seu espaço para jantar, ver um espectáculo, mas ao mesmo tempo sentes uma barreira e distanciamento...abrem a porta, mas até certo limite, o espaço familiar é intocável”*²³⁹.

Segundo o mesmo testemunho,

“Os chineses mostram abertura para serem respeitados e respeitarem, mas não nos aceitam no seu seio, porque não se identificam connosco”.

Esta realidade leva-nos à constatação de que os portugueses não estão inseridos no mundo relacional chinês, e por tanto, conotam essas atitudes como arrogantes, imbuídas

²³⁸ E11, Fisioterapeuta, 40 anos

²³⁹ E19, Entrevista feita a uma pessoa do sexo feminino, com cerca de 27 anos, professora universitária, que contactou com uma das suas alunas chinesas de português. Ela e sua família convidaram-na e privaram com ela, mas a entrevistada referiu que lhe eram impostos limites de afectos, a partir dos quais eles não queriam passar, afim de cultivar uma amizade mais profunda. Não obstante uma grande cortesia e elegância nas formas de contacto

de sentimentos de sobrevalorização para com a sociedade portuguesa. Os desconhecimentos demonstrados pela maior parte dos entrevistados estão relacionados com os factores enumerados de fechamento e de indiferença.

A falta de presença de alunos chineses nas escolas portuguesas é um dos sintomas desse fechamento, sendo o objectivo o de não perderem a sua identidade, ao ocidentalizar os seus costumes²⁴⁰.

Como se referiu, no seio do ensino básico e secundário não há uma representatividade significativa de alunos chineses. Em geral em cada uma das escolas portuguesas inquiridas na Área Metropolitana de Lisboa, a média de presenças de alunos chineses é de três a cinco alunos. São considerados bons alunos e com bom aproveitamento, não obstante a barreira linguística²⁴¹. As suas famílias interessam-se pelo aproveitamento, porém e segundo uma das escolas entrevistadas, não vão às reuniões devido à barreira da língua, nada entendem do que se diz “apesar dos seus sorrisos de orelha a orelha”²⁴². Mesmo não entendendo, dizem que sim a tudo e com um largo sorriso. Mas, no fim do ano fazem algo “que não se usa na cultura ocidental”: vão agradecer aos professores o trabalho desempenhado ao longo do ano com os seus filhos²⁴³. Este será um sinal da união familiar e do valor que dão à educação dos filhos.

Na mesma instituição escolar, a única aluna de origem chinesa que frequentava a escola não tinha muitos problemas de comunicação. A família tinha vindo de Espanha para Portugal, por isso, a aluna já tinha conhecimentos da língua.

Muitos destes alunos ao chegarem ao 12º ano vão para a China, Macau ou Hong Kong, para se formarem superiormente, voltando mais tarde para gerir os negócios das suas famílias.

Um dos testemunhos revelou que Portugal não está preparado para as políticas de integração nas escolas, pois estas não estão adaptadas para receber a actual diversidade cultural. Os manuais escolares “têm comentários aberrantes”²⁴⁴, etnocêntricos, na exposição e nas perguntas. Um exemplo disso é o momento em que pedem aos alunos para indicar no mapa de Portugal e das ilhas adjacentes, a terra de nascimento. Naturalmente, uma criança cuja origem seja do Leste europeu, africana, brasileira ou chinesa, não poderá responder a esta questão. Outro exemplo é o dicionário de uma

²⁴⁰ Devido a esse receio, tendencialmente colocam os seus filhos nas escolas chinesas, nos primeiros anos de escolaridade, para conservar e passar às gerações mais novas, os seus valores e tradições.

²⁴¹ Segundo entrevista exploratória feita ao presidente da freguesia de Samora Correia.

²⁴² Entrevistas exploratória com o Presidente do Conselho Directivo da Escola Básica, 2,3, Egas Moniz em Massamá

²⁴³ Idem

²⁴⁴ E10, uma pessoa do Género feminino que viveu em Macau e opinou criticamente sobre a desadequação dos manuais escolares dos alunos da formação primária.

editora reconhecida, que define um chinês como “alguém que vive na China”, acrescentando uma figura “patética” de “*um boneco andrajoso e chapéu em bico*”. Em contraste, a definição de um francês, é simplesmente alguém que nasceu em França²⁴⁵. Numa das instituições de ensino inquiridas, representada a nível nacional pela sua multiculturalidade²⁴⁶, foi possível falar com alunos (de uma mesma turma) de origens africana, paquistanesa, indiana e chinesa, sobre os seus conhecimentos de diferentes culturas. Os seus testemunhos foram muito concordantes e positivos, no sentido de que as actividades culturais da escola eram orientadas para a propagação e conhecimento das diferentes culturas. Por exemplo, uma das alunas de origem chinesa teve oportunidade de falar num dos aspectos mais demarcado da sua cultura, as festas de Fim de Ano, em alturas diferentes do Ocidente, que acontecem normalmente no mês de Fevereiro²⁴⁷.

Por fim, para todos os alunos das origens acima referidas (e até para uma aluna de origem portuguesa) a quem foi pedido dizer alguma coisa, a diversidade cultural é vista com tranquilidade e naturalidade.

Segundo informações recebidas nesta pesquisa, a não aprendizagem/compreensão do português pelos chineses deve-se à dificuldade em aceitar perante o outro o que não sabem e ao orgulho de não querer ser ensinados por estranhos. Se junto da Associação dos Comerciantes Chineses estão a ser feitas diligências para ensinar a língua portuguesa, por outro lado, o ensino está a ser realizado por um cidadão chinês. No entanto, é importante ter a noção de que não é fácil a um cidadão português ensinar outro, que seja chinês. Os significados não podem ser traduzidos à letra, sob pena da interpretação sair deturpada. Para tal, é sempre conveniente saber a língua, o mandarim por exemplo, na ideia de que “*é preciso pensar igual, para interpretar*”²⁴⁸. Deste modo, a língua surge naturalmente como uma grande barreira à comunicação entre chineses e portugueses. Os choques culturais dos modos de pensar, sobre as filosofias e atitudes, não são unilateralmente interpretadas, é preciso saber algo mais sobre o pensamento chinês. Aqui surge outra questão: a razão porque os chineses não se interessam pela cultura portuguesa e seus modos de pensar, para comunicar com os portugueses. O medo e a insegurança de sair da “Mãe-China”, são justificações que os chineses mantêm

²⁴⁵ Segundo a entrevistada, supra citada, o: Maxi Dicionário Ilustrado Português; Coleção Universal; Texto Editores Lda. Lisboa, 4ª Edição, 2003

²⁴⁶ Entrevista exploratória com a Presidente do Conselho Directivo da Escola Básica, 2,3, António Sérgio no Cacém.

²⁴⁷ Entrevista exploratória na Escola básica 2,3, António Sérgio, no Cacém, a uma aluna de nacionalidade chinesa, da turma visitada.

²⁴⁸ E10, Entrevista feita a uma pessoa do sexo feminino que viveu em Macau.

latentes nas suas atitudes, considerando ser um “grande risco”, eles “*precisam manter o cordão umbilical*”²⁴⁹.

A saúde é outra questão tratada com o mesmo fechamento: não acreditam na medicina ocidental, recorrendo principalmente à medicina tradicional chinesa, implicando que quase não recorrem aos centros de saúde nacionais²⁵⁰.

Quando foi pedida a opinião sobre o que os entrevistados sabiam sobre a saúde e a morte de cidadãos chineses, apareceram respostas surpreendentes.

A ideia e o mito que existe à volta dessa questão surgiu como o resultado da divulgação de e-mails²⁵¹, que circulam aleatoriamente e que propagaram a ideia de que os restaurantes chineses cozinham carne humana. Em opiniões informais, que não fazem parte destas entrevistas (numa conversa circunstancial sobre “chineses”), foi alegadamente ouvido uma notícia na comunicação social sobre a descoberta de um cadáver de um imigrante chinês numa arca frigorífica de um dos restaurante, (desconhece-se a fonte e o nome do restaurante onde alegadamente isso aconteceu). Os entrevistados desconhecem se os cidadãos chineses morrem em Portugal e onde são sepultados os seus mortos. Deste modo, constroem-se imagens negativas do que não se conhece e de quem vive afastado da sociedade autóctone.

No início deste ano teve lugar o 1º Fórum de Sinologia e de acordo com apresentações sobre estudos desenvolvidos e a desenvolver pela Universidade Portucalense, muitos dos óbitos chineses em Portugal são registados com nomes portugueses pelo apadrinhamento ou casamentos mistos. Mas na sua maioria, os chineses vão morrer ao seu país de origem. Se morrerem antes, são desenvolvidos os esforços para angariar dinheiro para a transladação do corpo. Porém, e reportando-me a afirmações atrás referidas, em minha opinião, os entrevistados não estavam interessados em verificar a veracidade das suas informações, preferindo antes acreditar nas místicas explicações populares. É mais excitante. Além de que o desconhecido atrai e repele e para aquilo que não se conhece e de que não sabemos a explicação, a tendência é a de construir imagens, cujas conotações nem sempre são as mais positivas. Poderá outrossim, ser uma forma de manifestar sentimentos xenófobos para com os cidadãos chineses. As organizações anti-racistas rebelam-se vivamente contra estas atitudes.

Na maior parte das opiniões sobre as famílias chinesas que vivem em Portugal, estas são conhecidas como numerosas, vivendo em pequenos apartamentos sem grandes

²⁴⁹ E10, Entrevista feita a uma pessoa do sexo feminino que viveu em Macau.

²⁵⁰ Idem Ibidem

²⁵¹ E13, Uma das entrevistadas, de formação superior e idade na faixa etária entre os 36-50 anos, alegou ter recebido e-mails de amigos a relatar a ideia macabra.

condições, com pouca higiene, estendendo o peixe nos estendais para secar ao sol, mandando o lixo pela janela para os terraços dos prédios onde vivem, sem cortinas, só estores, uma sensação de escuridão. Desta forma, não são vistos como pessoas asseadas, o chão das suas casas é sempre sujo e negro. Contudo, também dão uma imagem mais positiva: pessoas capazes dos maiores sacrifícios, educadas, que só sabem trabalhar e muito unidas dentro da sua comunidade.

Nas entrevistas, a maior parte das pessoas não tem uma ideia muito clara da chegada dos primeiros imigrantes chineses a Portugal, especialmente quando interrogados sobre a chegada de outras comunidades imigrantes. Não obstante do desconhecimento, referiram a sua entrada à uma dezena de anos, tendo em conta o boom imigratório. Também acerca do estabelecimento dos primeiros contactos entre Portugal e a China, não havia informações muito concretas. Todos sabiam que era há séculos, mas não sabiam ao certo quantos. Uma minoria não fazia ideia nenhuma.

Foi pedido aos entrevistados que definissem a imagem que os portugueses fazem dos cidadãos chineses. Alguns, olham os chineses com curiosidade, outros assumem que os olham de lado por virem ocupar o nosso espaço. Alegando o hábito colonial, vêem-os como seres inferiores, visando a ideia de que *“se interessa deixa-o estar, se não, não gostamos da sua presença”*²⁵². Outro olhar é a tradicional ideia de que são muito “metidos consigo próprios”, e apesar de afáveis, não interagem connosco. Transmitem uma imagem de pessoas muito sofridas, com alguma tristeza dentro delas o que não os deixa muito confortáveis. Em contraste com outros, como os brasileiros, muito simpáticos, *“dos chineses nada sabemos e o que pensam de nós”*²⁵³. Outra opinião revela o sentimento de indiferença dos chineses para com os portugueses: *“por um lado, estão no nosso país e não nos respeitam, porém, no país deles o respeito está acima de tudo”*²⁵⁴.

Existem opiniões que baseiam o seu olhar sob a perspectiva de “mero comerciante e mais nada”²⁵⁵, a indiferença é recíproca. Olhares mais conservadores conotam os chineses de “chinocas” e de “piolhos”²⁵⁶, outros olham-nos como “muito fofinhos”²⁵⁷. Ou seja, imagens construídas sobre o distanciamento e desconhecimento, vislumbrando

²⁵² E11, Alegando a herança colonial, em que o português era superior aos que colonizava. Não sendo o caso da China que, através de Macau teve sempre contactos numa perspectiva de superioridade e não de inferioridade. Género feminino, terapêutica de profissão, na faixa etária entre os 36-50, defendeu que a sociedade portuguesa olha desse modo, os imigrantes, no caso os chineses.

²⁵³ E05, Cargo superior Administrativo de 54 anos, do género feminino de formação superior.

²⁵⁴ E16, Empregada de balcão de uma florista, com 31 anos, formação académica, 12º ano.

²⁵⁵ E20, Sócia-gerente, formação superior, faixa etária entre os 18-35 anos.

²⁵⁶ E06, Empregada de escritório, na faixa etária dos 50, formação académica, 9º ano de escolaridade.

²⁵⁷ E18, Técnica de ginástica, idade, 28 anos.

apenas a imagem intuitiva ou influenciada pelas construções superficiais da sociedade portuguesa, “..imagem construída por grupos de opinião ou por um número significativo de pessoas”²⁵⁸.

Nesta pesquisa procurou-se saber se os chineses relativamente às comunidades visadas no estudo estavam mais ou menos integrados na sociedade portuguesa. As respostas não divergiram muito. Os chineses não se querem integrar, fecham-se sobre si, não falam a nossa língua e os seus contactos com a sociedade são puramente comerciais. Segundo algumas respostas, “*A gente vê-os, mas são uma espécie de fantasmas, só os vemos nas lojas*”²⁵⁹. Entre outras respostas, comparam-nos a outras comunidades como a de Leste, que também têm problemas com a barreira linguística. Porém, segundo algumas opiniões, estes tentam aprender a língua, por dependerem economicamente do país de acolhimento, o que não é o caso dos chineses. Os chineses trabalham sete dias por semana, sem empregados que não sejam da família e fecham-se nesse espaço sócio-empresarial restrito. Os africanos por exemplo, ao se encontrarem em Portugal há mais tempo e falando a mesma língua, “já se integraram, para o bem e para o mal, e apesar de muitas vezes haver alguma hostilidade na convivência, os portugueses estão mais próximos deles”²⁶⁰.

Deste modo, mesmo com todos os problemas de integração, existe um esforço bem sucedido e um maior conhecimento do “outro”. Outras opiniões defendem que o facto dos chineses seguirem crenças e outros rituais diferentes dos ocidentais, é um dos meios para se manterem no seu núcleo, sem se terem de relacionar. Esta atitude é apanágio dos chineses em qualquer ponto do globo, sendo o que também acontece na senda europeia²⁶¹. A ostentação “agressiva” dos seus símbolos na decoração dos restaurantes demonstra o seu fechamento para com a sociedade civil portuguesa. Alguns vão mais longe e classificam as comunidades chinesas em Portugal, no seu fechamento, como “*uma máfia*”, porque fazem e vivem em função das “coisas deles”.

Efectivamente, segundo a maior parte das opiniões recolhidas, os chineses não estão integrados “porque não querem”, preferindo viver à sua maneira e pensar do seu modo, sem interferências e ou influências externas. Com o orgulho que lhes é peculiar, preferem fazer e aprender tudo sozinhos, e só aprendem o que lhes interessa. Relativamente às outras comunidades não se querem misturar, pelas razões atrás expostas, apesar de terem mais condições e apoios que quaisquer outras. Deste modo, a

²⁵⁸ Capítulo da Definição de Conceitos, deste Estudo, segundo Lippmann e Tattfel, pp.17

²⁵⁹ E32, Técnico informático, idade, 51 anos, formação académica superior.

²⁶⁰ E15, Investigadora de ciências sociais, 31 anos. Esta observação veio no contexto das barreiras linguísticas.

²⁶¹ Em Londres, Paris, por exemplo.

sua integração é apenas e fundamentalmente comercial, porque trabalham por conta própria e não dependem de ninguém, mas e por contraste, ao nível social, estão desfasados relativamente aos outros imigrantes. No entanto, como vêm para trabalhar têm de se integrar minimamente, sendo o seu objectivo, *“aproveitar-se dos portugueses, a sociedade quer os seus produtos baratos, e, eles querem vender para amealhar”*²⁶². Não mostram ter mais nenhum objectivo, só ter sucesso e voltar para o seu país de origem. O país de acolhimento é apenas uma oportunidade de mercado a explorar. Assim, alguns consideram que os imigrantes de Leste, por exemplo, vieram contribuir para a economia e crescimento do país, mas os chineses vêm para *“vender a banha da cobra”*.

Finalmente, salientamos a opinião de que, apesar dos conflitos conhecidos com os africanos, os portugueses estão mais próximos deles do que dos chineses. A nossa interacção com aqueles cidadãos é muito maior, que com os chineses devido ao fechamento destes. Se os chineses se integram ou não em Portugal, *“só no fim se verá, até agora eles não estão dispostos a seguir as regras portuguesas, não concordam com elas”*²⁶³.

• Conclusão

A abordagem feita a um conjunto restrito de cidadãos, que não pretende ser uma amostra representativa da sociedade portuguesa, revelou-se elucidativa sobre o que pensam e como encaram a imigração em Portugal e em especial a imigração chinesa.

Dependendo do grau de escolaridade, idade, tendências políticas ou profissão, assim se revelam as suas opiniões. Contudo, na maior parte dos casos, e independentemente dos seus conhecimentos, as suas opiniões não são muito díspares.

Concluí que os meus entrevistados:

1. Por medo e insegurança perante a crise económica, não aceitam muito bem os imigrantes;
2. Associam os distúrbios e os conflitos sociais aos imigrantes, construindo imagens muito bem definidas relativamente a esses estereótipos;
3. Olham os imigrantes tomando a parte pelo todo tendendo os menos informados a seguir as informações divulgadas na comunicação social, muitas vezes pouco aprofundadas. Como exemplo, segundo testemunhos de alguns entrevistados, o polémico “arrastão”, ocorrido na praia de Carcavelos em Junho de 2005, ficou

²⁶² E20, Sócia-gerente, formação superior, faixa etária entre os 18-35 anos.

²⁶³ E31, Entrevista a indivíduo do género masculino, na faixa etária entre os 36-50 anos, com formação académica do 12º ano.

por esclarecer. Porém, outros acreditam que nada haverá para esclarecer, sendo que a primeira versão noticiada é a “verdadeira”. Deste modo, os africanos fizeram o arrastão, logo, os africanos são “todos” perigosos. Outro exemplo, é a colocação da notícia sobre a “Operação Oriente” a restaurantes chineses feita pela Autoridade de Segurança Alimentar (ASAE), na primeira página de vários jornais e em grandes reportagens em órgãos de comunicação social, em Abril de 2006. O tratamento noticioso desta matéria contrastou com o tratamento dado às outras investigações a locais de restauração nacionais, como a “Operação Mostarda” a roullotes, e a “Operação Padarias e Pastelarias”, esta última feita na mesma semana da “Operação Oriente”²⁶⁴. A opinião generalizada dos entrevistados revela que se alguns restaurantes chineses não tinham condições para funcionar, logo, “todos” os restaurantes chineses são de má qualidade, e assim, devem ser fechados.

4. Responsabilizam as políticas de imigração e integração por estas imagens e sentimentos de insegurança ao serem deficientes perante a realidade económica e social do país. Consideram, em larga maioria, que a abertura à chegada de imigrantes a Portugal deve ser feita com mais controlo, sob pena de se tornar um caos social e económico. Deste modo, alguns consideram que existe um grande facilitismo por parte dos governos e que estes têm feito pouco para auxiliar à integração harmoniosa dos imigrantes, nomeadamente, combatendo a discriminação e o preconceito.

No que diz respeito à imigração chinesa, os meus entrevistados:

1. Mostram-se indiferentes a estes cidadãos, não obstante o seu fascínio pelas coisas orientais e pelo Oriente. O mistério e o exótico atraem muito os inquiridos, mas o fechamento e a ambição reconhecida nos chineses não os deixam nutrir grande simpatia.
2. Mantêm com os imigrantes chineses um relacionamento puramente comercial, distante e indiferente. O aspecto utilitário dessas relações baseia-se apenas na procura dos produtos chineses por parte das classes mais desfavorecidas.
3. Entendem que os chineses não privilegiam um vínculo social ou afectivo. Tendo a língua como barreira, os chineses não se preocupam com esse facto. O

²⁶⁴ Informações recolhidas em críticas feitas à Autoridade de Segurança Alimentar Económica (ASAE), pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, notícia da Agência Lusa, publicado a 11 de Abril de 2006.

seu alegado orgulho em não serem ensinados por outro que não seja chinês, é uma barreira social muito grande.

4. Têm ideia de que os chineses não procuram os centros de saúde, preferindo a medicina oriental, e só em complemento é que aceitam a medicina ocidental, porque não acreditam muito nela.
5. Revelam muita curiosidade em saber o que acontece aos mortos de origem chinesa em Portugal. Existem mitos sobre este assunto, tais como pensarem que os mortos são utilizados na confecção de alimentos nos restaurantes chineses. A indiferença dos portugueses em geral tem muito a ver com o desconhecimento, mas, por isso mesmo, não existe interesse em aprofundar.
6. Para a maioria das opiniões recolhidas, os produtos chineses comercializados em Portugal são de muito má qualidade. Os preços muito baixos dos seus produtos são mal vistos pelo comércio tradicional que sente assim os seus negócios em risco.
7. Outra crítica muito forte tem a ver com a possibilidade das lojas abertas de novo terem um período de cinco anos em que não pagam os impostos, tal como as nacionais. Ainda, os alegados esquemas por parte dos chineses, referidos numa das entrevistas, de que fecham as referidas lojas para voltar a abrir outras e não ter encargos fiscais durante mais cinco anos. Mas, em paralelo, outros, opinaram que esses preços são um regulador de tabela de preços e uma dinâmica de mercado.
8. Consideram que o número restrito de alunos chineses nas escolas do ensino básico e secundário é sinal do seu fechamento. Considerando que na saúde, nas escolas, na comunicação, devido à barreira linguística, etc., se constata que não há informações suficientes sobre as comunidades chinesas, isso é por si só um sintoma. A indiferença da sociedade de acolhimento na integração destas comunidades, em comparação com outras comunidades de condições económicas mais problemáticas, cuja presença é mais recente, como os imigrantes dos países do Leste europeu, é uma das respostas.

Por um lado, os chineses são tratados com indiferença e desconhecimento, por outro são uma preocupação pela concorrência “desleal” no mercado. Por um lado, os chineses são vistos como indutores de valores cheios de tradição e respeito, por outro, são considerados arrogantes e sem respeito pelos portugueses. Os entrevistados consideram um fascínio a sua cultura e atribuem-lhes adjectivos positivos que definem

esse fascínio, mas, apesar dos contactos de muitos séculos via Macau com os chineses, os portugueses não nutrem uma simpatia especial para com estes cidadãos. Os chineses são apenas tolerados, pelos entrevistados, pela função comercial que desempenham.

As outras comunidades, mais abertas à inter-comunicação, suscitaram já muitos estudos, o que permite um conhecimento mais detalhado sobre cada uma delas. Deste modo, pude perceber um pouco o pulso sobre as razões do porquê.

A resposta à pergunta sobre se os portugueses são, ou não, racistas revelou-se surpreendente. Independentemente da formação académica, idade, tendências políticas ou profissão, todos os entrevistados foram unânimes em responder que sim. A surpresa prende-se com o facto de normalmente se assumir que a sociedade é racista, mas, com o cuidado de cada um se demarcar dessa mesma sociedade, alegando que ele próprio não é racista. No entanto, neste caso ninguém se importou em assumir ser um pouco, ou muito, racista.

Mais uma vez foram responsabilizadas as políticas de integração e a sua incapacidade para estar à altura das realidades actuais. Sendo os portugueses por tradição considerados hospitaleiros, perante a ameaça económica, insegurança e instabilidade social, reconhecem, não obstante o seu grau de informação e discernimento, que a situação demográfica portuguesa agravada pela imigração e pela falta das políticas certas, está a despoletar olhares menos positivos sobre o “outro”. Ou seja, culpabilizam os governos por não evitar o crescimento de sentimentos negativos para com os imigrantes. Os sentimentos de discriminação, e não muito raramente de xenofobismo, estão presentes no espírito nacional. Esta constatação é o resultado das entrevistas feitas e das pesquisas de diversos investigadores²⁶⁵. Os sentimentos normativos tomam formas subtis de manifestações xenófobas, mas o racismo flagrante presente no Estado Novo relativamente aos africanos, acabou. Contudo, se em Portugal estes sentimentos não são ainda muito fortes, a maior parte dos entrevistados assumiu que é cada vez mais provável os portugueses sentirem desse modo, tendo em conta a fragilidade económica e social interna. Os mais informados reconhecem a mais valia de uma mão-de-obra com sangue novo, do rejuvenescimento da população portuguesa envelhecida, como na maior parte da Europa, e até mesmo, um factor regulador dos preços de mercado. Mas, a instabilidade atinge todos as classes e os sentimentos de rejeição são muitas vezes surpreendentes. Não seguindo os parâmetros normativos, estes entrevistados atenuam o que os outros, com menos informação, não aceitam *a priori*. Contudo, gostava de deixar aqui, uma janela aberta para esta nova realidade: existem já escolas multiculturais na

²⁶⁵ Thomas Pettigrew, Será o racismo subtil mesmo racismo? Celta Editora, Oeiras, 1999, pp.11-29

AML, onde a convivência e a comunicação inter cultural não são sinónimo de problemas. Os mais jovens, desde os bancos da escola, convivem sem ideias negativas construídas à partida. A diversidade de alunos, mesmo com uma representatividade desigual e reduzida, nalguns casos proporciona um intercâmbio de culturas, que se traduz num enriquecimento cultural e numa forma saudável de conhecer e partilhar o outro e com o outro. As políticas nacionais começam a estar cada vez mais sensíveis, trabalhando nesse sentido²⁶⁶.

Em suma, as comunidades referidas têm muitos problemas de integração, porém, não se fecham ao ponto de a sociedade de acolhimento pouco ou nada saber delas. No caso das comunidades chinesas, estas afastam-se intencionalmente devido à cultura, costumes, e à sua filosofia de vida. Todavia, o desconhecimento é de parte a parte. Afinal, os chineses também não sabem muito sobre o pensamento ocidental, nem do modo peculiar do pensamento português. Em minha opinião, esta será uma das razões que os faz isolar, o receio e o desconhecimento, que não os incentiva a uma aproximação. O medo de perder o controlo dos seus hábitos e tradições é muito grande, para um povo que orgulhosamente pretende mostrar prestígio.

Este abismo social e o desconhecimento mútuo, apesar dos chineses serem uma comunidade fechada, responsabiliza também as políticas de governo pela fraca interacção social e pela agressiva competitividade económica. Segundo alguns opinaram, a regulação de preços é um dos problemas nacionais, a nível do pequeno comércio.

Finalmente, como pudemos verificar o grau de formação, mais que as tendências políticas, teve influências no tipo e qualidade de respostas às questões colocadas. Os entrevistados que tinham um maior grau de formação, aprofundavam mais as respostas e não eram tão radicais nas mesmas, analisando-as, independentemente do género. Os entrevistados com menor grau de formação tendiam a radicalizar mais as suas respostas, assimilavam mais os mitos que existam á volta destas questões, como a morte. As idades também tiveram alguma influência, mas penso que apesar disso, e independentemente das tendências políticas, que em geral são de Centro Esquerda, as opiniões em questões como a discriminação, racismo e xenofobia não diferiram muito. Existiu antes, uma unanimidade surpreendente relativamente ao assumir a existência destes sentimentos. Mas, se por um lado, os entrevistados reconheceram sentir sentimentos de discriminação sobre os imigrantes em geral, por outro,

²⁶⁶ A avaliar pela visita do Presidente da República, feita em Outubro, 2006, à Escola Básica, 2,3, António Sérgio, no Cacém, uma das escolas entrevistadas.

desresponsabilizam-se quanto às razões. Antes, indicam os governos e suas políticas como os responsáveis pelas dificuldades sociais e económicas. Isto revela uma atitude de desmobilização social e pouco activismo cívico devido à herança política de cinquenta anos de um regime autoritarista. Nesta matéria e segundo um estudioso do corporativismo²⁶⁷, o autor defende que Portugal na época e por herança tem tido uma baixa consciência cívica. No caso da realidade nacional imigratória, esta pode ser uma das razões para a baixa consciência sobre esta questão, e pela falta de envolvimento nestas questões e em pareceria com as instituições governamentais.

No entanto, no caso dos chineses se os portugueses não nutrem sentimentos de racismo relevantes, talvez a razão seja porque estes ao contrário das outras comunidades não constituem a nível profissional uma ameaça para a sociedade autóctone. A sua independência económica perante as outras comunidades é notória, não sendo alvo de situações de fragilidade social devido aos apoios que têm.

Por fim, comparativamente às representações sobre os chineses que os portugueses construíram e reproduziram nos séculos passados, é possível encontrar algum eco dessas imagens naquelas construídas actualmente.

Os sentimentos de animosidade entre chineses e portugueses, parecem persistir, hoje sob outras formas, mas ainda, sob o signo da indiferença e desconhecimento mútuos. Deste modo, constroem-se imagens e criam-se mitos, não tão diferentes daqueles que no século XVI foram construídos. Os portugueses durante os séculos XVI – XIX construíram imagens sobre os chineses, nem sempre abonatórias, tão só pelo modo de viver ou de vestir.²⁶⁸

Contudo, se nuns séculos as imagens foram mais amistosas e deslumbradas, outras foram mais realistas ou cépticas. Recorde-se o episódio dos Tratados de 1862 e 1872, ou a velha disputa entre Portugal e a China pela posse de Macau. Apesar de existir uma constante, o intuito comercial, hoje a construção das imagens sobre os imigrantes chineses pode ter contornos coincidentes, mas as realidades como ponto de partida para a construção dessas imagens são diferentes. A questão comercial continua a ser basilar, mas as realidades económicas e sociais implícitas são do âmbito duma realidade à escala global.

Hoje as relações internacionais ganharam peso e a aldeia global desenvolve outro conjunto de exigências que nada se comparam à realidade de outros séculos.

²⁶⁷ Schmitter, Philippe C., Portugal: do Autoritarismo à Democracia, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1974

²⁶⁸ Esta questão pode ser consultada nas referências que se fazem na II Parte deste estudo: A Interação Multissecular Entre Portugueses e Chineses..., pp.86-105.

Por fim, se podemos encontrar pontos coincidentes sobre as imagens seculares construídas pelos portugueses, essas não interferem em nada com a construção de imagens actuais. Poderemos tentar encontrar similitudes, mas as realidades são muito diferentes e desse modo, à luz do transnacionalismo, da globalização e da actual realidade migratória portuguesa, as imagens que os portugueses constroem dos imigrantes chineses são muito mais diversificadas, num óptica macro e muito abrangente.

CONCLUSÃO

A minha dissertação foi elaborada no âmbito de um Mestrado em História das Relações Internacionais. Contudo, perante a natureza da temática, deparei-me com a necessidade de enveredar por áreas como a Sociologia. A Imigração é de abrangência essencialmente sociológica e demográfica e a Psicologia Social é uma ferramenta importante neste tipo de análise. A Imigração Chinesa em Portugal inevitavelmente incitou-me a enveredar também por uma análise histórica e literária. A dicotomia entre a História e a Sociologia não é contudo antagónica, antes, complementar.

Ao falar sobre os chineses e as imagens que os portugueses têm construído sobre a imigração chinesa em Portugal, não pude deixar de considerar a história das relações entre os dois países.

O presente estudo é uma tentativa de aprofundar um pouco mais a informação sobre uma área pioneira no nosso país, sobre a qual os estudos são ainda escassos.

Nesta pesquisa, a compreensão sobre os chineses existentes em Portugal passou por diversas abordagens. O conhecimento da sua cultura e da nossa herança histórica e literária foi ajuda preciosa. A cultura e mentalidade chinesas, as suas tradições seculares de raiz maioritariamente confucionista e a sua filosofia de familismo empresarial são as principais pedras de toque. Deste modo, podemos concluir que a chave mestra das suas condutas e atitudes é de pendor essencialmente económico. A razão porque defendo esta ideia, prende-se com o facto de toda a estratégia empresarial depender da estrutura e ter subjacente a si a intenção de sucesso económico e estatuto empresarial. O carácter económico e financeiro é portanto, o ponto principal da diáspora chinesa. Outro ponto muito importante no aspecto relacional das comunidades chinesas é a questão da “Face”. Esta é basilar e primordial para a integração do endogrupo. São as questões da confiança que aqui estão em jogo e que não podem falhar para o sucesso das estratégias empresariais. Deste modo, conclui que falar da comunidade chinesa sem abordar a questão económica, não é possível. Este é o motor de todo o poder relacional chinês.

Foi também interessante perceber que não existe apenas uma comunidade homogénea e indivisível. Existem pelo menos quatro tipos distintos de comunidades, cujos interesses e formações não são os mesmos. Ainda, a nossa antiguidade nos contactos com o mundo chinês e a presença de chineses em território moçambicano, no tempo do Estado Novo, deu origem, após a descolonização, a uma imigração para território nacional de muitos chineses. Estes imigrantes, devido ao bom conhecimento da língua portuguesa, serviram de ponte entre os cidadãos oriundos de diferentes partes da China, o que se revelou uma ajuda à sua integração.

Conclui também, que apesar da duração da estadia dos imigrantes chineses em Portugal, a língua é um factor inibidor. Esta é uma barreira mais comum às primeiras gerações, pois as segundas e terceiras gerações são já mais permeáveis à aprendizagem do português. A resistência à aprendizagem pode estar relacionada com algum fechamento e orgulho interno, característicos da cultura tradicional chinesa.

Segundo uma das entrevistas, a falta de interesse em aprender o português tem a ver com o orgulho peculiar ao cidadão chinês, que seria um elemento vinculativo da sua cultura e tradição milenar. É um exemplo em como a questão cultural pode ser um obstáculo à integração na sociedade portuguesa. Estas diferenças foram uma constante ao longo deste estudo. Os diferentes modos de pensar interferem naturalmente com a interpretação das realidades entre culturas diferentes.

Analisar a evolução da imigração chinesa em Portugal e a sua integração foi também um objectivo deste estudo. Foi possível perceber que tipos de negócios foram instalados em território nacional. Nesta abordagem concluí que desde os anos 20 do século XX existiram diferentes fases de instalação. Nas últimas duas décadas deste século deu-se o boom da imigração chinesa para Portugal. Na primeira fase verificou-se uma integração calma e silenciosa, com o comércio das gravatas. Numa segunda fase, a instalação dos negócios diversificou-se entre restaurantes e bazares. A partir dos anos 80 até aos nossos dias muito mudou na presença chinesa em Portugal, sendo que hoje, os cidadãos chineses se fazem representar de norte a sul do país. A sua independência económica relativamente a Portugal relaciona-se com as ajudas intra-grupais vindas de outras comunidades instaladas em diferentes países da Europa: Inglaterra, Espanha, França, Holanda, entre outros. Ainda, o seu país de origem auxilia na reposição de stocks e fundos financeiros. Desde logo, foi possível entender que as comunidades chinesas se tornaram em comunidades transnacionais²⁶⁹. Muitos empresários chineses, com os capitais financeiros resultantes dos negócios dos chineses da diáspora, aplicam os

²⁶⁹ Picquard e Portes

mesmos em países de diferentes continentes, como o africano.

Para se perceber as imagens que os portugueses constroem dos chineses foi necessário conhecer um pouco como estes se integram e interagem com a sociedade de acolhimento. Tendo em conta as características dos cidadãos chineses percebemos que são uma comunidade fechada e voltada para si. A explicação é simples: devido aos apoios económicos já referidos, eles não têm necessidade de se relacionar mais profundamente com os portugueses e as suas relações sociais tendem a decorrer dentro da própria comunidade.

As entrevistas feitas, embora num universo restrito, foram elucidativas para perceber que imagens são construídas sobre os chineses. Este é o ponto central da tese, mas teve como auxiliar a retrospectiva histórica da expansão portuguesa. Naturalmente que as imagens do tempo dos Descobrimentos e Expansão são diferentes, tanto como os objectivos desse tempo. O olhar de viajantes e aventureiros, num mundo desconhecido e muitas vezes hostil, não transmitiu as mesmas conclusões. Ainda, as imagens noutras épocas construídas não são obrigatoriamente sequenciais e continuadas, ou seja, a construção das imagens actuais não depende necessariamente daquelas. As mentalidades são outras, as realidades são outras, os objectivos são diferentes, a conquista e a posse política não existem. A concorrência económica e empresarial à escala global, e não territorial, são hoje as premissas. Contudo, quis encontrar pontos comuns nesses olhares e penso ter conseguido. A ideia de que os chineses são um povo desconfiado, fechado, sábio, organizado, dotado de uma personalidade superior, entre outros atributos, existe desde o século XVI, nos testemunhos de muitos protagonistas da literatura da época. Hoje, estas imagens persistem, embora sob outras perspectivas.

Nas pesquisas realizadas no trabalho de campo tentei perceber se existiam sentimentos racistas sobre os chineses, concluí que não. Porém, foram detectados vários sentimentos discriminatórios. Ou seja, Portugal não nutre um sentimento racista declarado. Nalguns casos, poderemos alegar um sentimento velado de racismo (Vala, 1999), mas penso que isso será mais notório no que diz respeito a outras comunidades existentes em Portugal. Relativamente à comunidade chinesa, a discriminação será talvez o sentimento mais adequado, a indiferença é um dos sinais, pois para a maioria das pessoas entrevistadas os chineses são-lhes indiferentes. Também, ao longo do tempo da feitura deste estudo surgiram novos factos distorcidamente noticiados na comunicação social que demonstram algumas atitudes discriminatórias: as várias investigações feitas a

restaurantes chineses foram alvo de um tratamento noticioso desproporcionado²⁷⁰. Para esta conclusão apontam quer a Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial (CICDR), quer o testemunho de diversos representantes da comunidade chinesa²⁷¹.

Segundo a mesma Comissão, a Agência de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) é acusada de potenciar a xenofobia²⁷². Sabe-se com efeito que em simultâneo existiram outras fiscalizações como a “Operação Mostarda” e a operação “Padarias e Pastelarias”, bem menos divulgadas que a “Operação Oriente”, do dia 30 de Março de 2006. Deste modo, estas notícias revelam a falta de igualdade de tratamento nesta questão²⁷³. O resultado desta fiscalização conduziu a um decréscimo de popularidade dos restaurantes chineses de 60%²⁷⁴, segundo o presidente da Liga dos Chineses, Y Ping Chow.

Todas estas notícias e atitudes por parte da população em meu entender, revelam sentimentos de discriminação, não obstante, os próprios chineses conotarem as mesmas de xenofobia. Este sentimento, penso, será um pouco forte na mentalidade do povo português. Segundo os dados do Eurobarómetro 263, divulgados em Janeiro de 2007, Portugal fica a meio da tabela relativamente à percepção de atitudes discriminatórias, por motivos de origem étnica, no conjunto dos 27 países que compõem a actual União Europeia²⁷⁵. Neste caso das inspecções aos restaurantes chineses a insegurança e o medo da concorrência por parte dos comerciantes portugueses poderá ser uma das razões

Esta é outra das barreiras ao relacionamento dos chineses com os portugueses, a concorrência do negócio, que devido aos baixos custos destabiliza a regulação de preços no mercado nacional. As queixas dos comerciantes portugueses perante o facto da facilidade de pagamento de impostos, nos primeiros cinco anos de estabelecimento, são achas para a “fogueira” das relações entre estes comerciantes e os nacionais, que em número significativo não concorda com esta situação²⁷⁶.

A questão económica aqui veiculada é constante, tanto a nível das problemáticas de relacionamento, como dos estudos. Segundo alguns especialistas, o que torna a China

²⁷⁰ Jing Huang, Chineses o que eles fazem em Portugal, Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

²⁷¹ Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses, Chineses o que eles fazem em Portugal, Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

²⁷² Diário de Notícias e Jornal de Notícias, Chineses acusam Fiscalização de gerar xenofobia, Abril, 2006

²⁷³ Agência Lusa, Chineses: Comissão Igualdade crítica critério adoptado na Inspeção restaurantes, Abril, 2006

²⁷⁴ Jing Huang, Chineses o que eles fazem em Portugal, Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

²⁷⁵ Eurobarómetro 263: Discrimination in the European Union, Jan. 2007. No topo encontra-se a Suécia, com 85% dos respondentes, na base encontra-se a Lituânia, com 23%. Portugal regista 61%, sendo a média da EU 64%.

²⁷⁶ Segundo testemunhos de alguns dos entrevistados

realmente competitiva é a unidade de características como a estabilidade política, segurança pública, sistema bancário minimamente funcional, enquadramento organizacional e social eficaz²⁷⁷. Por estas razões, os apoios transnacionais sustentam a instalação dos negócios nos diversos países onde os chineses se instalam.

Neste momento penso ser pertinente distinguir a realidade da integração de imigrantes chineses da realidade de outras comunidades. Sabemos que a precariedade é uma das características das comunidades imigrantes no nosso país. Que passa pela dificuldade de obtenção de empregos, de contratos de trabalho e de autorizações de residência, afim de se regularizarem. Quais as diferenças existentes entre as outras comunidades e a chinesa foi o que tentei perceber. Desde logo, a questão económica foi a principal, ou seja, os imigrantes chineses não têm situações de precariedade económica face ao país de acolhimento. O apoio familiar e financeiro, a sustentabilidade dos seus negócios com os apoios vindos do país de origem, o facto de trabalharem nos seus próprios negócios e viverem em grupo, se necessário, não os deixa depender da sociedade que os acolhe, não precisam dos empregos nacionais, logo, não têm contratos de trabalho frágeis.

Uma questão que surgiu desde o início na minha pesquisa foi a seguinte. Tanto, os chineses como os imigrantes de Leste encontram na barreira linguística, um obstáculo à integração. Todavia, os imigrantes de Leste, que superam essa barreira muito facilmente, encontravam-se muitas vezes em situações de precariedade económica, enquanto que os chineses, que são de um modo geral, pouco fluentes na nossa língua, não conhecem esses constrangimentos.

Mais uma vez, a questão económica deu resposta a estas perguntas: a independência com que estes imigrantes se instalam, as suas relações inter-étnicas e os apoios vindos da China fazem a comunidade chinesa em Portugal ser uma realidade sem problemas sociais, económicos ou laborais.

Outra questão também muito polémica, que surgiu no decorrer deste estudo lida com a ideia de uma falta de registos oficiais de óbitos que é já considerada um dos mitos sobre os chineses. Conforme houve oportunidade de referir, a Universidade Portucalense tem realizado neste sentido vários estudos. No 1º Fórum de Sinologia foi dito que não existem menos mortes do que o normal em território português. O líder da Liga dos Chineses manifestou perplexidade pelo facto de não aparecem registados esses óbitos, pois “nos jazigos portugueses há muitos chineses enterrados”²⁷⁸. “São boatos

²⁷⁷ Virgínia Trigo, especialista em Economia Chinesa, *O Exército de Terracota*, Semanário Expresso, 27 de Janeiro, 2007

²⁷⁸ Jing Huang, *Chineses o que eles fazem em Portugal*, Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

maldosos”, acrescenta outro representante da comunidade²⁷⁹.

Segundo uma fonte do Semanário Expresso (2006), “a comunidade chinesa em Portugal não registou uma única morte entre 2000 e 2004”²⁸⁰. A propósito deste artigo, o Expresso contactou a Embaixada da China, mas esta não se pronunciou sobre o assunto. Esta divergência de registos tem originado a criação de imagens muito negativas para a comunidade chinesa. Na Internet têm circulado e-mails que denigrem os chineses, pois a justificação para que não existam mortos chineses em Portugal é porque, alegadamente estes são “desfeitos nas cozinhas dos restaurantes”²⁸¹. Outra suspeição envolve o rapto de cidadãos portugueses para o tráfico de órgãos. De acordo com o líder da Liga Chinesa, aqueles mails foram disseminados por elementos da extrema-direita. Segundo o Presidente da Liga dos Chineses, estes mitos têm uma explicação: muitos chineses são sepultados na China, junto dos seus familiares, o que não quer dizer que a inexistência de registos de óbitos seja normal. Esta explicação, contudo, já foi referida atrás em espaço próprio, aqui é retomada, apenas para reforçar a conclusão deste estudo. Apesar da “aparente” indiferença dos portugueses para com os chineses, existem muitas formas mais ou menos veladas de discriminação para com estes cidadãos.

Num estudo de investigação sobre o Comércio dos Chineses em Portugal, conclui-se que a presença de empresários chineses não é vista com normalidade, antes representa uma ameaça para empresas locais. Daí que o impacto positivo que a sua existência possa ter para a economia nacional seja desvalorizado²⁸².

No que diz respeito às políticas de imigração e integração dos imigrantes, a Lei da Nacionalidade tem sido um obstáculo ao avanço das mesmas. Com a nova Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, com o reforço do critério de “jus solis”²⁸³, o governo tenta fazer frente aos obstáculos que muitas pessoas, descendentes de imigrantes, enfrentam. Tendo nascido em Portugal e não conhecendo outra identidade nacional que não a portuguesa, aqueles devem ter hipóteses de aceder à nacionalidade portuguesa. Ainda, se o imigrante se encontrar em Portugal há dez anos, poderá também aceder à nacionalidade portuguesa. Aqui fica demonstrado o reforço dos laços territoriais e este foi um avanço e é uma nova postura dos governos face às políticas de imigração.

²⁷⁹ Y Ping Chow, Chineses o que eles fazem em Portugal, Correio da Manhã, Janeiro, 2007

²⁸⁰ Artigo com o título, Não existem Registos Oficiais de Óbitos diz o “Expresso”, Citado pelo Jornal Tribuna de Macau ONLINE, Chineses não morrem em Portugal, nº 2121, 5 de Junho, 2006

²⁸¹ Expressão usada pelo director do Jornal sino, Liang Zhan, Chineses o que eles fazem em Portugal, Correio da Manhã, 27 de Janeiro, 2007

²⁸² Rocha-Trindade, Maria Beatriz, et all, Comércio dos Chineses em Portugal, Acime, Boletim Oficial nº 46, Janeiro/Fevereiro, 2007

²⁸³ Lei da nacionalidade, Compreender o novo regime jurídico, Acime, Boletim Oficial nº 46, Janeiro/Fevereiro, 2007

No final deste estudo concluo que muito tem sido alterado, nomeadamente, a preocupação relativamente às políticas de integração de imigrantes é já um ponto das agendas políticas, sendo a alteração à Lei da Nacionalidade disso um sinal. Contudo, muito há a fazer, no sentido de que os problemas sociais e económicos do país são diferentes e há que fazer face às novas realidades.

No que diz respeito ao objecto do meu estudo, penso poder concluir, que também mudou o contexto das imagens que se têm construído sobre os chineses em Portugal. Essas imagens são no entanto recíprocas, também as segundas e terceiras gerações encaram a sua presença em território português de modo diferente, a avaliar pela envolvimento nos vários sectores da sociedade, educação, saúde e economia. Apesar da natural economia étnica, esta não inibe os chineses de interagirem com a economia nacional (Portes, 1999).

Outra conclusão interessante a que cheguei, a partir de fontes históricas e literárias a que recorri, tem a ver com a atitude dos portugueses nos impérios africano e brasileiro, comparativamente à sua presença em território chinês. Naqueles, o sentimento português foi de domínio, tendendo a ver o “outro” como inferior, segundo um espírito colonialista. Porém, quando os portugueses estiveram na China, desde a primeira embaixada, com Tomé Pires, tentaram usar a mesma postura, mas, a realidade era outra. O povo chinês e os seus governantes assumiram-se como culturalmente superiores. Assim, desde logo, os portugueses enfrentaram um novo desafio e foram muitas vezes vítimas do desconhecimento das características chinesas. Efectivamente, nada mudou, no século XXI é essa superior convicção e determinação que assiste os espíritos dos chineses da diáspora e os faz conseguir ser independentes, mesmo nos países de acolhimento.

BIBLIOGRAFIA:

SOBRE OS CHINESES:

Agência Lusa, Chineses: Comissão Igualdade critica critério adoptado na Inspeção restaurantes, Abril, 2006

AMARO, Ana Maria, A Integração Silenciosa, Laboriosa e quase sempre de Sucesso, «Boletim ACIME», nº 30, Lisboa, 2005

AMARO, Ana Maria, (Coord.), Estudos sobre a China, II, ISCSP, ACMA – Artes Gráficas, Lisboa, 1999

Jorge Tadeu Arantes, informações sobre a história da China, Editora Ática, 2005

CANUTO, João, A Dinâmica do Confucionismo na Sociedade Moderna Chinesa, in «Estudos sobre a China», VII, Vol. I, ISCSP, Lisboa, 2005

COSTA, Carmelisa Soares, O Caso dos Chineses de Moçambique, Imigrados em Portugal, in «Estudos sobre a China», Vol.II, ISCSP, Lisboa, 2000

COSTA, Francisco Lima, O Contributo das Associações para a Migração: O Caso da Comunidade Chinesa em Portugal, Working Paper , Socinova, Lisboa, 2002

_____, Turismo Étnico, Cidades e Identidades: Espaços multiculturais na Cidade de Lisboa. Uma viragem cognitiva na apreciação da diferença, Socinova, Lisboa, 2004

Diário de Notícias e Jornal de Notícias, Chineses acusam Fiscalização de gerar xenofobia, 12 de Abril, 2006

DIAS, Alfredo Gomes e Maria João Hortas, A Imigração Chinesa em Portugal na Viragem para o Século XXI, 1º Congresso Internacional, A Imigração em Portugal e na União Europeia, Novembro 2005

DUARTE, Isabel et all. Coexistência Inter-Étnica, Espaços e Representações Sociais, ACIME, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Agosto, 2005

GONÇALVES, José Mapril, Os Chineses no Martim Moniz: Oportunidades e Redes Sociais, Working Paper , Socinova, Lisboa, 2001

HUANG, Jing, Chineses o que eles fazem em Portugal, «Correio da Manhã», 27 de Janeiro, 2007

Jornal Tribuna de Macau ONLINE, Chineses não morrem em Portugal, nº 2121, In «Expresso», 5 de Junho, 2006

LAGES, Mário e Verónica Policarpo, Atitudes e valores Perante a Imigração, Lisboa, ACIME, 2005

LEITÃO, Ana Estrela e Maria da Liberdade Carlos, Centro Comercial da Mouraria, Espaço Multicultural ou Espaço Inter-Étnico, in «Estudos sobre a China», III, ISCSP, Lisboa, 2005

LOPES, Paulo, O Lugar do “Outro” nos Discursos e Acção Racistas, Escola Superior de Educação de Beja, <http://pubol.ipbeja.pt>, 2004

Maxi Dicionário Ilustrado Português, Coleção Universal, Texto Editores Lda. Lisboa, 4ª Edição, 2003

MIRANDA, Joana Catarina Tarelho de, A Identidade Nacional do Mito ao Sentido Estratégico, Universidade Aberta, Celta editora, Oeiras, 2002

_____, Os Imigrantes Chineses em Portugal, <http://ooutrochines.no.sapo.pt>, Abril, 2005

_____, Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos “Portugueses”, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, 1994

_____, A Identidade Nacional: do Mito ao sentido Estratégico. Uma Análise Psicossociológica das Comparações entre os Portugueses e os Outros, Oeiras, Celta

MARTINS, Dora A.E., China: Uma Emergência Pacífica?, «Revista Trimestral de Relações Internacionais», nº 10, Junho, 2006

OLIVEIRA, Catarina Reis de, Empresários de Origem Imigrante, Estratégias de Inserção económica em Portugal, ACIME, Lisboa, 2005

_____, Chineses em Portugal: Comunidade ou Comunidades?, Working Paper, Socinova, Lisboa 2000

PICQUARD, Pierre, Empire Chinois: Mieux comprendre le future numero 1 mondial: histoire et actualité de la diaspora chinoise, Éditions Favre SA, Paris, 2004

PING, Jin Guo e Wu Zhiling, A Expansão Marítima Chinesa no Século XV, Macau, 2003

TRIGO, Virgínia, O Exército de Terracota, « Expresso », 27 de Janeiro, 2007

Y Ping Chow, A Comunidade Chinesa sente-se bem em Portugal, «Boletim do ACIME», nº 33, Outubro, 2005

_____, Chineses o que eles fazem em Portugal, «Correio da Manhã», 27 de Janeiro, 2007

SOBRE IMIGRAÇÃO:

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, I Congresso Imigração Em Portugal – Diversidade- Cidadania-Integração, 18/19, Edição do ACIME, Dezembro, 2003

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Proposta de Lei, Alterações À Lei da Nacionalidade, «Boletim do ACIME», nº 32, Setembro 2005

BAGANHA, Maria Ioannis e José Carlos Marques, Imigração e Política, O Caso Português, Fundação Luso-Americana, Lisboa, Novembro, 2001_

BARRETO, António, Globalização e Migrações, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005

Eurobarómetro 263: Discrimination in the European Union, Jan. 2007.

FERRÉOL, Gilles, et Guy Jucquois, Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles, (eds.), Armand Colin, Paris, 2003

DUARTE, Feliciano Barreiras, Uma Verdadeira Política de Imigração, Âncora Editora, Lisboa, 2005

FONSECA, Maria Lucinda, Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas, “Actas do I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003

FONSECA, Maria Lucinda Fonseca e Jorge Malheiros, 2004, Immigration and Globalisation from Below: The Case of Ethnic Restaurants in Lisbon, «Finisterra», 77, pp.129-156

International Migration Law, Glossary on Migration, IOM International Organization for Migration, Switzerland, 2004

LAGES, Mário F. e Verónica Policarpo, Atitudes e Valores perante a Imigração, Publicação 2, ACIME, Lisboa, 2003

Lei da nacionalidade, Compreender o novo regime jurídico, «Boletim do ACIME», nº 46, Janeiro/Fevereiro, 2007

MACHADO, Fernando Luís, Contrastes e Continuidades-Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Celtas Editora, Oeiras, 2002

_____, Imigração e Imigrantes em Portugal, Parâmetros de regulação e cenários de exclusão, «Sociologia, Problemas e Práticas», nº 41, 2003, pp. 183-188

MALHEIROS, Jorge Macaísta, Imigrantes na Região de Lisboa, os Anos da Mudança, Edições Colibri, Lisboa, 1996

MIRANDA, Joana Catarina Tarelho, A Identidade Nacional do Mito ao Sentido Estratégico, Universidade Aberta, Celta editora, Oeiras, 2002

MIRANDA, Joana Catarina Tarelho, Grupos Étnicos em Portugal. Os Estereótipos dos “Portugueses”., Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, 1994

NUNES, D. Tomás da Silva, Cooperação Família-Escola, «Boletim do ACIME», n° 39, do ACIME, Maio 2006

PEIXOTO, João, Demografia & Dinâmicas, A Imigração em Portugal, «Boletim da Associação Portuguesa de Demografia», n° 3, Novembro, 2002

PETTIGREW, Thomas, Será o racismo subtil mesmo racismo?, in: Jorge Vala et al. 1999, pp.11-29

PIRES, Rui Pena, As Consequências do Pseudo-Arrastão, «Boletim do ACIME», n° 31, Julho/Agosto 2005

_____, A Imigração, pp.197-211, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (org). «História da Expansão Portuguesa», V volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999

_____, Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, Celta Editora, Oeiras, 2003

PORTES, Alejandro, O Estudo do Transnacionalismo Imigrante, «Revista Crítica de Ciências Sociais», n° 69, Outubro, 2004

_____, Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Celta Editora, Oeiras, 1999

Prevenir e Proibir a Discriminação Racial, «Boletim do ACIME », n° 40, Junho, 2006

ROSA, M. J. Valente, et. all, Imigrantes Internacionais: dos Factos ao Conceito, Working Paper , Socinova, 2000

SCHMITTER, Philippe C., Portugal: do Autoritarismo à Democracia, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1974

TODD, Emmanuel, O Destino dos Imigrados, Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais, Instituto Piaget, Lisboa, 1996

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, Sociologia das Migrações, Universidade Aberta, Lisboa, 1995

_____, et all, Comércio dos Chineses em Portugal, «Boletim ACIME», n° 46, Janeiro/Fevereiro, 2007

VALA, Jorge e Maria Benedicta Monteiro, (eds.), Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano, 6ª Edição, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004

_____, et all, Novos Racismos, Perspectivas Comparativas, Celta Editora, Oeiras, 1999

VALA, Jorge, As Representações Sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social, «Análise Social», n° 123/124, 1993

VALA, Jorge, Rodrigo Brito e Diniz Lopes, Expressões dos Racismos em Portugal, Imprensa de Ciências Sociais, Visau, 1999

_____, Marcus Lima e Diniz Lopes, Valores Sociais, Preconceito e Solidariedade Relativamente a Grupos Racializados e Imigrantes, Imprensa de Ciências Sociais, Visau, 2003

SOBRE A EXPANSÃO PORTUGUESA NO ORIENTE:

ADOLFO, Sérgio Paulo, Existe o Mundo que o português criou? Terra Roxa e outras terras, «Revista de Estudos Literários», Vol. I, 2002.

ALEXANDRE, Valentim, As Periferias e a implosão do Império: as Colónias do Oriente, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (org). «História da Expansão Portuguesa», IV volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999

_____, Situações Coloniais : I A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890), As Colónias do Oriente, In: Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (org). «História da Expansão Portuguesa», V volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999

_____, O Império Colonial, in « Portugal Contemporâneo», Publicações D.Quixote, Lisboa, 2005

BOXER, C.R, O Império Marítimo Português, 1485-1825, Edições 70, Lisboa, 1969

FONSECA, Adão da Fonseca, Vasco da Gama, Edição do Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, Lisboa, 1998

HONÓRIO, Maria Aparecida, Reescrevendo a história...: Memória, Identidade nacional e celebração pública, Universidade Estadual de Maringá, 2005

LESSA, Almerindo, Ensaio de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, A Europa e os seus Orientes (o Antigo visto pelo moderno), reflexões sobre o Império Celeste e o Imaginário português da China, Os Cules de Eça de Queiroz, Editora Internacional, Lisboa, 1996

LOUREIRO, Rui Manuel, Primórdios da Sinologia Europeia, entre Macau e Manila em Finais do Século XVI, Macau no Encontro Oriente/Ocidente, as Rotas da Fé e da Fortuna, «Revista Cultura, Edição Internacional», 2, Abril 2002

_____, Imagem da China na Cultura dos Descobrimientos Portugueses, «Revista de Cultura», n° 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

MARQUES, João Pedro, Portugal e a Escravatura dos Africanos, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004

PÉLISSIER, René, A Leste do Cabo da Boa Esperança, «Análise Social», s.d.n°162, pp.245-259

SUBRAHMANYAM, Sanjay, A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito, Edições 70, Lisboa, 1994

SOBRE A LITERATURA PORTUGUESA DO ORIENTE:

AGUIAR, João, Os Comedores de Pérolas, Edições Asa, Lisboa, 2002

BARRADAS, Ana, Ministros da Noite, Livro Negro da Expansão Portuguesa, Edições Antígona, Lisboa, 1995

CAMÕES, Luíz de, Os Lusíadas, Edição Crítica, Imprensa Portuguesa Editora, Porto, 1874

CORTESÃO, Armando, 1ª Embaixada Europeia à China, Macau, Museu Marítimo de Macau, 1990

CHUN, Wang, A Literatura Macaense de Expressão Portuguesa, «Revista de Cultura», nº 23 (II Série) Julho/Setembro, 1994

CRUZ, Frei Gaspar da, Tratado das Cousas da China, Macau, Museu Marítimo de Macau, 1996 (Edição facsimilada da 2ª Edição de 1569).

DUARTE, Lélia Parreira, Os Lusíadas, de Camões, e a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto: diferentes perspectivas das portuguesas viagens?, «Revista Veredas», nº 3, http://www.geocities.com/ail_br/, Julho, 2005

FOCK, K.C., As Primeiras Imagens da Dinastia Sobre os Portugueses, «Revista de Cultura», nº 23 (II Série) Julho/Setembro, 1994

HORTA, Ana Maria Rosa, Longe dos Olhos, a Imagem de Macau nas Televisões e nos Jornais de Portugal, Casa de Macau, Lisboa, 1999

JACKSON, K. David, Os Contrutores dos Oceanos, Assírio & Alvim, Lisboa, 1997

MAALOUF, Amin, As Identidades Assassinas, Difel, Viseu, 2002

MADEIRA, José, Camões contra a Expansão e o Império, os Lusíadas como Antiopopeia, Fenda Edições, Lisboa, 2000

MAGALHÃES, Pe. Gabriel, Nova Relação com a China, (tradução de Luís Gonzaga Gomes), Fundação Macau, Lisboa, 1997

MENESES, João Paulo, A Árvore das Patacas, Livros do Oriente, Macau, 2005

OLIVEIRA, Fernando Correia de, 500 Anos de Contactos Luso-Chineses, Fundação Oriente, Lisboa, 1998

PINTO, Fernão Mendes, Peregrinação, Edição cotejada com a 1ª edição de 1614, Edição Anotada, Comemorativa do 4º Centenário da Morte de Fernão Mendes Pinto, Publicações Europa América, Mem Martins, s.d.

PINTO, Jaime Nogueira, China uma Percepção euro-portuguesa, Centro de Documentação da Casa de Macau, Milénio Hoje, Macau, 2001

QUEIROZ, Eça, O Mandarim, Edições Livros Brasil, Lisboa, 2003

MÓNICA, Maria Filomena, In: Eça de Queiroz, Cuba, Quetzal Editores, Lisboa, 2001

RAMOS, João de Deus, História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China, Instituto Cultural de Macau, 1991

SOBRE MACAU E OS MACENSES:

ALVES, Jorge, A Primeira Década da Diplomacia Luso-Chinesa após a Fundação de Macau, «Revista de Cultura», nº 19 (II Série) Julho/Setembro, 1994

AMARO, Ana Maria, Filhos da Terra, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

AMARO, Ana Maria, Macaenses uma Sociedade em Mudança, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

CABRAL, João Pina, A Composição Étnica de Macau, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994, ICM

_____, Novos Valores e formas de vida no Macau dos anos 90, «Análise Social», Nº 121, 1993, pp., 409-416

_____, A Composição social de Macau, pp. in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (org. «História da Expansão Portuguesa», V volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999, pp., 275-298

CONCEIÇÃO, Lourenço Maria da, Macau entre dois Tratados com a China, Centro de documentação da casa de Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998,

COSTA, Francisco Lima da, Fronteiras da Identidade, Macaenses em Portugal e em Macau, Fim de Século Edições, Lda., Lisboa, 2005

FERNANDES, Moisés Silva, Após Macau: Perspectivas sobre as Relações Luso-Chinesas depois de 1999, <http://64.233.183.104/search?q=cache:u4kcsSspIIIwj:www.aps.pt/ivcongr-actas...Pesquisa> Google, Novembro, 2005

_____, A Prostração da guarnição militar portuguesa durante a “revolução cultural” chinesa em Macau, em Junho de 1967, Estudos sobre a China, ISCSP, Lisboa, 2005

LESSA, Almerindo, A população de Macau, Génese e Evolução de uma Sociedade Mestiça, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

MACHADO, José Leon, Macau e a China na Ficção Portuguesa Actual, «Letras & Letras», pré-publicações, <http://web.ipn.pt/lietratura/letras/ensaio47.htm>, Julho, 2007

MORBAY, Jorge, Alguns Aspectos em Torno da Identidade Étnica dos Macaenses, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

PESSOA, Inês da Costa, Relacionamento inter-étnico em Macau: encontros desencontrados de Culturas, IV Congresso Português de Sociologia, 2000

PITEIRA, Carlos, A “Comunidade Macaense” face à transição do território de Macau para a República Popular da China, in «Estudos sobre a China», ISCSP, Lisboa, 1998

SANTOS, Boaventura Sousa, Macau: O Pequeníssimo Dragão, Instituto Camões Bases Temáticas, «Expresso», 10 de Abril, 2005

TEIXEIRA, Monsenhor Manuel, Os Macaenses, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

_____, Origem dos Macenses, «Revista de Cultura», nº 20 (II Série) Julho/Setembro, 1994

THEODORO, Janice, Mestiçagens: Ocidente e Oriente, Os Macaenses entre dois mundos, http://www.msmartins.com/textos/mcaenses_entre_dois_mundos1htm, Julho, 2005

Visões da China na Literatura Ibérica dos Séculos VXI e XVII, Antologia Documental, (II Série), «Revista de Cultura», nº 31, Abril/Junho, 1997, I.C.M.

ANEXO 1

ANEXO 1

Dados descritivos elementares do universo dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Tend.Políticas
E01	Feminino	70	Primária	Reformada	Esquerda
E02	Idem	58	Licenciatura	Reformada	Idem
E03	Idem	56	12°	12° Ano	Idem
E04	Idem	54	9°	Secretária	C.Direita
E05	Idem	54	Licenciatura	Directora	C.Esquerda
E06	Idem	52	9° Ano	Escriturária	Esquerda
E07	Idem	51	Primária	Cozinheira	Idem
E08	Idem	43	Primária	Doméstica	C. Esquerda
E09	Idem	41	Licenciatura	Professora	Idem
E10	Idem	41	Licenciatura	Antropóloga	Idem
E11	Idem	40	12° Ano	Fisioterapeuta	C. Esquerda
E12	Idem	40	9° Ano	Emp.Balcão	Idem
E13	Idem	39	Licenciatura	Estudante	C.Direita
E14	Idem	36	Licenciatura	Professora	Esquerda
E15	Idem	31	Mestrado	Socióloga	Idem
E16	Idem	31	12° Ano	Florista	C.Esquerda
E17	Idem	31	9° Ano	Empreg.Rest.	Esquerda
E18	Idem	28	Técnica	Téc.Ginásio	C. Direita
E19	Idem	27	Licenciatura	Professora	Monárquica
E20	Idem	24	Idem	Sócia-gerente	C.Esquerda
E21	Idem	20	Universitária	Estudante	Esquerda
E22	Masculino	70	Primária	Reformado	Idem
E23	Idem	67	Idem	Economista	C.Direita
E24	Idem	64	9° Ano	Reformado	Esquerda
E25	Idem	63	Idem	Motorista	Direita
E26	Idem	58	Idem	Contabilista	Esquerda
E27	Idem	57	9° Ano	Reformado	Idem

Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Tend.Políticas
E28	Idem	51	Licenciatura	Téc.Informát.	C.Esquerda
E29	Idem	50	12º Ano	Administrativo	Idem
E30	Idem	45	12º Ano	Func.Público	Esquerda
E30	Idem	45	12º Ano	Func.Público	Esquerda
E31	Idem	40	Idem	Emp.Restante	Idem
E32	Idem	39	Técnico Prof.	Informático	Idem
E33	Idem	37	9º Ano	Emp.Balcão	Idem
E34	Idem	28	12º Ano	Vendedor	Idem
E35	Idem	25	Licenciatura	Professor	Idem
E36	Idem	20	12º Ano	Estudante	Idem
E37	Idem	18	Idem	Estudante	Idem

ANEXO 2